



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS

VICTOR FERREIRA DINIZ

O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR- ProEMI: UMA
PROPOSTA DE AVALIAÇÃO.

PALMAS - TO

2019

VICTOR FERREIRA DINIZ

O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR- ProEMI: UMA
PROPOSTA DE AVALIAÇÃO.

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa Dra Lina Maria Gonçalves

PALMAS - TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D585p **Diniz, Victor Ferreira.**
O Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI: Uma proposta de avaliação. / Victor Ferreira Diniz. – Palmas, TO, 2019.
159 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2019.
Orientadora : Lina Maria Gonçalves
1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Marco Lógico. 3. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. 4. Ciclo de Políticas Públicas. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VICTOR FERREIRA DINIZ

**O PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR-PROEMI: UMA PROPOSTA DE
AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves

Aprovada em 08/02/2019.

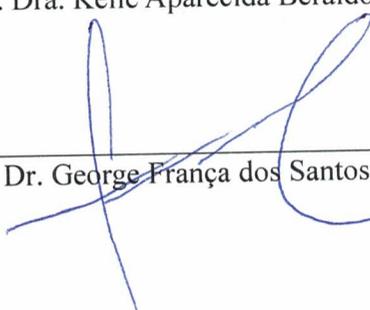
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves (Orientadora)



Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo (Membro interno)



Prof. Dr. George França dos Santos (Membro externo)

A imaginação muitas vezes nos leva a mundos que nunca sequer existiram. Mas sem ela, não vamos a lugar nenhum.

(CARL SAGAN, 1980)

DEDICATÓRIA

À minha esposa Eva por todo o apoio que me ofereceu, pela paciência e dedicação e pelo cuidado de nossos filhos, nos momentos de minhas ausências para produção o trabalho de pesquisa e escrita;

Aos meus pais, que mesmo estando distantes, na maior parte da produção, puderam dispender o apoio necessário para que eu chegasse até aqui..

Dedico esse trabalho!

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Lina, pela paciência na correção dos textos desenvolvidos e pela grande participação na elaboração e desenvolvimento do tema de pesquisa, contribuindo com muitas ideias e adendos importantes neste trabalho;

À Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, na figura do Prof. Dr. Waldecy, que abriu as portas da Universidade Federal do Tocantins ao tomarem a decisão de continuidade do processo seletivo do programa para os candidatos externos, em meio a suspensão do processo, por parte da Prefeitura Municipal de Palmas.

A Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto e a Secretaria Estadual da Educação que, na figura de seus profissionais, professores, coordenadores e diretores, permitiram que fosse possível a realização da pesquisa e, conseqüentemente, a conclusão deste trabalho.

Ao Ministério da Educação / Coordenação Geral do Ensino Médio, por meio da Verônica, que após muitos telefonemas e e-mails, forneceu uma série de dados e informações complementares do Programa Ensino Médio Inovador, cujos resultados podem ser observados neste trabalho.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta importante etapa de formação profissional, Meu MUITO OBRIGADO!

DINIZ, Victor Ferreira. **O Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI: Uma Proposta de Avaliação.** 2019, 158 fl. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2019.

RESUMO

Criado em 2009, o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, programa implantado pelo Ministério da Educação, tem como finalidade oferecer apoio técnico e financeiro para às escolas públicas brasileiras de Ensino Médio, visando a autonomia na elaboração de seus currículos, de forma integrada, participativa e inovadora, de modo a promover a melhoria dos índices neste segmento educacional. Diante disso, passados 10 anos de sua implantação, faz-se necessário avaliar as ações do ProEMI, enquanto Política Pública Educacional. Assim, com o objetivo de analisar as contribuições do ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, em Palmas, Tocantins, desde sua implantação em 2014 até 2018, foi desenvolvida a presente pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Foram empregados procedimentos da pesquisa exploratória, análise documental e entrevistas semiestruturadas, com professores e coordenadores do programa, para a coleta de dados necessários à construção do Marco Lógico – MML, metodologia utilizada por órgãos como Tribunal de Contas da União – TCU para acompanhar e avaliar políticas públicas no país. A partir das primeiras análises, foi possível perceber que o programa ainda enfrenta barreiras que dificultam sua implantação de forma efetiva, mesmo diante de todo o esforço de professores e coordenadores. Foi possível verificar que o ProEMI carece de melhor monitoramento e avaliação afim de realizar adequações necessárias ao seu desenvolvimento, visto que foram encontradas dificuldades de avaliar o programa, a partir do Marco Lógico, principalmente pela carência de dados qualitativos e pelo seu caráter predominantemente quantitativo. Desta forma, como produto da presente pesquisa, foi elaborada uma proposta metodológica própria para monitoramento e avaliação deste programa educacional, levando em consideração suas especificidades e contexto local. Esta, poderá ser aplicada em outras escolas que aderiram ao programa ou a outros, oriundos de políticas públicas educacionais no Tocantins, e servir de instrumento na tomada de decisão pela gestão pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Marco Lógico, Monitoramento e Avaliação Contextualizados, Ciclo de Políticas Públicas.

DINIZ, Victor Ferreira. **The ProEMI Innovative High School Program: A Proposal for Evaluation**. 2019, 158 fl. Dissertation (Master in Public Policy Management) Federal University of Tocantins. Palmas, 2019.

ABSTRACT

Created in 2009, the ProEMI's Innovative Higher Education Program, a program implemented by the Ministry of Education, aims to offer technical and financial support to Brazilian public secondary schools, aiming at autonomy in the elaboration of their curricula, in an integrated, participative way and innovative, in order to promote the improvement of the indices in this educational segment. Therefore, after ten years of its implementation, it is necessary to evaluate the actions of ProEMI, as Public Educational Policy. Thus, in order to evaluate the contributions of ProEMI at the Frederico José Pedreira Neto State School, in Palmas, Tocantins, since its implementation in 2014 until 2018, the present research of a qualitative approach was developed. Procedures for exploratory research, documentary analysis and semi-structured interviews with teachers and program coordinators were used to collect data needed to build the Logical Framework - MML, a methodology used by bodies such as the Federal Audit Office (TCU) to monitor and evaluate policies in the country. From the first analyzes, it was possible to perceive that the program still faces barriers that impede its implementation in an effective way, even in the face of all the efforts of teachers and coordinators. It was possible to verify that the ProEMI needs better monitoring and evaluation in order to make necessary adjustments to its development, since difficulties were found to evaluate the program, starting from the Logical Framework, mainly due to the lack of qualitative data and its predominantly quantitative character. Thus, as a product of the present research, a methodological proposal was designed to monitor and evaluate this educational program, taking into account its specificities and local context. This may be applied in other schools that have joined the program or others, coming from public educational policies in Tocantins, and serve as an instrument in decision making by public management.

Keywords: Public Educational Policies, Logical Framework, Contextualized Monitoring and Evaluation, Public Policy Cycle.

LISTA DE SIGLAS

Sigla	Significado
CIC	Campo de Integração Curricular
DRE	Diretoria Regional de Educação
EMI	Ensino Médio Inovador
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EEFJPN	Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira
LFA	Logical Framework Approach - Enfoque Quadro Lógico
MEC	Ministério da Educação
MML	Metodologia do Marco Lógico
PAG	Plano de Atendimento Global
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNB	Produto Nacional Bruto
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRC	Projeto de Redesenho Curricular
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC – TO	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins
TCU	Tribunal de Contas da União
USAID	United States Agency for International Development 'Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ciclo de políticas públicas.....	36
Figura 2 - Árvore de Problemas	50
Figura 3: Matriz Marco Lógico	51
Figura 4: Matriz Marco Lógico	52
Figura 5 - Os "objetivos" da Matriz do Marco Lógico	53
Figura 6: Lógica Horizontal do Matriz do Marco Lógico.....	54
Figura 7 - Exemplo da primeira etapa da construção da QL.....	56
Figura 8: Exemplo de construção da segunda etapa do quadro lógico.	57
Figura 9 - Número de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio.....	68
Figura 10 - Repasse para escolas que optam por aumento da jornada para 5 horas diárias conforme quantitativo de alunos matriculados.....	72
Figura 11 - Repasse para escolas que optam pela ampliação da jornada para 7 horas diárias conforme quantitativo de alunos matriculados.....	72
Figura 12 - Estrutura de articulação do ProEMI.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção científica sobre políticas públicas e marco lógico.....	46
Gráfico 2 - Distribuição da produção analisada conforme ano de publicação.....	47
Gráfico 3 - Quantidade de publicações por subárea temática.	63
Gráfico 4 - Quantidade de publicações por nível de ensino.....	63
Gráfico 5 - Número de publicações no Ensino Médio, por ano de publicação.....	64
Gráfico 6 - Número de publicações sobre o ProEMI no Portal de Periódicos Capes	77
Gráfico 7 - Número de matrículas no Ensino Médio e Fundamental do Tocantins	82
Gráfico 8 - Taxa de rendimento do Ensino Médio do Tocantins	83
Gráfico 9 - Taxa de aprovação do Ensino Médio de 2005 a 2015 (%).	84
Gráfico 10 - Resultados Saeb para Língua Portuguesa no 3º Série do Ensino Médio.....	85
Gráfico 11 - Resultados Saeb para Matemática no 3º Série do Ensino Médio.	85
Gráfico 12 - Taxa de rendimento da EEFPN a partir de 2009.	96
Gráfico 13 - Número de alunos matriculados na EEFPN a partir de 2009.	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os cinco tipos de liberdades instrumentais.	33
Tabela 2 - As diferentes etapas do ciclo de políticas públicas	38
Tabela 3 - Programas e a quantidade de publicações que estudam cada um deles.	65
Tabela 4 - Quantidade de publicações e os procedimentos metodológicos utilizados	66
Tabela 5 - Repasse de recurso para Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.	76
Tabela 6 - Quantidade de publicações e as metodologias utilizadas	78
Tabela 7 - Resultados e Metas do Ideb.	86
Tabela 8 - Quantitativo de alunos por turma e turno na EEFJPN.	94
Tabela 9 - Resultados Saeb e Ideb em 2017 na EEFJPN.	96
Tabela 10 - Atividades desenvolvidas pela escola conforme o Campo de Integração Curricular.	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão de artigos na RSL.	62
Quadro 2 - Refinamento dos Resultados.....	62
Quadro 3 - Exemplo de organização das turmas para atendimentos da Carga Horária e Campos de Integração Curricular Obrigatórios/Eletivos.	89
Quadro 4 - Quadro Lógico do ProEMI para a EEFJPN.....	104

SUMÁRIO

CAPÍTULO I.....	22
PERCURSO METODOLÓGICO	22
1. Considerações Iniciais.....	23
1.1. Abordagens da Pesquisa.....	23
1.2. Procedimentos para coleta e análise dos dados	26
CAPÍTULO II.....	31
POLÍTICAS PÚBLICAS: Abordagem Conceitual	31
2. Considerações Iniciais.....	32
2.1. Políticas Públicas: um conceito em constante debate	32
2.2. O ciclo de políticas públicas e suas diferentes fases.....	36
CAPÍTULO III	60
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, NO CONTEXTO BRASILEIRO	60
3. Reflexões Iniciais.....	61
3.1 Caminhos das Políticas Públicas Educacionais no Brasil	63
3.2 O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI	67
3.2.1 Os responsáveis pelo programa e suas competências.....	74
3.2.2. O repasse de recursos as Escolas Estaduais.....	75
3.2.3 Pesquisas recentes sobre o ProEMI.....	77
CAPÍTULO IV	80
CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS EM DADOS	80
4 Considerações Iniciais.....	81
4.1 Educação tocaninense em dados.....	81
4.2 A SEDUC e sua estrutura.....	87
4.3 A adesão ao ProEMI no Tocantins	87
CAPÍTULO V	93
ProEMI NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO: UMA AVALIAÇÃO POSSÍVEL.....	93
5 Considerações Iniciais.....	94
5.1 A Escola Estadual Frederico José Pedreira.....	94
5.2 O ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto	97
5.3 A matriz do Marco Lógico como metodologia para avaliação do ProEMI na EEFJPN..	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108

REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE A	121
APÊNDICE B.....	124
APÊNDICE C.....	127
APÊNDICE D	138

INTRODUÇÃO

O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, criado a partir da Portaria 971 de 9 de outubro de 2009, como política pública do governo federal, tem como objetivo,

apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo às expectativas dos estudantes e às demandas da sociedade contemporânea. (BRASIL/MEC 2016/2017).

Levando-se em consideração dados como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, observa-se sua manutenção nos mesmos patamares desde 2011 (BRASIL/MEC, 2017). E o ProEMI tem como foco garantir ajuda aos estados, municípios e ao Distrito Federal para melhorarem os atuais indicadores nacionais do Ensino Médio, que não ultrapassam a meta definida desde 2011.

O programa possui, como uma de suas propostas, oferecer a oportunidade para que as escolas redesenhem seus currículos do Ensino Médio, formulando atividades integradoras, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL/MEC, 2017). Além de contemplar as mais diversas áreas de conhecimento, o programa amplia o tempo na escola com a intenção de implantar a educação integral e garante maior autonomia aos seus gestores, no tocante as decisões e ao uso dos recursos destinados as mesmas.

Para sua operacionalização, as Secretarias Estaduais de Educação selecionam as escolas que devem participar do programa e estas passam a receber apoio técnico e financeiro para a elaboração e o desenvolvimento de seus projetos.

A partir de 2013, por meio da Portaria 1.140, de 22 de novembro de 2013, o ProEMI passou a integrar o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio¹ que, “representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro...” (BRASIL/MEC, 2017). Além do ProEMI, o Pacto articula o programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio.

No Tocantins, o ProEMI foi implantado somente em 2012, com a adesão de 24 escolas estaduais. Atualmente o programa atende a 54 escolas estaduais de 49 municípios, sendo que

¹ Mais informações sobre o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio podem ser consultadas em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5.

R\$ 1,5 milhão em recursos foram investidos no ano de 2017². Na capital, Palmas, o programa atualmente é adotado em duas escolas, Escola Estadual São José e Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, sendo esta última, objeto de estudo da presente pesquisa.

O programa como uma política pública é neste contexto compreendido como as disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do estado e que regulam as atividades governamentais, relacionadas às tarefas de interesse público (SANTOS, 2010). Seguindo este raciocínio, tem-se como exemplo deste conceito o ProEMI, pois, o mesmo tem se mostrado ser de grande interesse público já que propõe mudanças no Ensino Médio que visam a manutenção do aluno em sala de aula, aumento da carga horária escolar gradativamente e melhorias na qualidade do ensino.

Contudo, toda política pública envolve um ciclo com fases, desde a identificação do problema, em que se define uma agenda, passando pela sua formulação, implementação e consequentemente sua avaliação (SANTOS, 2010), com o Programa Ensino Médio Inovador não pode ser diferente, como uma política que também caracteriza-se por fases, a avaliação também deve possuir seu grau de importância, já que esta etapa consiste em se verificar se o “plano originalmente traçado está efetivamente alcançando as transformações que pretendia” (SANTOS, 2010. p.7) e no caso desta pesquisa deve ser realizada levando em consideração os nove anos, desde sua implementação no país e sete anos no Tocantins.

Como destaca Santos (2010), ao se avaliar um programa deve-se analisar seus indicadores de eficácia, eficiência e efetividade sendo eficácia vista como o alcance das metas durante o tempo do programa, a eficiência relacionada ao custo e aos benefícios do programa e por fim a efetividade que verifica o quanto dos resultados alcançados relacionam-se com os objetivos determinados para o programa.

Portanto, este trabalho realiza uma avaliação do programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, desde sua implantação na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, de Ensino Médio, na cidade de Palmas, capital do Tocantins; visando compreender como as ações do programa tem contribuído, ou poderiam contribuir mais efetivamente, para a melhoria da escola estudada.

Tal escolha se deve a mesma ser localizada na região central de Palmas, recebendo alunos de todas as regiões da cidade e da zona rural, além disso, tem-se o reduzido tempo e espaço para a realização deste trabalho não sendo possível agregar outras escolas ficando a cargo de pesquisas futuras levando-se em consideração a proposta deste trabalho.

² Disponível em: <<http://to.gov.br/noticia/2017/4/27/escolas-do-tocantins-iniciam-atividades-do-programa-ensino-medio-inovador/>> Acesso em: 28 de abril de 2017.

Resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM tem sido utilizado, em muitos casos, como indicador para a qualidade do Ensino Médio no Brasil. Ao se analisar o resultado de 2015, observa-se que no Tocantins as 22 primeiras escolas com melhores pontuações na prova são da rede privada³. Quando se analisa outro indicador importante, que é o IDEB, o estado mantém-se abaixo da meta, desde 2013, com resultados aquém do esperado. Além disso, o Tocantins encontra-se na 17ª colocação no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2015, quando se analisa apenas o Ensino Médio (BRASIL, INEP, 2017).

Pensando-se que dados e indicadores são a base para se medir a qualidade da educação no país, se observa que a educação no Tocantins ainda tem muito a melhorar. Apesar de ser um estado novo, tem que se adaptar rapidamente às mudanças que ocorrem na educação, devendo ampliar suas políticas públicas para atender a um maior número de estudantes, aliando a isso a melhoria na qualidade educacional.

O ProEMI propõe essa melhoria no Ensino Médio, como um programa vindo do Governo Federal tem se destacado por querer redesenhar o currículo desse ensino, dando maior autonomia às escolas e apoio financeiro direto às mesmas, para as adequações necessárias.

Portanto, após sete anos de implantação do programa, no Tocantins, faz-se necessária uma análise de como seus resultados vem aparecendo. Para isso propõe-se a avaliação do programa, a partir da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, que adotou o ProEMI.

Conforme destaca Bravo (2002) a avaliação de políticas públicas para educação é um grande desafio, tendo em vista a necessidade de se ter e obter informações confiáveis por parte dos gestores do programa, para torná-las possíveis para uma avaliação adequada e concisa.

Não basta estabelecer metas, políticas, programas e projetos se estes, durante o período de execução, não forem adequadamente gerenciados e avaliados. A avaliação possibilita que seja feita, em tempo oportuno e de forma eficaz, a necessária e inevitável correção de rumos. (SANTOS, 2010, p.8).

Os apontamentos de Santos (2010) são oportunos, visto que se tem observado dificuldades com a implantação de políticas públicas de Estado, ou seja, políticas de longo prazo, independentes de quem seja o governante no poder. O que se tem verificado são programas e projetos sendo implantados esperando-se resultados imediatos e, quando tais resultados não aparecem, o programa termina por ser abandonado ou tem sua direção afetada

³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/veja-100-escolas-do-tocantins-com-maiores-medias-no-enem-2015.html>> Acesso em: 28 de abril de 2017.

consideravelmente. A falta de monitoramento causa prejuízos, tanto financeiros, quanto sociais, quando a população, que é a principal receptora dos programas implantados, não têm suas necessidades atendidas.

Diante de todos os pontos elencados se realiza a seguinte indagação que serve de base para a construção deste trabalho e que se buscará responder no decorrer dos próximos capítulos.

- ✓ Como desenvolver o monitoramento e avaliação do Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, no município de Palmas, TO desde sua implantação em 2012 até 2018?

Desse modo, a presente pesquisa possui como objetivo geral analisar as contribuições do PROEMI para a melhoria do Ensino Médio da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas, TO, a partir do quadro lógico, pretendendo-se, ainda, propor uma metodologia de avaliação do programa, a partir das percepções indicadas por coordenadores e professores.

Para o alcance deste objetivo, o mesmo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Diagnosticar possíveis melhorias e entraves para o alcance dos objetivos do ProEMI, na escola arrolada na pesquisa; b) Identificar as atividades desenvolvidas em relação ao alcance do “objetivo superior” do ProEMI, na escola, por meio da análise das relações causais entre níveis de atividades/resultados; resultados/objetivos do projeto; objetivo do projeto/objetivo superior; c) Avaliar o ProEMI, sob a perspectiva dos gestores em atividade na escola atendida e Secretaria Estadual de Educação; d) Apresentar para gestores e coordenadores de Políticas Públicas uma proposta para o monitoramento e avaliação do ProEMI que possam ser norteadoras para a gestão, em uma possível expansão ou melhoria do programa, na rede estadual.

Cabe destacar que os dados e informações apresentadas foram colhidas nos sites oficiais dos órgãos públicos estaduais e federais, ou fornecidos diretamente pelos servidores responsáveis pelos setores e áreas que se dedicam a estatísticas oficiais governamentais ou responsáveis pelo programa, seja na SEDUC ou no Ministério da Educação -MEC.

Devido a lacunas de dados e informações inexistentes ou não passíveis de mensuração, nos sites governamentais, realizou-se contatos via Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC⁴. Ferramenta importante, para busca de informações, sendo

⁴ O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação

de grande valia para a inserção de alguns dados neste trabalho e que poderão ser conferidos na integra nos anexos.

Além da introdução, esta pesquisa está organizada nos seguintes capítulos:

Capítulo 1: Percurso Metodológico, que descreve a metodologia utilizada para desenvolver a presente pesquisa tendo como base critérios quantitativos e qualitativos fundamentados em uma pesquisa exploratória de campo em que se procura levantar dados e informações que servem para proporcionar a adequada análise do ProEMI estando intimamente ligada a análise de entrevistas semiestruturadas com gestores e coordenadores responsáveis pelo programa, dados e documentos oficiais da gestão da matriz do quadro lógico, esta sendo, etapas da Metodologia do Marco Lógico (MML) que servirá para verificar a consistência ou inconsistência do programa.

No Capítulo 2: Políticas Públicas: uma abordagem conceitual, que apresenta uma discussão teórica sobre políticas públicas se valendo da ampla bibliografia nacional e internacional sobre o assunto. Passa por Amrtya Sen (2010) utilizando como pano de fundo sua discussão sobre desenvolvimento como liberdade. Aqui, são discutidas as políticas públicas como meio para desenvolver e adquirir tais liberdades.

Passa ainda pela discussão sobre o conceito de políticas públicas, pela concepção de ciclo, com destaque para as etapas de monitoramento e avaliação, na perspectiva de autores como Santos (2010), Frey (2000), Schneider (2009), Wu (et al. 2014), Subirats (1992), com destaque para a Metodologia do Marco Lógico, na qual realiza-se a revisão sistemática de literatura e uma discussão conceitual desta importante ferramenta para monitoramento e avaliação de políticas públicas.

No Capítulo 3: Políticas Públicas educacionais no contexto brasileiro, apresenta-se uma revisão de literatura, sobre as pesquisas em políticas públicas educacionais no Brasil, verificando-se o Estado da Arte da área das políticas públicas na educação, observando-se em quais programas, quais áreas e quais as metodologias tem sido mais utilizada nestas pesquisas.

Dentro do capítulo destaca-se ainda uma análise do ProEMI com apresentação do programa, os objetivos anunciados pelo Governo Federal e como o programa se desenvolve na escola, a partir dos documentos orientadores, lançados ano a ano pela Secretaria de Educação Básica do governo brasileiro. Também apresenta a revisão de literatura sobre as

publicações recentes sobre o programa no país, metodologias utilizadas e quais os principais objetivos das referidas pesquisas, além da adesão ao programa por parte do governo estadual.

No Capítulo 4: Cenário da Educação no Tocantins, se apresenta e discute o cenário educacional do Tocantins a partir de seus dados, a estrutura da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (Seduc), passando pela discussão quanto a adesão estadual no ProEMI.

No quinto e último capítulo realiza-se a apresentação da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, seu desempenho escolar e seu trabalho realizado com o Programa Ensino Médio Inovador. A partir dos dados levantados, conforme metodologia descrita no capítulo 1, se realiza a tabulação dos dados e informações coletadas na Matriz do Marco Lógico, para analisar a consistência ou a inconsistência da implementação do programa na escola. Analisando ao mesmo tempo, as entrevistas para então propor uma metodologia de avaliação de programas educacionais no Tocantins que seja condizente com a realidade escolar estadual.

CAPÍTULO I

PERCURSO METODOLÓGICO

A palavra método vem do grego, methodos, composta de meta: através de, por meio, e de hodos: via, caminho. Servir-se de um método é, antes de tudo, tentar ordenar o trajeto através do qual se possa alcançar os objetivos projetados. (Dicionário Etimológico online)

1. Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa discutindo-se os modelos e estratégias adotadas, tendo em vista os objetivos e os resultados que se pretende alcançar, por meio da avaliação do Programa Ensino Médio Inovador.

A partir das abordagens de pesquisa e dos procedimentos utilizados para coleta e análise de dados pretende-se verificar a consistência ou inconsistência apresentada pelo programa, além de apresentar a Metodologia do Marco Lógico -MML como uma importante ferramenta de análise e avaliação de políticas públicas pautando ainda, a proposição de uma metodologia específica de avaliação de programas educacionais no Tocantins, levando em consideração suas especificidades, tendo seu uso ampliado pela gestão para avaliar o programa em outras escolas ou mesmo outros programas.

1.1. Abordagens da Pesquisa

Como destaca Gil (2008, p.8) o conhecimento científico possui a verificabilidade como característica principal, sendo a verificação uma maneira em que se pode refutar ou garantir a validade do conhecimento gerado. E, “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação”. Ou, em outras palavras, para gerar conhecimento científico, verificável, é preciso determinar um “método que possibilite chegar a esse conhecimento”.

Como se observa, não é possível transformar um fato em conhecimento científico sem a aplicação do método, para se chegar ao resultado possível, determinado por esse fato, ou melhor, como destacam Marconi e Lakatos (2003, p.83), não há ciência sem o método científico, assim

o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2003. p.83).

Gil (2008, p.8) destaca que apesar das tentativas, sem sucesso, de se estabelecer um método único e que pudesse ser aplicado a todas as áreas de conhecimento, o método se define por sua particularidade para o que se pretende pesquisar. Dependendo dos objetivos a serem alcançados, um método em específico pode ou não ser utilizado adequadamente. Desta forma, o pesquisador deverá definir a melhor maneira que possa ajudá-lo a responder a seu problema de pesquisa.

Para se estudar questões relativas à educação, por exemplo, não há um método específico que possa ser utilizado, devendo o pesquisador escolher, entre a diversidade de métodos existentes, aquele que melhor define sua pesquisa, a partir do contexto no qual está inserida, sendo o método caracterizado por uma abordagem mais ampla dos fenômenos da natureza e da sociedade (MARCONI; LAKATOS, 2003. p.88).

Além disso, em uma pesquisa de mestrado, com curto período de duração, é preciso delimitar adequadamente o objeto de estudo. Flick (2009) explica que as narrativas atualmente precisam estar limitadas no espaço, tempo e situação e que os grandes estudos ou grandes narrativas estão encontrando cada vez menos espaço nas pesquisas.

A mudança social acelerada e a consequente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais [...]. Desta forma, a pesquisa está cada vez mais obrigada a utilizar-se das estratégias indutivas. [...]. O conhecimento e a prática são estudados enquanto conhecimento e prática locais (GEERTZ, 1983 apud FLICK, 2009, p.21).

Desta forma, partindo do estudo local, realizando uma avaliação específica do programa, pode-se provavelmente apontar e compreender resultados que se aplicariam às demais escolas atendidas pelo ProEMI, no estado, discutindo-se as possibilidades ou impossibilidades de ampliação do mesmo, tendo em vista os resultados apresentados até o momento.

Diante disso, esta pesquisa se baseia em uma abordagem indutiva e predominantemente qualitativa tendo em vista a sua característica interpretativa em relação ao objeto estudado, pois a pesquisa qualitativa:

Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

Contudo, a pesquisa do tipo qualitativa não é de fácil definição, principalmente devido a variedade de pesquisas e suas respectivas escolas. Essa diversificação é intensificada em razão das escolas alemã e anglo-americana “estarem envolvidas com temas e métodos muito diferentes e pelo fato de existir um diálogo muito limitado entre ambas” (FLICK, 2009).

A pesquisa qualitativa, hoje ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de estudos que envolvam seres humanos e suas variadas e intrincadas relações sociais.

Sinteticamente, uma pesquisa pode ser considerada qualitativa se sua intenção for a compreensão e a interpretação de dados não numéricos (GABRIELIAN; YANG; SPICE, 1999, p.142-143). Assim, a partir dos dados coletados na pesquisa de campo pretende-se realizar uma avaliação e compreensão da importância do programa para o desenvolvimento educacional.

Apesar da dificuldade de se delimitar a pesquisa qualitativa e transformá-la em algo palpável, é possível caracterizá-la de forma que possa trazer uma orientação adequada a quem trabalha com essa abordagem. Pires (2008, p. 90) faz uma análise geral a partir de seus estudos epistemológicos e teóricos sobre o tema. E apresenta as seguintes características da pesquisa qualitativa:

- a) por sua flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento;
- b) por sua capacidade de se ocupar de objetos complexos, como as instituições sociais, os grupos estáveis;
- c) por sua capacidade de englobar dados heterogêneos, ou, como o sugeriram Denzin e Lincoln (1994:2), de combinar diferentes técnicas de coleta de dados;
- d) por sua capacidade de descrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social [...] principalmente por permitir ao pesquisador dar conta (de um modo ou de outro) do ponto de vista do interior, ou de baixo;
- e) por sua abertura para o mundo empírico, a qual se expressa, geralmente, por uma valorização da exploração indutiva do campo de observação.

Tais características indicam uma maior proximidade entre o pesquisador e o objeto estudado, “partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p.37). Assim, a avaliação de uma política educacional vai além de dados quantitativos representativos de seus resultados é compreender como os sujeitos impactados por tais políticas se comportam com a intervenção realizada e se para eles o efeito é sentido da mesma forma que os números demonstram.

Portanto, a pesquisa qualitativa pode trazer grandes contribuições para as avaliações de políticas sociais, pois, permite compreender como as decisões são tomadas e como elas afetam regionalmente e individualmente os recebedores da política em estudo, “sua capacidade de considerar os diferentes aspectos de um caso particular e relacioná-la ao contexto geral; sua capacidade de formular proposições ligadas à ação e à prática” (DESLAURIERS; KÉRISIT 2008, p.127).

Contudo, apesar da presente pesquisa possuir como predominância sua natureza qualitativa não se pretendeu deixar de se realizar uma pesquisa do tipo quantitativa, de modo que possa fundamentar a avaliação do Programa Ensino Médio Inovador, na escola pesquisada.

Flick (2009, p.39) aponta que a pesquisa quantitativa pode apoiar a pesquisa qualitativa no sentido de se fornecer uma visão geral do objeto estudado. Ou seja, quantidade e qualidade podem ser complementares na busca “de um conhecimento mais amplo sobre o tema da pesquisa, em comparação ao conhecimento fornecido por uma única abordagem” (FLICK, 2009, p.46).

A abordagem quantitativa auxilia na análise dos dados coletados na abordagem qualitativa. Apesar de pouco usados nas pesquisas em educação (GATTI, 2004), dados

estatísticos não podem ser excluídos quando se trata de pesquisas em educação, principalmente quando de avalia uma política pública, que leva em consideração índices e resultados de rendimentos escolares.

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. (GATTI, 2004).

A partir de dados métricos coletados de arquivos da secretaria acadêmica da escola e Secretaria Estadual de Educação, assim como, resultados do Enem, Ideb, Saeb, pode-se ampliar a análise do ProEMI e verificar, a partir de seus resultados, se o programa tem demonstrado avanços, na escola estudada. Nas palavras de Gatti (2004), “em si, tabelas, indicadores, testes de significância, etc., nada dizem, [pois o] significado dos resultados é dado pelo pesquisador em função de seu esforço teórico.”.

Portanto, a presente pesquisa pauta-se no método indutivo, porque adota como objeto de estudo o ProEMI em uma escola local para verificar as possibilidades de generalizar os resultados. Fundamenta-se numa abordagem qualitativa com aportes de dados quantitativos, ou seja, uma abordagem quali-quantitativa.

1.2. Procedimentos para coleta e análise dos dados

Como procedimentos a serem adotados, a primeira etapa realiza-se por meio de pesquisa exploratória, para obter uma proximidade com o objeto de estudo, conforme destaca Gil (2008, p.28):

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Ainda, conforme Trivinos (1987, p.109), o planejamento de uma pesquisa exploratória parte do pressuposto da necessidade de se encontrar dados ou informações que representem os resultados esperados pelo pesquisador.

Nesta fase inicial o pesquisador teve os primeiros contatos com documentos oficiais, da Secretaria de Educação e/ou da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto no município de Palmas - TO, tomada como objeto de investigação. É um tempo para compreender o contexto de pesquisa e de atuação dos participantes coordenadores e gestores escolares, além dos responsáveis pelo programa na sede da Secretaria Estadual da Educação.

Partindo do pressuposto que avaliação do programa era inexistente ou ineficiente, tendo em vista a falta de previsibilidade nos Documentos Orientadores do Programa. Confirmou-se a necessidade de se utilizar uma metodologia para avaliação do ProEMI, que permitisse o acompanhamento do programa e sua possível utilização posterior em outras escolas da rede estadual de ensino, de maneira eficiente e eficaz, resguardando o tempo produtivo de gestores, coordenadores, professores e demais profissionais envolvidos no acompanhamento da implementação do programa.

Desta forma, como meio de análise e avaliação para o ProEMI, visando os aspectos relacionados anteriormente, foi adotada a Metodologia do Marco Lógico – MML⁵.

Também conhecido como Quadro Lógico ou Estrutura Lógica é um método utilizado pelos principais organismos de cooperação internacional, para acompanhamento de políticas públicas, mas que pouco tem sido utilizado como ferramenta auxiliar para avaliação de políticas públicas educacionais, justificado em muitos casos por favorecer um caráter estanque e engessado para a política se não utilizado de maneira adequada.

A metodologia surgiu no contexto de cooperação internacional para o desenvolvimento, iniciado na década de 60 pela *United States Agency for International Development* (USAID) após constatar a dificuldades que os projetos de cooperação tinham em demonstrar sua efetividade (PFEIFFER, 2000. p.81).

A MML permite:

Assegurar que as ações do projeto contribuam para o objetivo geral definido inicialmente, dentro de uma matriz na qual se inserem de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando onde se pretende chegar (objetivos) e o que se pretende realizar (como). [...]. São consideradas a lógica vertical (as razões pelas quais o projeto foi concebido e a maneira como será executado) e a lógica horizontal (a maneira como os resultados do projeto serão expressos...). (GALLO, 2014, p.42).

O Marco Lógico - ML consiste em uma matriz, geralmente em formato quatro por quatro, que são preenchidos os espaços, conforme as informações descritas no planejamento do programa. Ele traz transparência e precisão da política analisada, pois permite “reconhecer as decisões estratégicas sobre a aplicação dos escassos recursos, que inclui a definição do que se pretende realizar e aonde se pretende chegar” (PFEIFFER, 2000. p.83). Com a matriz é possível verificar como o projeto se encontra organizado, de tal forma que permita seu acompanhamento e avaliação.

⁵ A metodologia foi criada por uma agência americana na década de 60, período conturbado de nossa história em que teve início o período militar no Brasil e em outros países latinos americanos, questiona-se essa influência americana no país durante esse período e de apenas focar em resultados numéricos, não dando espaço para análise subjetiva dos programas e políticas públicas.

Levando-se em consideração que o programa não possui, ou não teve em sua elaboração, uma matriz do marco lógico no momento de seu planejamento, pretendeu-se neste trabalho, realizar o preenchimento da MML enquanto o ProEMI encontra-se em execução, na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. Para isso, esperou-se que as informações e os dados coletados na pesquisa fossem suficientes como base para o preenchimento das linhas e colunas da matriz.

As lacunas existentes e identificadas no Quadro Lógico (QL) foram objeto de proposição final deste trabalho. Uma proposição final de adequada composição de todas as etapas, realizando, para isso, o desenvolvimento da árvore de problemas como etapa componente da Metodologia do Marco Lógico (MML) (PEREIRA; CONCEIÇÃO; NUNEZ, 2009. p. 69-70) e que devem ser seguidas para o adequado preenchimento da matriz.

Partindo-se da premissa de que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (MARCONI; LAKATOS, 2003. p.139), observa-se a importância de o pesquisador ir a campo, com as etapas de seu trabalho claramente definidas. Porém, cabe destacar que, conforme Trivinos (1987, p. 140), no andamento da pesquisa é essencial que o pesquisador seja flexível em sua condução, pois, fontes importantes podem surgir e podem ser essenciais para análise posterior que se pretende realizar.

Considerada como fontes primárias, a pesquisa documental não se restringe apenas a pesquisa em documentos oficiais, mas a qualquer fonte que sirva para consulta ou estudo podendo ser utilizados vídeos, fotografias, áudios entre outras possibilidades que sirvam para a investigação proposta.

Neste trabalho priorizou-se o uso dos arquivos públicos e das fontes estatísticas baseadas na análise e interpretação dos dados disponíveis. Sendo analisados, o projeto político pedagógico da escola, projetos desenvolvidos por professores e coordenadores, propostas curriculares, arquivos da secretaria, censos escolares (aprovações, reprovações, abandono e evasão), relatórios de gestão e demais documentos, que permitam o preenchimento adequado do QL e conseqüentemente promover o monitoramento e avaliação do ProEMI.

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Além da análise documental, autorizada pelos documentos que encontram-se no Apêndice A, foram realizadas no total oito entrevistas do tipo semiestruturadas, que também podem ser conferidas na íntegra no Apêndice D deste trabalho, sendo cinco professores, a coordenadora do programa na escola pesquisada, uma das técnicas supervisoras do programa nas escolas da Diretoria Regional de Ensino de Palmas e a gestora do ProEMI na sede da Secretaria Estadual de Educação, sendo os quais, preencheram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo modelo encontra-se disposto no Apêndice B.

Vale destacar que inicialmente estavam previstas entrevistas com seis professores da escola, porém, um deles não se sentiu à vontade para prestar informações sobre programa e expor sobre as atividades que realiza alegando ser recente seus trabalhos no programa, acreditando que talvez não apresentaria uma entrevista interessante para a pesquisa.

Segundo Trivinos esse tipo de entrevista (1987, p.146) “ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. Apesar de ser utilizada como ferramenta auxiliar aos demais instrumentos de coletas de dados, não pode ser dispensado os cuidados com a linguagem e roteiro, necessitando de um planejamento minucioso e cuidadoso (MANZINI, 2012). A entrevista semiestruturada caracteriza-se por

Um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta. (MANZINI, 2012).

Ainda, conforme Manzini (2012) a entrevista semiestruturada confere maior confiança ao pesquisador, pois favorece a comparação das informações fornecidas pelos entrevistados, desta forma, almeja-se verificar a concepção e a aplicabilidade do ProEMI, os critérios utilizados para escolha das escolas participantes e as decisões tomadas quanto a ampliação ou não do programa no Tocantins e na escola.

Além dos resultados a serem apresentados com a análise do programa, no período estudado, deseja-se deixar como produto a elaboração do QL como auxiliar para o monitoramento e avaliação do programa, além de uma metodologia específica que atenda as necessidades do mesmo e que possa ser facilmente adaptado para avaliação de políticas públicas educacionais, principalmente no estado do Tocantins e especialmente do ProEMI,

podendo ser posteriormente utilizada pelos próprios gestores, como forma de monitoramento do programa.

Portanto, a partir da metodologia explicitada neste trabalho, pretendeu-se obter um diagnóstico adequado do Programa Ensino Médio Inovador, proposto pelo governo federal, que, ao longo dos últimos sete anos, vem sendo implantado no Tocantins tendo como estudo uma escola estadual, no município de Palmas.

Cabe destacar que o presente trabalho também realiza uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL sobre os principais temas aqui discutidos e que poderão ser observados no decorrer dos próximos capítulos, a RSL é entendida como

[...] uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. (SAMPAIO; MANCINI, 2006. p.84).

A RSL permite obter informações de um conjunto de trabalhos sobre determinado tema de forma que se possa compreender o caminho que se tem tomado na pesquisa sobre o assunto discutido e nesta pesquisa possui a importância de demonstrar como se tem realizado os trabalhos a partir do Portal de Periódicos da Fundação Capes que reúne as principais publicações nacionais e internacionais e que estão disponíveis ao pesquisador brasileiro.

O próximo capítulo fundamenta teoricamente a pesquisa a partir de uma revisão de literatura.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS: Abordagem Conceitual

A ação consiste em estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em situações concretas. [...]. Consideradas em conjunto, as intenções e a implementação implicam uma disposição do sistema de ação, -individual ou coletivo - para modificar sua relação com sua situação e ambiente numa direção desejada. (PARSONS, Talcott. 1966.)

2. Considerações Iniciais

Este capítulo traz o referencial teórico sobre políticas públicas, seu ciclo, com destaque para a fase de avaliação. Traz, também, os resultados de uma revisão sistemática de literatura sobre a utilização da Metodologia do Marco Lógico para o monitoramento e avaliação de políticas públicas, trazendo as pesquisas recentes sobre o tema, além de uma reflexão teórica sobre a metodologia e os principais autores que a discutem.

2.1. Políticas Públicas: um conceito em constante debate

Discutir políticas públicas passa necessariamente pela discussão sobre desenvolvimento, mas não o desenvolvimento que a maior parte das pessoas tem acostumado acompanhar no dia-a-dia. Como destaca Sen (2010), por desenvolvimento se confunde muitas vezes apenas o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda, industrialização, avanço tecnológico ou modernização, mas o que explicaria países, em que a renda per capita é superior a outros países, mas ao mesmo tempo possuem expectativa de vida menor que estas mesmas nações.

Tal pensamento leva a acreditar que uma sociedade para ser considerada desenvolvida deve reunir outros aspectos, que permitem que os indivíduos, desta mesma sociedade, possam ser independentes e promotores de seus próprios caminhos. É o que Sen (2010) considera como expansão das liberdades individuais, em que, características como as citadas no parágrafo anterior devem ser consideradas apenas como meios de se adquirir tais liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessivas de Estados repressivos. (SEN, 2010. p. 16-17).

O autor cita Brasil e África do Sul como exemplos de países que possuem renda per capita maior que a China e Sri Lanka, entretanto, possuem expectativa de vida menor que os mesmos.

Não se deve considerar países como desenvolvidos apenas por alguns poucos indicadores. Segundo o autor, para se indicar o grau de desenvolvimento de uma sociedade, essa deve ser analisada como um todo, indicando-se a expansão das liberdades individuais adquiridas a partir do aumento da renda, PNB, crescimento industrial e do trabalho. Isso para citar alguns indicadores, que podem ser considerados como meios para adquirir tais

liberdades, mas que, na maioria das vezes, são tomados como sinônimo de desenvolvimento sem passar por nenhum filtro.

A inexistência de tais liberdades individuais gera um ciclo vicioso na sociedade, que é bem apontado por Sen (2010, p.25) quando destaca que “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação da liberdade social, assim como a privação da liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação da liberdade econômica”.

Na China e Sri Lanka, para continuar com os exemplos do autor, apesar de se ter uma expectativa de vida maior, os indivíduos possuem privações de liberdades políticas e sociais. Então, para caracterizar o desenvolvimento, deve-se considerar o atendimento aos cinco tipos de liberdades apontadas por Sen (2010, p.25): liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (Tabela 1). Para o autor, apenas quando estes quesitos estiverem satisfeitos, se pode falar em desenvolvimento, pois “cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa” em que ambas se complementam ligando-se uma a outra, a fim de que o ser humano tenha suas necessidades satisfeitas.

Tabela 1 - Os cinco tipos de liberdades intrumentais.

Liberdades Políticas	Facilidades Econômicas	Oportunidades Sociais	Garantias de Transparência	Segurança Protetora
Determinar quem deve governar;	São as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca	Disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor.	Liberdade de lidar uns com os outros com dessegredo e clareza;	Rede de segurança social; para se evitar a fome e a morte;
Possibilidade de Fiscalizar e criticar autoridades	Disponibilidade de financiamento e o acesso ao mesmo		Inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.	Disposições institucionais como benefícios aos desempregados;
Liberdade de Expressão;				Suplementos de renda.
Imprensa sem censura.				

Fonte: Sen (2010, p. 58-60).

Considerando a relação existente entre tais liberdades, o autor aponta que somente políticas adequadas poderão promover o aumento da capacidade dos indivíduos, a garantia do desenvolvimento pleno dos mesmos e da sociedade em que convivem.

Nesta perspectiva, se concentra o cerne desta primeira parte do trabalho, refletir sobre políticas públicas, de forma que possam garantir o “desenvolvimento como liberdade” dos indivíduos atingidos por elas; como promotoras do aumento das capacidades dos indivíduos

se sentirem parte da sociedade na qual convivem e possam contribuir positivamente para garantia da sua própria liberdade e de outros indivíduos.

Cabe aqui destacar a conceituação de política pública, principalmente no que concerne ao termo política, bem definido em Língua Inglesa, mas pouco claro quando traduzido para a Língua Portuguesa.

Frey (2000, p.216-217) apresenta a existência de três dimensões para a política, que podem ser melhores definidos por sua terminologia em Língua Inglesa.

- a dimensão institucional '*polity*' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- a dimensão processual '*politics*' que tem em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- a dimensão material '*policy*' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Ainda sobre tais dimensões, Deubel (2002, p.25) explica que

es preciso señalar por lo menos tres acepciones que se encuentran cobijadas por la misma palabra y que el idioma inglés sí. Primero, la política concebida como el ámbito del gobierno de las sociedades humanas, polity en inglés. Segundo, la política como la actividad de organización y lucha por el control del poder, politics en inglés. Y, finalmente, la política como designación de los propósitos y programas de las autoridades públicas, policy en inglés.

Dagnino, Cavalcanti e Costa (2016) ao trabalharem com a Metodologia de Análise de Políticas (MAP) esclarecem que o termo política pode ser empregado de diversas maneiras, dependendo do contexto que se insere e destacam dez possibilidades de uso, por exemplo, para designar:

1. campo de atividade ou de envolvimento governamental (social, econômica), embora com limites nem sempre definidos;
2. objetivo ou situação desejada (estabilidade econômica);
3. propósito específico (inflação zero) em geral relacionado a outros de menor ou maior ordem;
4. decisões do governo frente a situações emergenciais;
5. autorização formal (diploma legal), ainda que sem viabilidade de implementação;
6. programa ("pacote" envolvendo leis, organizações, recursos);
7. resultado (o que é obtido na realidade e não os propósitos anunciados ou legalmente autorizados);
8. impacto (diferente de resultado esperado);
9. teoria ou modelo que busca explicar a relação entre ações e resultados;
10. processo (os nove acima são "fotos", é necessário um "filme": enfoque processual) (DAGNINO, CAVALCANTI, COSTA. 2016, p. 188).

Heidemann (2009, p. 28-29) destaca que o termo política tem suscitado amplos debates e tem gerado discordâncias, quando o assunto é defini-la:

De acordo com uma primeira categoria, a política engloba tudo o que se diz respeito à vida coletiva das pessoas em sociedade e em suas organizações [...]. Nas relações

sociais, as pessoas influenciam e deixam-se influenciar umas às outras. [...] Em segundo lugar, a política trata do conjunto de processos, métodos e expedientes usados por indivíduos ou grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter o poder. A *conjuntura* prevalece sobre a *estrutura*. [...]. A política, em terceiro lugar, é também a arte de governar e realizar o bem público. Nesse sentido, ela é o ramo da ética que trata do organismo social como uma totalidade e não apenas das pessoas como entidades individuais. [...]. Em sua acepção mais operacional, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade.

A concepção de política adotada no presente trabalho se refere basicamente a política (policy), isto é, voltada para as ações e decisões governamentais, com ou sem participação de outros atores, que visam resolver questões da sociedade em promoção as liberdades dos indivíduos para que possam promover avanços e mudanças da realidade vivida.

Nas palavras de Saravia (2006. p. 28) “trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

A definição de Saravia vai ao encontro da concepção aqui adotada e destaca a complexidade que é garantir o cumprimento das políticas públicas, produzindo os efeitos necessários no sistema político e social.

Nesta mesma perspectiva, Santos (2010, p. 9) define políticas públicas como um conjunto de “disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público”. Tais tarefas devem ser definidas e pensadas em conjunto com a sociedade, pois devem proporcionar maior participação política dos indivíduos, visto que eles é que terão capacidade de apontar ou desviar a trajetória das políticas públicas, para que atinjam seus interesses, isto é, somente a população que está na “ponta” e que receberá tais políticas, poderá agregar suas reais necessidades às ações estatais.

Porém, até que as políticas públicas se tornem efetivas e possam promover mudanças no meio para o qual foi definida, pode-se considerar que as mesmas passam por todo um processo, fases, ou ciclos desde o planejamento até a apresentação dos seus primeiros resultados e é isso que está abordado no próximo tópico, que busca a explicitar a compreensão como se dá o processo de formulação e implementação de políticas públicas.

2.2. O ciclo de políticas públicas e suas diferentes fases.

O processo de elaboração de políticas públicas passa por diversas fases mais ou menos definidas, variando conforme os autores que o descrevem, Santos (2010) e Saravia (2006) descrevem esse ciclo em 7 (sete) fases, que podem ser sintetizadas na Figura 1.

Figura 1: Ciclo de políticas públicas



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir da formulação de Santos (2010) e Saravia (2006).

Cabe destacar que nem sempre as políticas públicas obedecem a esse formato cíclico, conforme visualizado na Ilustração anterior. Na maioria dos casos, as etapas se sobrepõem, principalmente pelo caráter de discussão, que cada uma possui, e pelas mudanças ocorridas, conforme as etapas vão sendo realizadas.

Numa perspectiva analítica, Parada (2006. p. 72) apresenta o processo de desenvolvimento de políticas públicas em quatro etapas:

origen, diseño, gestión y evaluación de las políticas públicas. La articulación de la política y las políticas públicas puede ser mejorada en cada una de las etapas analíticas de estas últimas [...] Cada parte del proceso tiene una naturaleza específica. Estas fases no necesariamente se dan en etapas causales y consecutivas, sino que en momentos analíticos de calidad y duración heterogéneas.

Por outro lado, Subirats (1992), apresenta um amplo leque de fases que passa o processo de elaboração de políticas públicas. Aponta que os objetivos de uma política pública

devem ser definidos desde seus momentos iniciais, devendo modificar-se durante o processo, dependendo de seus formuladores, para que possam atingir aos objetivos definidos. Para ele, um esquema de análise conteria os seguintes passos:

percepción y definición del problema; intereses afectados; grado de organización; acceso a los canales representativos; consecución del estatuto propio de «tema» a incluir en el programa o agenda de actuación de los poderes públicos; formulación de una solución o de una acción de respuesta; establecimiento de objetivos y prioridades; soportes políticos, presupuestarios y administrativos de la solución propuesta; implementación o puesta en práctica de esa política; evaluación y control de los efectos producidos; mantenimiento, revisión o terminación de esa política. (SUBIRATS, 1992. p.42).

O autor destaca a formação de uma rede em torno do problema, que serviria de base para a definição da política pública e para a busca, em conjunto, de ações que possam permitir se chegar ao seu objetivo final.

Frey (2000) argumenta que essa estratificação do processo permite a maior visualização de como se dá a criação da política pública, podendo assim ser mais bem entendida pelos analistas. Apesar de se encontrar pontos em comum a todas as fases de elaboração de políticas públicas, nos mais diversos autores que discutem o assunto, Frey (2000), faz uma proposta analítica complementar:

Proponho distinguir entre as seguintes fases: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (FREY, 2000, p.226).

O mesmo autor ainda aponta que é comum a todas as propostas do ciclo de políticas públicas as fases de formulação, implementação e do controle de impactos das políticas. Corroborando com o autor, Saravia (2006) afirma que, apesar de ficarem bem definidas a formulação, implementação e avaliação, como fases comuns em todos os autores que analisam políticas públicas, um maior grau de especificação do processo de políticas públicas, característica própria na América Latina, é necessária porque cada uma das etapas é um campo para diversos tipos de negociação.

Para o autor, fica claro a existência da agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação. Mas, para as fases de formulação de políticas públicas não se encontra definição única. Para melhor visualização das diferentes conceituações, a tabela 2, apresenta as etapas descritas, por cada um dos autores consultados.

Tabela 2 - As diferentes etapas do ciclo de políticas públicas

Autores	Etapas descritas
SECHI, (2011).	Identificação do problema, formulação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, reformulação, aperfeiçoamento e extinção da política pública.
HEIDEMANN, (2009).	Decisão política, Implementação, verificar se as partes interessadas foram satisfeitas, avaliação com vistas a sua continuidade, aperfeiçoamento, reformulação ou descontinuidade.
FREY, (2000).	Percepção e definição de problemas, agenda-setting., elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação.
DEUBEL, (2002).	Implicación del gobierno, percepción de problemas, definiciones de objetivos y proceso
DAGNINO; CAVALCANTI; COSTA, (2016).	Formulação, Implementação e Avaliação
SUBIRATS, (1992).	Percepción y definición del problema; intereses afectados; grado de organización; acceso a los canales representativos; consecución del estatuto propio de «tema» a incluir en el programa o agenda de actuación de los poderes públicos; formulación de una solución o de una acción de respuesta; establecimiento de objetivos y prioridades; soportes políticos, presupuestarios y administrativos de la solución propuesta; implementación o puesta en práctica de esa política; evaluación y control de los efectos producidos; mantenimiento, revisión o terminación de esa política
SARAVIA, (2006)	Agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação

Fonte: O autor (2018).

Como se observa, não há consenso entre os autores sobre as etapas do ciclo de políticas públicas, entretanto, há bastantes semelhanças entre elas. Alguns autores apresentam as etapas de maneira mais específica por observarem que, em cada uma delas, é possível verificar um debate, uma mudança, uma decisão, um acordo, entre outras possibilidades que possam buscar o fim principal, que é a mudança ou aquisição de liberdades pela população impactada pela política.

Um ponto de convergência entre as etapas apresentadas pelos diferentes autores é a necessidade da avaliação, antes, durante e ao final do processo. No próximo tópico, se apresenta especificamente sobre a teoria e prática da avaliação de políticas públicas, objeto da presente pesquisa, e analisa-se como se dá essa importante etapa do ciclo de políticas públicas.

2.1 Avaliação de Políticas Públicas

Avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais e sociais com o intuito de determinar

como uma política pública se saiu na prática, bem como estimar o provável desempenho dela no futuro. A avaliação examina tanto os meios utilizados, como os objetivos alcançados por uma política pública na prática. Os resultados e as recomendações da avaliação são então enviados de volta para novas rodadas de criação de políticas, e podem levar ao aprimoramento do desenho e da implementação de uma política pública, ou, raramente, à sua completa reforma ou revogação. (WU et al, 2014. p. 118).

A avaliação é considerada por muitos autores como a fase mais importante da política pública, pois é nela que se visualiza se política realmente está alcançando os resultados esperados.

Ao avaliar programas, deve-se atentar para os indicadores de eficiência dos meios e recursos empregados; para os indicadores de eficácia no cumprimento das metas; e para os indicadores da efetividade social do programa.

Os indicadores de eficácia mostram a relação entre alcance de metas e tempo ou, em outras palavras, o grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, em um determinado período de tempo.

Os indicadores de eficiência mostram entre o custo e benefícios, buscando a minimização do custo total ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado.

Os indicadores de efetividade apontam a relação entre os resultados e o objetivo. É a medida do impacto ou do grau de alcance dos objetivos. (SANTOS, 2010. p. 7-8).

A avaliação de políticas públicas é um processo detalhado e minucioso, que permite verificar se os objetivos e metas dos programas, pensados para combater privação de alguma liberdade dos indivíduos, estão sendo realmente cumpridos. A avaliação, se bem conduzida, pode oferecer subsídios para a reformulação, aperfeiçoamento ou melhoria da política, ou até mesmo a sua extinção, caso seus objetivos não estejam sendo cumpridos e já não possa mais readequar os rumos do programa.

Frey (2000) destaca que, nos Estados Unidos, a pesquisa sobre políticas públicas teve seu estabelecimento a partir do início dos anos 50 e que, na Europa, a prática começou a surgir nos primeiros anos da década de 70, o que já pode ser considerado recente. No Brasil essa prática começou a ganhar forma, no período de transição para o período democrático, na metade da década de 80 (TREVISAN, 2008; BELLEN, 2008). Ou seja, o estudo sobre políticas públicas ainda é um campo pouco explorado e que tem se demonstrado bastante amplo e aberto para o debate, o que explica a incipiência no processo de avaliação.

Arretche (2003) e Souza (2003) apontam para um grande crescimento dos estudos voltados para a área de políticas públicas nos últimos anos, porém, alertam para a grande lateralidade da pesquisa que se voltam basicamente para estudos de caso e que, ainda, carece de trabalhos voltados para os processos e metodologias de investigação que ficam a cargo principalmente de modelos vindos de fora.

No que diz respeito à definição por parte da nossa comunidade de pesquisadores das questões legítimas de investigação, bem como dos procedimentos e técnicas

aceitáveis para a constituição do próprio objeto da investigação, temos muito a fazer no Brasil (ARRETCHE, 2003. p. 2).

Com a avaliação de políticas públicas, aqui considerada como uma das etapas do processo de desenvolvimento de políticas públicas, não tem sido diferente. Como destacam Costa e Castanhar (2003), na história a administração pública no Brasil, ocorre pouca preocupação com a avaliação de seus programas públicos. “Durante anos, a produção de conhecimento técnico, na busca de melhoria dos padrões de gerenciamento do setor público, sempre esteve muito mais voltada para os processos de formulação de programas” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.970). Em muitos casos, fica de lado a avaliação, que, para alguns setores, corresponde apenas a um modismo de procedimentos que gera mais burocracia (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Trevisan e Bellen (2008) apontam que, na verdade, as avaliações podem representar um problema para todos os envolvidos no processo de desenvolvimento de políticas públicas. Pois seus resultados podem demonstrar algo que não se esperava, podendo gestores e coordenadores serem alvos de críticas, por parte da população, da imprensa e da oposição política.

Favorecida pela emergência na conjuntura econômica e política do período de transição democrática, que aumentou a pressão por mais eficiência e transparência (COTTA, 2001), a avaliação tornou-se parte do *accountability* governamental e tem sido um importante instrumento de cobrança e prestação de contas junto à população, em geral. Isso fomenta o debate e a busca conjunta para alcançar eficácia, eficiência e efetividade dos governos, em torno das “alternativas de intervenção governamental, em dada realidade social” (TREVISAN; BELLEN, 2008, p.540).

Os conceitos e metodologias sobre e para avaliação de políticas públicas é considerado por Costa e Castanhar (2003) como um completo “emaranhado conceitual”. Apesar de existir consenso sobre a importância de avaliar, a grande quantidade de critérios, indicadores e metodologias prejudica, segundo os autores, o “uso mais frequente dessa ferramenta gerencial, no setor público”. Dentre todas as dificuldades, soma-se a difícil escolha do método que melhor se enquadre para analisar determinada realidade, o que provoca, em grande parte, estranheza por parte dos tomadores de decisão, sobre como utilizar seus resultados.

Schneider (2009) aponta que essa dificuldade se dá, em muitos casos, pelo fato da avaliação e outras pesquisas em políticas públicas, terem surgido em várias disciplinas, cada qual com seu ponto de vista. “Essa evolução produziu uma massa confusa de ‘tipos’ de avaliação, em vez de um quadro referencial coerente” (SCHNEIDER, 2009. p. 312).

Paradoxalmente, “a avaliação precisa ser vista como parte de um sistema produtor de informações, que alimente o processo cíclico de formulação de políticas públicas” (idem).

Ainda para Schneider (2009), a avaliação nada mais é do que a análise de programas ou políticas, conforme o seu desempenho, procurando responder se elas estão ou não funcionando. Portanto deve utilizar parâmetros indicados na legislação ou nas diretrizes impostas pela elaboração do programa e, ainda, a partir da identificação de resultados para a população por ela atingida.

Para Wu, et al. (2014) a avaliação de uma política só estaria completa quando a mesma pudesse ser utilizada como forma de aprimoramento da mesma. Toda avaliação irá apresentar algum tipo de resultado, seja positivo ou negativo, pois a avaliação se dirige para o estudo dos efeitos reais, ocasionados por determinado programa. Nesta perspectiva “*se tiende a considerar a la evaluación como el método de investigación sistemática sobre la configuración de un programa o política determinada y sobre su implementación y efectividad, con lo que ha ampliado «hacia arriba» sus potencialidades*” (SUBIRATS, 1992, p.139)

Apesar da distância temporal entre os autores, eles se aproximam no tocante ao objeto de uma avaliação. Esta, pode ser entendida, de maneira resumida, como a análise do desempenho de um programa ou política pública, no decorrer do tempo de sua implantação, para verificar se os resultados esperados estão sendo alcançados ou se está produzindo (ou não) algum tipo de mudança na realidade dos indivíduos por ela impactados, produzindo um feedback aos formuladores e decisores de políticas públicas.

Ao tratar da avaliação de resultados educacionais, Cotta (2001) destaca as diversas tipologias de avaliação das políticas públicas, conforme o tempo, a posição do avaliador ou a natureza do objeto.

As tipologias mais utilizadas pela literatura especializada classificam a avaliação em função do seu *timing* (antes, durante ou depois da implementação da política ou programa), da posição do avaliador em relação ao objeto avaliado (interna, externa ou semi-independente) e da natureza do objeto avaliado (contexto, insumos, processos e resultados) (COTTA, 2001. p. 91).

A avaliação antes da implementação do programa ou *ex ante*, como normalmente é encontrada na literatura, é mais estimulada e induzida pelos órgãos externos financiadores de programas (TREVISAN; BELLEN, 2008). Esse tipo de avaliação ajuda a orientar as tomadas de decisões por parte do gestor da política a ser implantada, produz orientações para a melhoraria do desenho do projeto ou estratégias de implementação, podendo também fixar um ponto inicial, que promova comparações futuras (RIBEIRO, 2013).

A avaliação que se realiza durante a fase de implantação do programa e que pode ser chamada de monitoramento (SCHNEIDER, 2009; RIBEIRO, 2013), ou avaliação intermediária, formativa (TREVISAN; BELLEN, 2008) não permite apresentar resultados, que possam indicar o sucesso ou não programa, apenas possui o caráter informativo, como uma indicação de prestação de contas aos “clientes” (SCHNEIDER, 2009) ou dar suporte para possíveis melhorias na gestão do programa (TREVISAN; BELLEN, 2008).

O acompanhamento ou monitoramento é a supervisão da execução da política pública, “busca determinar o grau em que o desenlace das atividades coincide com o programado, detectar deficiências, obstáculos e/ou necessidades de ajustes da execução” (SANTOS, 2010, p.7). O acompanhamento dá a ideia se a política está sendo realizada, na prática, conforme o projetado. Este processo faz parte da fase de avaliação, que, na última fase, poderá mensurar tudo o que se realizou com a política.

Após a implementação do programa se realiza a avaliação *ex post* ou somativa, que trabalha com o impacto e processos do programa, estudando-se a eficácia e o julgamento de seu valor geral (TREVISAN; BELLEN, 2008), ou seja, sua efetividade. A avaliação de processo, após a implementação do programa, conforme Schneider (2009, p.319) constitui-se de:

[...] avaliações que envolvem comparações dentro do programa, ou outras análises semelhantes, que se valem de dados do próprio programa. Esses estudos têm muitas vezes por objetivo aumentar a eficácia ou reduzir os custos, ou ambos. No mínimo, o sistema de avaliação deve incluir a coleta de diversas medidas básicas de desempenho, que possam ser usadas regularmente para comparar a eficácia de diferentes tipos de atividades programáticas, diferentes estratégias, diferentes assistências a casos ou a prestações de serviços, diferentes contratantes e diferentes tipos de clientes.

Desta forma, para que a avaliação de processo seja factível é preciso ter claros, dentro do programa, as formas como se realizará a medição do desempenho, para assim, poder traçar comparações dentro do programa, visando verificar se as metas e objetivos iniciais estão sendo alcançados. Acredita-se normalmente que a avaliação deva ocorrer visando apenas a tríade eficiência, eficácia e efetividade, porém, Costa e Castanhar (2003) ao se basearem no manual do Unicef, apontam outros critérios que podem ser utilizados na avaliação de políticas públicas, sem prejuízo dos já descritos.

- eficiência — termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa;
- eficácia — medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas;
- impacto (ou efetividade) — indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais;

- sustentabilidade — mede a capacidade de continuidade dos efeitos benéficos alcançados através do programa social, após o seu término;
- análise custo-efetividade — similar à ideia de custo de oportunidade e ao conceito de pertinência; é feita a comparação de formas alternativas da ação social para a obtenção de determinados impactos, para ser selecionada aquela atividade/projeto que atenda os objetivos com o menor custo;
- satisfação do beneficiário — avalia a atitude do usuário em relação à qualidade do atendimento que está obtendo do programa;
- equidade — procura avaliar o grau em que os benefícios de um programa estão sendo distribuídos de maneira justa e compatível com as necessidades do usuário. (COSTA; CASTANHAR, 2003, p. 973).

Os autores destacam, ainda, que a lista de critérios pode ser maior do que a apresentada, porém, fica a cargo do pesquisador definir entre um ou mais critérios, conforme os aspectos e as possibilidades disponíveis para a avaliação. Muitas vezes uma avaliação encontrará barreiras em um ou outro critério, conforme o programa escolhido para se avaliar, seja por falta de dados ou a inexistência de medidas de desempenho, por exemplo, para um programa que tenha sido mal formulado, ainda no momento da discussão na arena política.

Porém, para mensurar os resultados obtidos na avaliação de uma política pública é necessário possuir um sistema de indicadores, que melhor se adequam ao programa. Os indicadores, conforme o próprio nome informa, servem para indicar e aproximar operacionalmente as dimensões que se tem interesse em demonstrar. Servem para monitorar as diferentes condições existentes em um programa e isso se dá “a partir da explicitação do conceito de interesse programático que se quer investigar ou mensurar objetivamente” (JANNUZZI, 2009).

Costa e Castanhar (2003) concordam que os tipos de indicadores são dos mais variados, o que dificulta um consenso metodológico.

Uma metodologia de avaliação de programas sociais envolve, então, a escolha de um conjunto de critérios e o uso de um elenco de indicadores (ou outra forma de mensuração) consistentes com os critérios escolhidos e que permitam efetuar um julgamento continuado e eficaz acerca do desempenho de um programa ou conjunto de programas, mediante o confronto com os padrões de desempenho anteriormente estabelecidos. (COSTA; CASTANHAR, 2003. p.974-975).

Diante do exposto, parece evidente que a avaliação de um programa de política pública pode assumir diversos resultados, conforme os critérios e os indicadores utilizados para sua análise. Um programa pode ser avaliado de diversas maneiras, conforme a pretensão do pesquisador. Porém, é importante que o pesquisador tenha em mente que precisará de um planejamento, que deverá apresentar os resultados e que os mesmos possam ser utilizados, por parte dos gestores e decisores de políticas públicas, sendo factível, de forma a facilitar a promoção de adequações, ampliações ou outras decisões sobre o programa avaliado.

Como destaca Subirats (1992, p.157), o pesquisador deve ter o cuidado com a forma que apresenta os resultados da avaliação, pois, tais respostas são decisivas para canalizar os debates, em torno da complexidade dos problemas existentes. Por meio da avaliação “*es preciso encontrar vías para aprender más y más rápidamente de los errores y de cómo capitalizar los aciertos de las medidas más efectivas*”.

Desta forma, para que a avaliação atinja os objetivos almejados, o pesquisador deve ter em mente qual a melhor estratégia a utilizar, o que vai depender das características do programa e o que se pretende alcançar com os resultados advindos de tal análise.

2.3.1. A Metodologia do Marco Lógico (MML) como ferramenta para avaliação e monitoramento de Políticas Públicas.

A Metodologia do Marco Lógico - MML é considerada como uma importante ferramenta para o planejamento de políticas públicas, permitindo o acompanhamento e avaliação do projeto que se pretende implementar (PFEIFFER, 2000; PEREIRA; CONCEIÇÃO; NUNEZ, 2009, BLASCO-BLASCO; COLL-SERRANO, 2016). Seu uso ainda é pouco difundido no Brasil, mesmo que seja item obrigatório para órgãos e entidades que postulam algum tipo de financiamento ou apoio de instituições internacionais (PEREIRA; CONCEIÇÃO; NUNEZ, 2009).

Porém, apesar dessa baixa utilização do MML pelos planejadores de políticas públicas, no momento do desenvolvimento de seus programas, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem fazendo valer tal metodologia, no momento da fiscalização quanto a eficiência e eficácia dos gastos públicos, por parte dos órgãos governamentais.

A dificuldade de afirmar metodologias de monitoramento e avaliação de programas públicos no Brasil, advém justamente dos problemas enfrentados para se conceber, dentro dos órgãos governamentais, de que a avaliação existe como forma de aumentar a eficiência e eficácia dos gastos públicos e não apenas como mero modismo gerador de burocracia. Assim, ações avaliativas como as cobradas pelo TCU, têm sido vistas com certo descontentamento, por muitos planejadores e implementadores de políticas públicas.

Porém, a academia e os pesquisadores de políticas públicas têm demonstrado um forte engajamento no “esclarecimento” de gestores, sobre a importância e a necessidade de se utilizar ferramentas para o monitoramento e avaliação de políticas públicas. No entanto, têm encontrado dificuldades no tocante à existência de dados e informações anteriores à implementação dos programas, de forma que possam se converter em uma análise adequada dos mesmos (SILVA; BERNARDES, 2014) e nisso se situa a discussão deste capítulo.

Com indagações como: É possível utilizar a MML em programas e projetos que não tiveram um adequado planejamento inicial? É possível desenvolver a MML em programas em andamento, como é o caso do ProEMI, a partir de análises *in loco* do mesmo? E quanto a utilizá-lo para avaliações futuras do programa, seja na escola analisada ou em outras escolas que tenham acesso ao mesmo projeto?

Além de responder a tais indagações, foi realizada uma revisão que se aproxima das técnicas de uma Revisão Sistemática de Literatura – RSL, para buscar o aprofundamento na discussão conceitual, a partir da produção científica sobre o MML, dos últimos 10 anos. Foi usada a base de dados do Portal de Periódicos da Capes, tendo em vista o necessário conhecimento de como tem se movimentado a pesquisa sobre a referida metodologia, não se abandonando, autores já consagrados pela literatura e constantemente citados pelos autores arrolados nas produções identificadas.

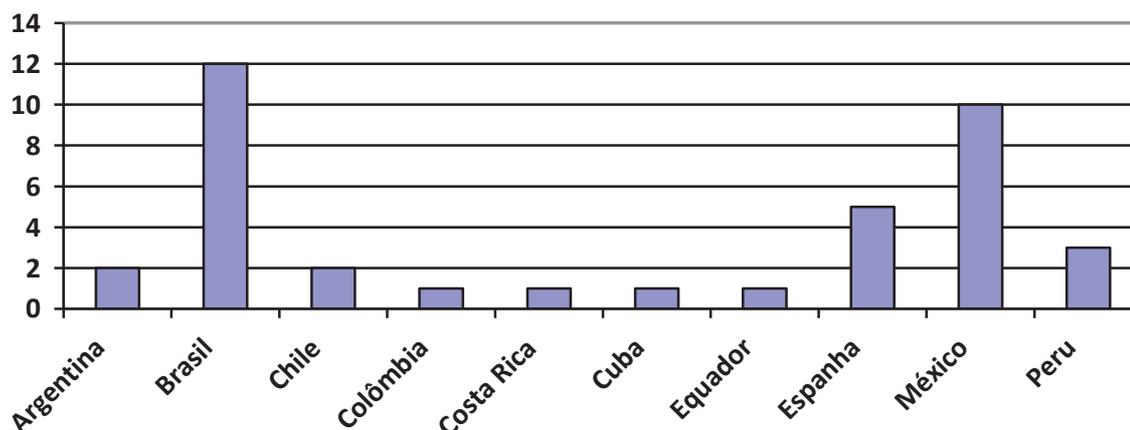
2.3.2. Pesquisas recentes sobre o uso da Metodologia do Marco Lógico.

No Portal de Periódicos da Capes no item “Busca Avançada” se realizou uma pesquisa ampla com os descritores “políticas públicas” and “marco lógico” nos últimos 10 anos de produção científica. Não houve a seleção de nenhuma língua específica, exigindo-se apenas que os periódicos fossem revisados por pares.

A pesquisa retornou 41 artigos que citavam, em seu conteúdo, políticas públicas e marco lógico. Como critério de inclusão, foram aceitos apenas artigos completos, com 4 ou mais páginas e que fossem publicados após 2008. Assim, foram excluídos da análise três publicações: uma publicação que se repetia na busca e duas que possuíam menos de 4 páginas.

Os demais 38 artigos passaram por uma leitura completa dos resumos e leitura seletiva de seu conteúdo, buscando identificar o tipo de utilização dada para o termo marco lógico e a compreensão de como a metodologia era discutida pelos autores e como era utilizada nas pesquisas analisadas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Produção científica sobre políticas públicas e marco lógico



Fonte: O autor (2019).

Observou-se que, a maior parte da produção identificada é originária de países de Língua Espanhola, destacando-se o México e a Espanha, que somados produziram mais publicações que o Brasil.

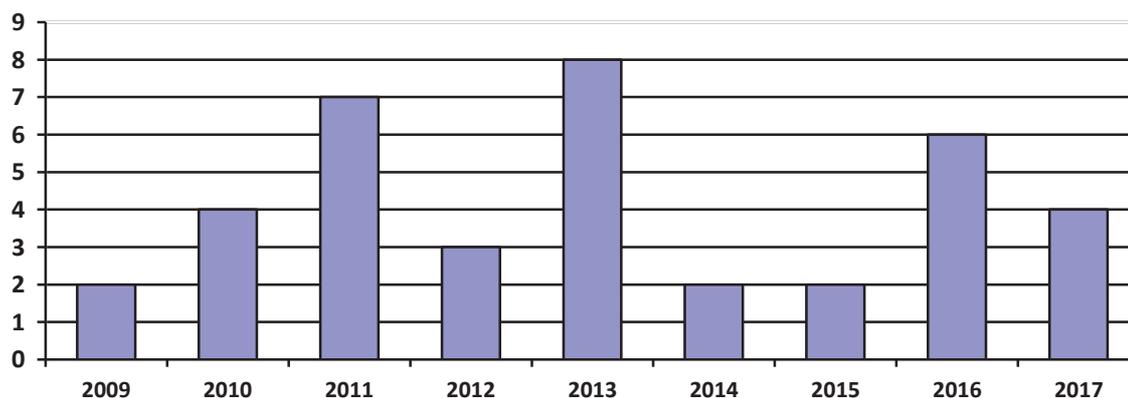
O uso do Marco Lógico (ML) parece bastante difundido nos países hispano-americanos, tendo eles 21 artigos dos 38 analisados. Destaca-se o México, onde seu uso é bastante generalizado no monitoramento e avaliação de políticas públicas. Alguns artigos apresentam críticas ao modelo, melhorias e proposições de novos modelos, que podem ser utilizados, em conjunto ou em substituição ao Marco Lógico, nas políticas públicas mexicanas (ESPINOZA, 2013; MARTINEZ; ROMERO; CARDONA, 2016).

Na verdade, a cultura da avaliação, de um modo geral, parece estar bastante difundida no México, conforme analisado nas publicações, Bobadilla et al (2013) apontam a existência, desde 2004, do Conselho Nacional de Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social, em que é formalizado a obrigatoriedade da avaliação, tendo como base a utilização do Marco Lógico.

No Brasil, enquanto o ML e as políticas de avaliações, como um todo, buscam seu espaço na gestão e análise de programas, em países como o México existem órgãos criados especificamente para a avaliação de políticas públicas, sendo o ML a metodologia mais utilizada. Isso se deve, provavelmente, por ser uma metodologia de fácil visualização e que qualquer gestor tem a possibilidade de aplicá-lo, para o monitoramento e análise do comportamento dos programas públicos, durante sua execução.

Outro dado importante, obtido a partir desta revisão da literatura, foi o ano de concentração das publicações. (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição da produção analisada conforme ano de publicação.



Fonte: O autor (2019).

No Gráfico 2, observa-se que não houve um ano em que o número de produções se destacou, estando bem distribuídas nesses 10 anos de produção. O ano de 2013 foi o de maior número de publicações, mas não há um padrão significativo, com quedas e aumentos de produções. Levando em consideração o ano 2018, até o mês de maio, não foi identificada nenhuma publicação que empregasse o ML em políticas públicas.

Por outro lado, observa-se que, no período analisado, pelo menos 2 artigos foram publicados anualmente no Portal de Periódicos da Capes, demonstrando que o ML tem sido utilizado continuamente no decorrer dos últimos anos.

Contudo, deve-se destacar a reduzida produção, quando se verifica que, apenas (três) 3 publicações analisaram o uso do ML na avaliação de políticas públicas na educação, sendo uma mexicana, uma peruana e uma chilena. Não foi localizada nenhuma publicação voltada para a avaliação de políticas públicas na educação brasileira, enquanto foram identificados (oito) 8 publicações com ênfase a políticas ambientais e de agricultura.

Enquanto isso, no México e na Espanha, as pesquisas já se encontram em fase de questionamento da metodologia (BOBADILLA, et al, 2013) e proposições de novos modelos para serem trabalhados de forma integrada ao MML (ESPINOZA, 2013; COLL-SERRANO, et al. 2014).

É comum nas publicações a análise de programas, com o ML construído em seu início, como é o caso da avaliação de desempenho da Cruzada Nacional, contra a fome no México. Mesmo assim, os autores apontam uma inadequada utilização, pois não contempla indicadores para o acompanhamento da saúde e nutrição dos impactados pelo programa (MARTINEZ; ROMERO; CARDONA, 2016).

No entanto, no Brasil, apesar da elaboração da MML ser indicada para a fase do planejamento das ações governamentais, observam-se pesquisas que a utilizam no decorrer da execução das políticas públicas, por falta da mesma no marco inicial dos programas. Um exemplo foi o caso da avaliação realizada no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (SILVA; BERNARDES, 2014), que conclui que não houve preocupação com a consistência do programa, quando o mesmo foi elaborado.

Portanto, é possível inferir que, no Brasil, o uso da MML encontra um vasto campo de atuação, principalmente na educação. Enquanto pesquisas apontam a necessidade e a importância da utilização de metodologias de avaliação nas políticas nacionais, principalmente no planejamento e monitoramentos dos programas, verifica-se que gestores e implementadores dos programas continuam dando pouca atenção a essas importantes fases do ciclo de políticas públicas.

A seguir realiza-se um estudo conceitual sobre a Metodologia do Marco Lógico, apresentadas nas publicações arroladas na revisão da literatura, ampliada por citações de outros autores que discutem o assunto, em outros períodos. Tal complementação se justifica para melhor compreensão da ferramenta utilizada neste trabalho e que se aproxima do uso realizado por Silva e Bernardes (2014) para avaliar o Pronaf, ou seja, com o programa em andamento, como é o caso do que se realiza com o ProEMI.

2.3.3. Tendências conceituais sobre a Metodologia do Marco Lógico.

Como já discutido anteriormente, sabe-se que a avaliação é uma etapa do ciclo de políticas públicas, que deve ser realizada quando se quer verificar a eficácia, eficiência e efetividade dos programas públicos. Avalia-se quando se deseja observar se o programa executado está entregando, aos indivíduos impactados por ele, aquilo que se foi definido na etapa de planejamento e implementação da política.

Gonzalez (2011, p. 854) corrobora a importância da avaliação de programas e políticas públicas quando destaca que:

La evaluación supone una definición sobre los parámetros con los que se realizarán los juicios, el valor substantivo de la política para atender a una demanda social, o un valor común, y la forma con habrán de realizarse las apreciaciones sobre los recursos, las actividades y directrices contempladas para brindar una solución a los problemas que se identificaron como atendibles por la acción gubernamental.

Como se observa, para uma avaliação adequada de um programa, é preciso que se tenham as fontes e os meios adequados para realizá-la, tendo em vista que o programa passou por um processo de planejamento, antes de sua implementação e execução. Porém, não é o

que normalmente ocorre no Brasil, onde muitos programas nascem e morrem sem passar por uma avaliação da política adotada.

Entre as ferramentas existentes para avaliação de programas, a Metodologia do Marco Lógico – MML, é uma metodologia amplamente utilizada pelos organismos internacionais de cooperação e de financiamento, entre eles a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (GONZALEZ, 2011; PEREIRA; CONCEIÇÃO, NUNEZ, 2009).

Esta metodología supone una identificación de problemas sociales a los que la administración pública trata de responder, precisando caules son las lógicas causales que los producen (árbol de problemas), para definir el nivel em que su intervención puede representar una solución adecuada y significativa al problema referido (GONZALEZ, 2011. p. 856).

A MML ou quadro lógico (QL), ou apenas matriz lógica (ML), tem tido seu uso cada vez mais difundido pela literatura (PFEIFFER, 2000; COSTA, CASTANHAR, 2003; TREVISAN, BELLEN, 2008, FINKLER, DELL'AGLIO, 2013; PFEIFFER, 2016). Apesar de parecer recente, a MML surgiu em meados da década de 60, com a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), identificando uma série de dificuldades para se demonstrar a efetividade dos programas de cooperação internacional (PFEIFFER, 2000). Entre eles pode-se destacar:

- O planejamento era pouco preciso. Objetivos, atividades dos projetos e o êxito esperado não estavam claramente relacionados;
- A responsabilidade para o gerenciamento não era clara;
- Pelas razões acima mencionadas, as avaliações causaram mais desentendimento do que medidas construtivas para melhorar os projetos. (PFEIFFER, 2000, p.81).

Conforme o autor, na tentativa de superar esses problemas, a agência, por meio de consultores, desenvolveu uma metodologia chamada *Logical Framework Approach*⁶ (LFA), que no decorrer dos anos, passou por constantes revisões e aprimoramento da metodologia, até que se chegou a um modelo, na década de 90, que o permitiu ser utilizado como um instrumento participativo (PFEIFFER, 2000).

Segundo Pfeiffer (2000), quando há participação de todos os interessados no desenvolvimento do programa, as decisões são mais facilmente compreendidas, o que conseqüentemente leva a um maior compromisso com o projeto.

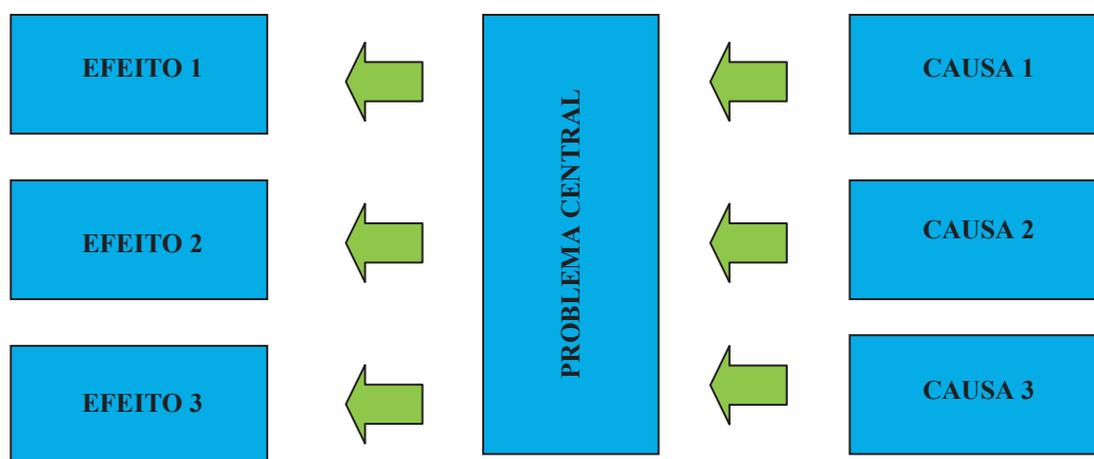
O MML se configura como um conjunto de etapas a serem seguidas, para se apontar a necessidade de intervenção em determinada situação social. Antes de tudo, para a construção do M L ou QL, inicialmente, na etapa do planejamento, deve se construir a árvore de

⁶ Enfoque Quadro Lógico (EQL),

problemas, que consiste em identificar o problema central, que a política a ser adotada pretende “vencer”. Permite que o gestor perceba um conjunto de deficiências e as causas para o problema central (PEREIRA; CONCEIÇÃO. NUNEZ, 2009, p.69).

Em seu conjunto a árvore de problemas sintetiza as causas e os efeitos ocasionados pelo problema principal. Cassiolato e Guerresi (2015, p. 303) justificam que a construção da árvore de problemas se dá em razão da necessidade de se demonstrar o problema central da situação em que deseja provocar uma mudança. O problema central nada mais é do que o objetivo geral do programa. É ele que se deve alcançar com a implantação política pública. A Figura 2 exemplifica a construção de uma árvore de problemas.

Figura 2 - Árvore de Problemas



Fonte: O autor (2019).

A diferenciação entre as causas, problema central e efeitos, que pode ser percebida com a árvore, é importante no sentido de orientar as ações para a mudança prevista no programa (CASSIOLATO; GUERESI, 2015. p. 304). A visualização das causas e efeitos permite direcionar as ações na mitigação das causas, que prejudicam o alcance do objetivo maior (problema central) da política implementada.

As ações geram produtos, que são bens ou serviços ofertados aos beneficiários do programa. Em decorrência dos produtos das ações, os resultados intermediários evidenciam mudanças nas causas do problema e, por sua vez, levam ao resultado final esperado, que está diretamente relacionado ao objetivo do programa, refletindo a mudança no problema (CASSIOLATO; GUERESI, 2015. p. 304).

Como já apresentado, a MML constitui-se de uma série de etapas a serem seguidas no planejamento de uma política pública. Os resultados dessas etapas passam basicamente pelo rastreamento de um problema e das opções para sua solução, que posteriormente se transformarão em ações, que gerarão produtos que contribuirão o alcance dos resultados esperados.

Os resultados destas etapas podem ser sintetizados, por meio do M L ou QL que ora é chamado de Matriz (COSTA; CASTANHAR, 2003, PEREIRA; CONCEIÇÃO; NUNEZ, 2009), ora é chamado de Estrutura (SILVA; BERNARDES, 2014) ora de Quadro (PFEIFFER, 2000). Muito mais que a nomenclatura utilizada, o mais importante é o reconhecimento de seus objetivos e da necessidade de sua utilização para o monitoramento e avaliação de programas públicos.

Adotando neste trabalho, o M L como uma matriz, pode ser definido resumidamente, da seguinte maneira:

Trata-se de uma apresentação estruturada do conteúdo de um projeto de intervenção, na qual existe uma relação causal entre níveis: atividades/resultados, resultados/objetivo do projeto e objetivo do projeto/objetivo superior. Essa cadeia e suas relações devem ser lógicas e plausíveis, mas não se trata de uma simples relação de causa/efeito. Levando em consideração que um projeto de desenvolvimento necessariamente encontra barreiras e limitações, também precisa ser incluído nessa lógica o elemento suposições importantes, que são fatores externos ao projeto, mas necessários para o seu êxito (PFEIFFER, 2000. p.84).

A matriz do marco lógico, geralmente formada por 4 linhas e 4 colunas, tem sido apresentada com formato diferenciado dependendo do autor pesquisado. As figuras 3 e 4, apresentam a matriz de Pfeiffer (2000) e de Gonzalez (2011), respectivamente.

Figura 3: Matriz Marco Lógico

	Lógica da Intervenção	Indicadores Objetivamente Comprováveis	Fontes de Comprovação	Suposições Importantes
Objetivo Superior				
Objetivo do Projeto				
Resultados				
Atividades Principais				

Fonte: Pfeiffer, (2000, p.84).

Figura 4: Matriz Marco Lógico

	Objetivos	Indicadores	Medios de verificación	Supuestos
Fin →				
Propósito →				
Componentes →				
Actividades →				

Fonte: Gonzalez, (2011).

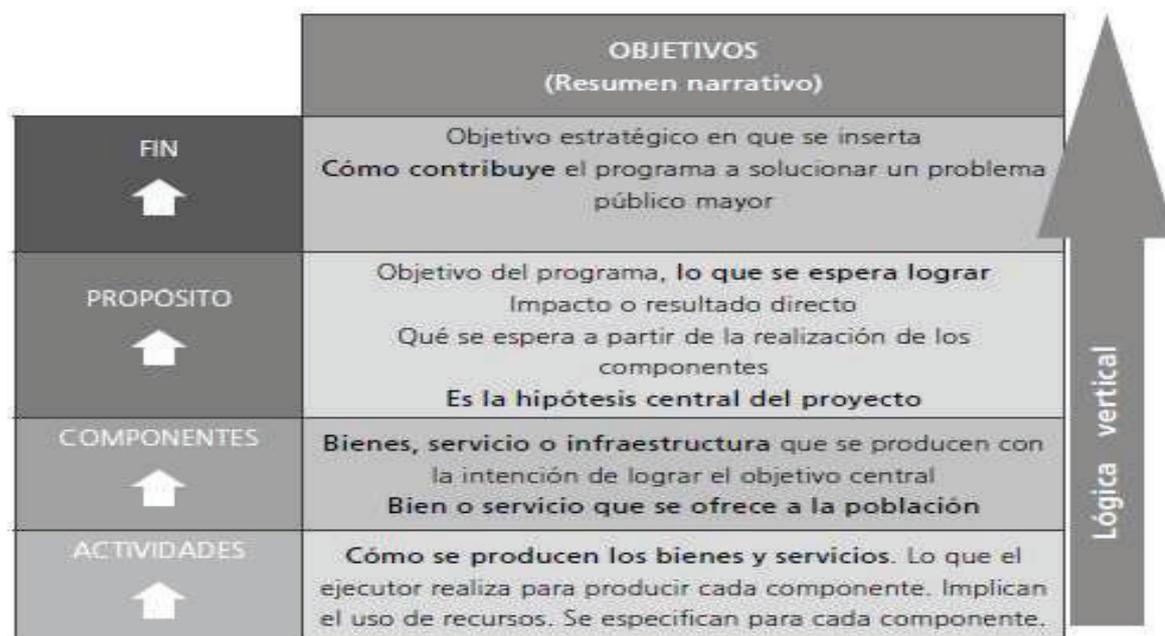
Gonzalez (2011, p.857) apresenta a Matriz do Marco Lógico com formato um pouco diferente, mas que mantém as mesmas características, quanto ao seu uso. Parece que as diferenças estão apenas nos termos utilizados na primeira coluna e nas palavras utilizadas para indicar cada linha, ou seja, mudanças de nomenclatura.

Na matriz de Pfeffeir (2000, p.86), a lógica de intervenção (primeira coluna da Figura 3) possui o objetivo superior descrito como a visão de futuro do programa, ou seja, o que se pretende alcançar. Basicamente é o objetivo estratégico da política, aquele que “orienta de forma geral a atuação do projeto dentro do contexto organizacional”.

Ainda para Pfeffeir (2001) o objetivo do projeto é o efeito esperado pela intervenção. São as mudanças que serão provocadas pelos resultados do projeto, sendo os resultados os bens ou serviços produzidos pelo projeto e para cada um deles existe uma série de atividades principais que devem ser desenvolvidas. Como pode-se observar existe uma lógica vertical, em que para se atingir o objetivo superior e máximo existe uma atividade que produz um resultado, que provoca um efeito ou mudança no meio, atingindo o objetivo principal. Portanto, deve haver uma coerência desde as atividades até o alcance do fim, como destaca Gonzalez (2011).

Gonzalez (2011, p.858) resume os componentes da primeira coluna da Matriz do Marco Lógico e que muito se aproxima das definições apresentadas por Pfeffeir (2001) (Figura 5).

Figura 5 - Os "objetivos" da Matriz do Marco Lógico



Fonte: Gonzalez, 2011.

A Figura 5, apresentada pelo autor, possui um caráter autoexplicativo, mas o autor ainda complementa que:

De esta manera las actividades (acciones que habrán de realizarse por la acción pública propuesta) han de conducir a la realización de los componentes (como los servicios ofrecidos por el programa o la acción pública): éstos han de ser capaces de alcanzar el propósito (como el objetivo inmediato de la política) que a su vez conduce a la consecución del fin (como el objetivo general al que la política aporta para la resolución del problema identificado) (GONZALEZ, 2011, p. 857).

Esse encadeamento, apresentado pelos autores, é o que se pode chamar de lógica vertical, segundo a qual, para que se possa “subir os degraus” da matriz é importante que tenham sido realizadas as atividades, acontecidos os resultados ou componentes, para se alcançar os objetivos específicos (propósito) e por fim o objetivo principal, que é a solução do problema central, identificado inicialmente.

Pfeiffer (2000. p.83) e Gonzalez (2011, p.859) mostram que a MML possui também uma lógica horizontal, segundo a qual, para se passar para a segunda linha da matriz, deve-se também obedecer ao que está disposto horizontalmente, na respectiva lógica de intervenção. A Figura 6 apresentada por Gonzalez (2011, p.859), demonstra bem a lógica horizontal da matriz.

Figura 6: Lógica Horizontal do Matriz do Marco Lógico.



Fonte: Gonzalez, (2011).

Na segunda coluna encontram-se os indicadores objetivamente comprováveis tendo como função “caracterizar mais detalhadamente os objetivos e os resultados. Esta coluna estabelece o que e quanto se pretende alcançar e fornece uma base para o acompanhamento e a avaliação do planejado” (PFEIFFER, 2000. p.92). Ou seja, os indicadores oferecem um parâmetro concreto e de fácil mensuração, indicando em que medida se está alcançando, com êxito, os objetivos definidos para a política (GONZALEZ, 2011. p.859).

Na terceira coluna as fontes de comprovação indicam onde se encontram as informações e os dados dos indicadores e, na quarta coluna, destacam-se as suposições importantes, que são os fatores externos que podem influenciar no êxito do projeto, isto é, são os riscos que podem afetar a continuidade do programa.

Portanto, a partir da matriz preenchida é possível possuir uma visão global do programa, avaliar e poder apontar possíveis incoerências. Conforme Gonzalez (2011, p. 858) o modelo lógico permite responder a três perguntas que são fundamentais para o desenho e avaliação de programas “*por qué, para qué y como, lo cual representa de manera substancial los fines y propósitos esperados de la acción pública*”.

A Matriz do Marco Lógico é um sumário (desenho do plano) capaz de identificar os elementos, os fatores externos e as consequências esperadas para o problema central [...]. Uma matriz elaborada pela MML utiliza-se como uma maneira prática de formular um plano, a partir de dois fundamentos técnicos. O primeiro fundamento consiste em esclarecer e definir, de maneira detalhada e lógica, os objetivos, os meios e as metas necessárias para fazer com que os benefícios e o impacto do plano de desenvolvimento sejam sustentáveis. O segundo fundamento consiste em melhorar a implementação, a supervisão e monitoria do plano e a consequente avaliação, com indicadores que podem ser definidos para determinar se os objetivos foram atingidos (PEREIRA; CONCEIÇÃO; NUNEZ, 2009. p.72).

Apesar de sofrer críticas quanto a ideia de linearidade e de uma lógica mecânica presumidamente presente na estrutura (PFEIFFER, 2016) a ML ou QL ainda tem sido bastante utilizado como ferramenta de planejamento e monitoramento de programas e sua consequente avaliação.

O QL é uma matriz que é elaborada sucessivamente num processo de estruturação daqueles elementos considerados os mais importantes de um projeto e que permitem a sua apresentação sistemática, lógica e sucinta. [...] O QL consiste em um conjunto de conceitos interdependentes que descrevem de um modo operacional e organizado numa matriz os aspectos mais importantes de um projeto de intervenção. Essa descrição permite, em primeiro lugar, verificar se um projeto está bem-estruturado e, em segundo lugar, o acompanhamento sistemático e uma avaliação mais fácil e objetiva (PFEIFFER, 2000. p. 82-84).

No entanto, a mesma literatura que apresenta a importância da utilização do QL ou ML, tem divergido quanto ao formato e ao conteúdo que melhor se adequa à matriz que deverá ser preenchida, por parte do avaliador do programa.

Costa e Castanhar (2003) apontam que para a construção da ML se deve atentar para duas etapas.

A primeira é a identificação dos objetivos gerais e específicos do programa, além dos indicadores de desempenho que serão utilizados para avaliar o programa. Nessa etapa inclui-se também a indicação das fontes de dados que serão utilizados para mensuração e comparação das informações levantadas.

Enquanto a segunda etapa ou momento no uso da ML ou QL consiste da

Identificação dos recursos (financeiros, humanos e de infra-estrutura) alocados ao programa, as atividades previstas, os resultados esperados e as relações causais (uma particular combinação de recursos, permitindo a realização de um determinado conjunto de atividades, que levará à produção de determinados resultados, que, presume-se, permitirão que se alcancem determinados objetivos associados ao programa) que a teoria por trás do programa pressupõe que podem ser assumidas (COSTA; CASTANHAR, 2003. p. 977).

Nas figuras 7 e 8, pode-se visualizar ilustrativamente um exemplo da ML desenvolvida a partir das duas etapas mencionadas pelos autores. O exemplo consiste em um caso hipotético de um programa de agricultura irrigada, podendo servir de parâmetro para o desenvolvimento da estrutura de avaliação de programas públicos.

Figura 7 - Exemplo da primeira etapa da construção da QL.

Objetivo	Variável	Indicador	Informação necessária	Método de coleta de dados
Aumentar a produção agrícola dos beneficiários do projeto	Volume da produção agrícola	Quantidade produzida por cultura	Dados sobre produção	Pesquisa secundária (anúrios de produção)
	Valor da produção agrícola		Dados sobre receita financeira	Pesquisa de campo

Fonte: Costa e Castanhar, (2003. p. 978).

A Figura 7 apresenta o objetivo principal do programa, consistindo no aumento da produção agrícola dos beneficiários do projeto. Este é um objetivo de longo prazo que deve ser demonstrado pelos indicadores e as fontes nas quais as informações serão retiradas, como pode ser observado. Dependendo do nível de complexidade, que se quer adotar no monitoramento do programa, a matriz pode comportar outras colunas. Neste caso, exemplificado pelos autores, o método utilizado para a coleta dos dados está informado na matriz, o que permite um maior grau de detalhamento na avaliação do programa.

Já a segunda etapa apresenta os chamados fatores contextuais (COSTA, CASATANHAR, 2003). Estes são aspectos que estão fora do controle da equipe de planejamento, mas precisam ser visualizadas no decorrer da implementação do programa, pois podem gerar impactos positivos ou negativos sobre os resultados finais do projeto (Figura 8).

Figura 8: Exemplo de construção da segunda etapa do quadro lógico.

<i>Inputs do programa</i>	<i>Atividades do programa</i>	<i>Resultados imediatos</i>	<i>Resultados (impactos) de médio prazo</i>	<i>Resultados (impactos) de longo prazo</i>
Recursos financeiros	Financiamento à produção	Mudança nos sistemas produtivos	Instalação de agroindústrias e serviços correlatos	Mudança nos padrões de vida das populações beneficiadas
	Apoio à comercialização	Melhoria de volume de produção	Mudanças nos sistemas de comercialização da produção	Redução da ingerência do setor público na operação do programa
Pessoal alocado ao programa	Treinamento	Melhoria de renda	Aumento nos níveis de associação e integração entre os usuários	
	Assistência técnica			
	Apoio à comercialização			
Recursos de treinamento (material instrucional)	Treinamento	Manutenção de níveis adequados de endividamento		
	Assistência técnica			
Infra-estrutura	Realização de obras de irrigação			
Equipamentos	Aquisição e distribuição de equipamentos para irrigação	Manutenção de níveis adequados de arrecadação x custos de operação		
Produtores rurais elegíveis para o projeto	Cadastramento e identificação dos perfis dos beneficiários	Manutenção de níveis mínimos de inadimplência		
		Manutenção de níveis mínimos de transferência de lotes		

Fonte: Costa e Castanhar (2003, p. 977-978).

A Figura 8 no modelo de Costa e Castanhar (2003) se diferencia do modelo apresentado por Pfeiffer (2000) e apresenta a coluna “inputs do programa” que são as entradas que a política irá proporcionar gerando atividades a serem realizadas que por fim produzirá resultados de curto, médio e longo prazo, seguindo a lógica horizontal do programa em acompanhamento.

Observa-se que os diferentes formatos de construção da MML, constituem apenas diferentes nomenclaturas, mas a finalidade é mesma. Seu uso é muito importante para se monitorar políticas públicas, por isso é tão indicado e necessário.

Para o uso da metodologia é importante ter clareza sobre suas vantagens e consequentemente suas desvantagens. Existem importantes críticas ao modelo que deve ser compreendido e analisado antes, durante e após a utilização da metodologia.

Pfeiffer (2000, p.112) aponta alguns benefícios do emprego da MML:

1. Melhoria no planejamento, comunicação e controle;
2. A aplicação de ferramentas de participação, visualização, diagnósticos as pessoas e as organizações envolvidas entendem melhor o programa e fortalece a identificação com o produto, facilitando a comunicação durante a implementação;
3. Ao se considerar os riscos externos nas suposições, facilita o controle.

Gonzalez (2011, p. 859-860) aponta mais vantagens da utilização do MML e que se estende a matriz, por esta fazer parte da metodologia como uma das etapas.

1. Proevee una visión global sobre los objetivos de una política o programa;
2. Facilita el pensamiento lógico (pero no lo sustituye);
3. Permite construir y dar seguimiento a un conjunto de indicadores de logro, medibles e com plazos de realización de los objetivos;
4. Identifica fuentes de información específicas, válidas y comprobables;
5. Permite delimitar algunas hipótesis sobre otros factores incidentes em el programa (pero que quedan em lo previsibl como riesgos, al estar capturados em la columna de supuestos).

Blasco e Serrano (2016, p.22) apontam o ML como importante aliado ao planejamento estratégico de programas, pois permite o desenho de um sistema de indicadores para o curto, médio e longo prazo, existindo inúmeras políticas com excessiva quantidade de indicadores e o marco lógico auxilia na seleção dos melhores indicadores para monitoramento e avaliação do programa.

Porém, tem se observado algumas críticas a MML ou alertas para sua verificação a fim de evitar problemas de mensuração. Quanto à realização do programa, Pfeiffer (2000, p.112) destaca que a MML não é um instrumento de fácil domínio, ao contrário do que possa parecer. Dentre as dificuldades está no fato de que cada projeto é diferente do outro, então o preenchimento total da matriz deve ser realizado para cada programa, existindo poucos dados ou informações que possam ser reutilizados de um programa para o outro.

Bonfil (2017, p.19) observando essa dificuldade de domínio da metodologia, principalmente por sua grande difusão, destaca a necessidade de profissionalização e maior capacitação técnica das equipes de avaliadores. A falta dessa profissionalização pode acarretar prejuízos com a possibilidade de aplicação inadequada do ML.

Pfeiffer (2000, p.112) destaca outras dificuldades da aplicação na prática da metodologia, devido a excessiva aplicação rigorosa da lógica, por parte dos gestores que utilizam a metodologia. Sobre esta questão, Ortiz et al (2017, p.89) ao avaliarem a influência do contexto nas mudanças de atitude para inovação agropecuária em Cuba, apontam a necessidade de inclusão de ferramentas qualitativas no ML, para o melhor monitoramento de projetos de inovação agropecuária local. Acredita-se ser este um dos principais motivos da dificuldade de utilização da MML para avaliação e monitoramento de programas educacionais.

Bobadilla et al (2013, p. 101) apontam que, apesar de permitir a análise da congruência entre os objetivos da políticas, ações e resultados, o ML é deficitário em relação a análise dos gatilhos e a pertinência do problema central identificado.

Como pode ser inferida, a maioria das críticas à MML gira em torno da excessiva transformação da matriz em algo estanque e lógico em excesso, de forma que afaste qualquer modificação a sua construção inicial. Essa rigidez talvez esteja ocorrendo por parte dos gestores de programas, que utilizam tal metodologia.

O que pode estar dificultando o seu uso, em grande escala, no Brasil pode ser essa inadequada interpretação da metodologia. Entretanto, o que se pode observar é que, em nenhum momento, os autores que propõem o ML, apontam a impossibilidade de modificação. Ao contrário, a metodologia deixa na matriz uma coluna específica para o apontamento de suposições que podem alterar o norte dos programas e políticas públicas. E ainda, destacam como necessária sua previsão, pois, quando tal suposição se concretiza se verifica a necessidade de sua adaptação e mudanças.

Tendo como referência todas as dificuldades apresentadas pelos autores quanto a utilização da metodologia, tendo em vista ainda, suas limitações e o período que o ML chegou ao Brasil, o presente trabalho se propôs a realizar a confecção da matriz lógica para monitoramento e avaliação do ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto.

Porém, a proposição não se centra em uma metodologia estanque e única, que deseja apresentar apenas dados quantitativos para mensurar o programa, mas sim apresentar uma ferramenta que, se bem interpretada, pode ser utilizada com poucas adaptações para análise de programa públicos. Diante disso, como já discutido, concomitante a matriz se propõe a elaboração de uma metodologia específica para avaliação do programa de modo que se possa visualiza-lo tanto quanti como qualitativamente.

Esperando-se que, posteriormente possa ser replicada e aperfeiçoada em outras escolas estaduais que receberam o ProEMI, tendo em vista, que apesar da autonomia às escolas, o objetivo principal do programa é o mesmo.

Tendo apresentado a MML e a revisão da literatura sobre sua utilização, no próximo capítulo destaca-se o contexto da pesquisa tendo como pano de fundo as políticas públicas educacionais no Brasil e no Tocantins, bem como o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, a estrutura da Secretaria Estadual de Educação, Juventude e Esportes - SEDUC/TO e sua adesão ao programa, principais atores e recursos repassados às escolas, apresentando-se também a escola objeto de estudo desse trabalho.

CAPÍTULO III

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, NO CONTEXTO BRASILEIRO

A verdade é somos retirantes em pleno século XXI. Fugindo dos mesmos problemas, convivendo com as mesmas situações, alimentando os mesmos ideais de sempre, sem nunca resolver o que realmente precisa no sertão: a fome educacional. (FLORES, s/d)⁷

⁷ Poeta e sertanista, fundador e organizador do Projeto Cartas e Depoimentos. Autor do livro “Sorriso de pedra: a outra face de um poeta” lançado pela Agilite Publicações e Interatividade. Fonte: Recanto das Letras, disponível em: < <https://www.recantodasletras.com.br/biografias/2516942>> Acesso em: 30 jan. 2019.

3. Reflexões Iniciais

Trazer uma reflexão sobre políticas educacionais provoca a necessidade de remeter-se novamente a Sen (2010, p.18), principalmente quando o autor destaca que a aquisição das liberdades fundamentais dos indivíduos está fortemente relacionada as condições geradas por uma boa educação básica, o que em sua consequência, será geradora de desenvolvimento dos países.

Se continuarmos a negligenciar a educação [...], nós não estaremos aptos a suplantar os tremendos problemas que nosso mundo precário enfrenta [...]. Não estar apto a ler ou escrever, ou contar e se comunicar, é uma privação tremenda *per se*. E se uma pessoa é reduzida por esses dois tipos de analfabetismo, nós podemos constatar não apenas que ela está insegura porque algo terrível pode lhe acontecer, mas também que, para ela, algo terrível já aconteceu. (SEN, 2003. p.21-22).

Como destaca o autor, não garantir uma educação adequada ao individuo é um meio de privá-lo de suas liberdades e conseqüentemente, em uma nação que nega educação de qualidade a seus habitantes não há o que se falar em desenvolvimento.

Diante disso, se tem a importância de promoção de políticas públicas educacionais que possam fornecer e garantir a emancipação da população de forma que tenham suas liberdades garantidas.

Tendo em vista tais considerações, este capítulo apresenta e analisa os resultados do levantamento bibliográfico das publicações realizadas no contexto das políticas educacionais brasileiras, ampliada por outros autores que discutem o assunto. Têm-se como objetivo compreender o estado da arte da pesquisa nacional sobre o tema, analisando os conceitos e principais tendências, nos últimos dez anos de pesquisa.

Além disso, apresenta e discute sobre o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI analisando seu contexto e os documentos orientadores produzidos, ano a ano, que servem como uma espécie de manual, para as escolas que aderem ao programa.

Com base no objetivo apresentado anteriormente, surgiram outras questões mais específicas, necessárias para se chegar à resposta da pergunta principal que permeia esta revisão:

Q1: Quais as políticas públicas para a educação estão sendo mais estudadas?

Q2: Quais os níveis de ensino estão recebendo maior atenção por parte dos pesquisadores na área de políticas públicas na educação?

Q3: Quais os objetivos dos pesquisadores com o estudo de tais políticas?

Q4: Quais as principais metodologias e estratégias estão sendo utilizadas no estudo de políticas públicas educacionais?

A busca por artigos foi realizada no portal de periódicos da Capes do governo federal, o portal atualmente é a base para a pesquisa nacional reunindo artigos e publicações de diversos países sobre praticamente todas as áreas de pesquisa.

O critério de inclusão principal foi a capacidade dos artigos em responder pelo menos a uma das perguntas selecionadas, ser publicado nos últimos dez anos e que abordassem as políticas públicas educacionais no Brasil. Após esse primeiro filtro foram definidos outros critérios de inclusão (I) e exclusão (E), que podem ser visualizados no Quadro 1 logo abaixo:

Quadro 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão de artigos na RSL.

Critério de Inclusão	Critério de Exclusão
I1. Artigos completos (4 ou mais páginas) I2. Publicados após 2008; I3. Revisados por Pares; I4. Tratam sobre políticas públicas na educação em qualquer parte do artigo. I5. Publicados em português.	E1. Estudos que tratam de avaliação dentro do contexto de ensino; E2. Artigos no formato de Revisão Sistemática de literatura; E3. Artigos que não respondam a nenhuma das perguntas base desta Revisão. E4. Resumos e Resenhas.

Fonte: O autor (2019).

A busca foi realizada no item “Busca avançada” do Portal de Periódicos da Capes em qualquer parte do texto os seguintes termos “políticas públicas *and* educação”. Como primeiro resultado da busca, retornaram 4749 publicações. Buscando um maior refinamento dos resultados foi selecionado, usando descritores da própria página, os seguintes tópicos:

Quadro 2 - Refinamento dos Resultados

Termos Selecionados, para Refinamento da Busca, no Portal Periódicos da Capes	Education, Brazil, políticas públicas, public policy, public policies, educação.
---	--

Fonte: O autor (2019).

Com este refinamento, a busca retornou 1660 publicações, selecionou-se apenas aqueles que estivessem no idioma Português, obtendo-se, desta forma, 961 publicações. A partir destes resultados foi realizada a leitura dos resumos, afim de que fossem aplicados os critérios de exclusão definidos no Quadro 1.

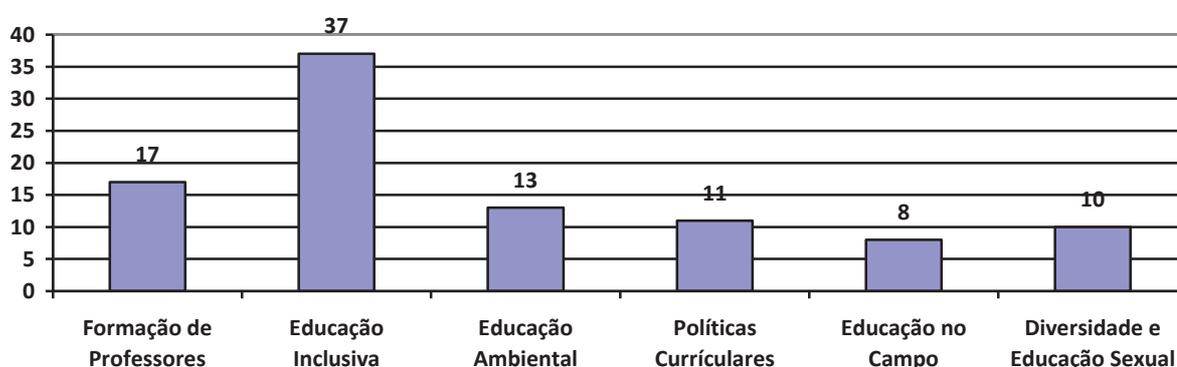
Assim, finalmente chegou-se ao total de 97 publicações arroladas nesta revisão, analisadas, a seguir.

3.1 Caminhos das Políticas Públicas Educacionais no Brasil

O Estado da Arte da pesquisa em políticas públicas educacionais, analisado nesta seção, na busca de respostas às questões norteadoras da busca realizada. Algumas tendências podem ser destacadas, dentre elas a predominância de pesquisas em determinado nível de ensino ou em alguns eixos temáticos.

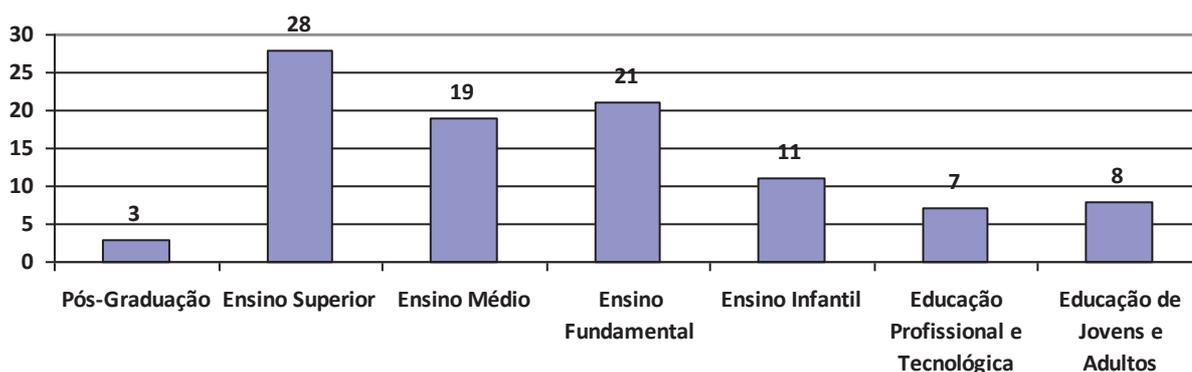
Em relação aos principais temas abordados estão no Gráfico 3, enquanto os níveis de ensino focados na pesquisa, são mostrados no Gráfico 4,

Gráfico 3 - Quantidade de publicações por subárea temática.



Fonte: O autor (2019).

Gráfico 4 - Quantidade de publicações por nível de ensino.



Fonte: O autor (2019)

Como se observa a maior parte da pesquisa acadêmica tem se dedicado ao estudo de políticas públicas na Educação Superior, seguido do Ensino Fundamental. O Ensino Médio aparece em terceiro lugar no escopo dos estudos em políticas públicas para educação, no país.

Têm se observado um crescimento das pesquisas por subáreas temáticas, dentro do tema políticas públicas. Cabe destacar que tais áreas podem se inserir em qualquer contexto ou nível de ensino, o que nem sempre se pode mensurar para um ou outro.

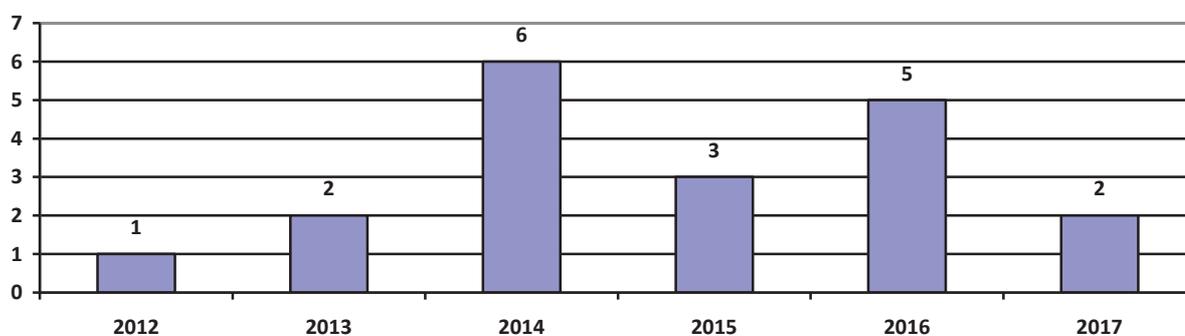
A educação inclusiva tem sido destaque na produção acadêmica sobre políticas públicas para educação. Vale destacar que, em educação inclusiva, se inserem as políticas voltadas para a inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como políticas voltadas para a inserção do estudante indígena na escola e políticas para educação prisional.

A formação de professores também tem sido objeto de preocupação, por parte dos pesquisadores em políticas públicas na educação, tendo sido objeto de amplo debate, como uma das principais e mais importantes temáticas para que se alcance a melhoria da educação no Brasil.

O intuito do levantamento foi oferecer um panorama geral das publicações em políticas públicas educacionais no Brasil, não cabendo neste trabalho uma análise aprofundada sobre cada nível de ensino ou sobre cada tema apresentado, no entanto, vale apresentar um panorama específico sobre a produção no Ensino Médio, objeto do presente estudo.

As 19 publicações, que em alguma parte do texto, destacam o Ensino Médio em seu estudo, podem ser divididas conforme o ano de publicação.

Gráfico 5 - Número de publicações no Ensino Médio, por ano de publicação



Fonte: O autor (2019).

Apesar de o levantamento ter sido realizado para os últimos 10 anos (de 2008 a 2018), observa-se, a partir do Gráfico 5, que apenas em 2012 surgem as primeiras publicações que estudam/analisa e apontam a necessidade de políticas públicas educacionais voltadas para o Ensino Médio. A maior quantidade de publicações concentra-se no ano de 2014, ocorrendo uma queda no ano de 2015, aumentando novamente em 2016 e apontando uma tendência decrescente, novamente em 2017.

Os estudos analisados não apresentam uma tendência de quais políticas estão no radar dos pesquisadores. Foram observadas publicações sobre as mais diversas políticas, programas e

planos, o que pode representar a falta de foco nas políticas de estado, que atendam às necessidades de cada região. A Tabela 3 apresenta as políticas estudadas e respectivo número de publicações.

Tabela 3 - Programas e a quantidade de publicações que estudam cada um deles.

Política/Programa	Sigla	Quantidade de Publicações
Plano de Ações Articuladas	PAR	2
Plano Nacional da Educação	PNE	2
Plano de Desenvolvimento da Educação	PDE	1
Programa Internacional de Avaliação de Estudantes	PISA	1
Programa Nacional do Livro Didático	PNDL	1
Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar	SAERJ	1
Programa Um computador por aluno	UCA	1
Reinventando o Ensino Médio	REM	1
Escola Plural	-	1
Programa Descobrimos Talentos	-	1
Ensino Médio Politécnico	-	1
Outros (produções que não analisam programas específicos)	-	6
Total		19

Fonte: O autor (2019).

Vale destacar que entre as produções que não analisam qualquer programa específico, dois artigos apontam e discutem a necessidade da avaliação da qualidade da educação do país e outros dois artigos discutem a história e a trajetória do desenvolvimento do Ensino Médio.

A falta de políticas que atendam às necessidades educacionais, que apontem metas e métodos de avaliação específicos para a educação, pode contribuir para o surgimento de programas sem um planejamento adequado. Consequentemente, impossibilita uma avaliação correta de seus resultados, reproduzindo, em muitos casos, programas que desaparecerão com o tempo, sem deixar as devidas marcas e ocasionando perdas, tanto financeiras como sociais, visto que o programa criado não atende aos objetivos preconizados.

Outra análise que pode ser realizada é em relação às metodologias empregadas, com predominância da abordagem qualitativa, presente em 15 delas, enquanto outras 4 empregaram dados qualitativos e quantitativos. Nos objetivos predominam termos como “analisar”, “compreender”, “estudar”, “investigar” e “discutir” as políticas educacionais, Tal predominância corrobora a necessidade de mais pesquisas que visem avaliar a existência das políticas públicas, pesquisar seus resultados e verificar a adequação destes aos resultados esperados.

Tabela 4 - Quantidade de publicações e os procedimentos metodológicos utilizados

Procedimentos Utilizados	Publicações
Estudo de Caso	10
Análise Documental (legislação, documentos oficiais, dados estatísticos)	10
Análise/Estudo bibliográfico	8
Entrevistas	7
Questionário	1

Fonte: O autor (2019).

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para as pesquisas destacam-se o estudo de caso e análise documental, presente em 10 publicações, cada um (Tabela 4). Vale destacar a ocorrência de mais de uma técnica utilizada em um artigo, principalmente pelas características das pesquisas. Vale destacar que, nas pesquisas sobre programas e políticas públicas educacionais, faz-se necessário o estudo aprofundado da legislação pertinente, além da verificação de campo para se analisar a aproximação entre o que é descrito nos documentos oficiais e o que realmente é realizado.

Outra técnica bastante empregada é a entrevista, que se destaca por sua importância na verificação da compreensão, por parte dos implementadores e as pessoas impactadas pela política, sobre todo o processo de implantação, desenvolvimento e resultados.

Desta forma, observa-se que o estudo de políticas públicas, em especial as políticas públicas educacionais no Ensino Médio, precisam ser intensificadas, tendo em vista a necessidade de se obter respostas quanto a eficiência, eficácia e efetividade dos programas formulados e implementados pela administração pública. E a avaliação de tais programas se justifica, principalmente, quando se exige maior transparência por parte do poder público, que deve apresentar resultados do que tem sido realizado para mudança da realidade educacional do país.

Têm-se observado que faltam mais estudos que avaliem os programas e políticas públicas educacionais e que os mesmos possam apresentar os resultados e os impactos na comunidade recebedora. Além disso, verifica-se a existência de um vasto espaço para a pesquisa no Ensino Médio.

A literatura tem destacado que a pesquisa em políticas públicas tem aumentado consideravelmente nos últimos anos (COSTA, CASTANHAR, 2003; ARRETCHE, 2003; TREVISAN, BELLEN, 2008; FINKLER, DELL'AGLIO, 2013.) principalmente com o crescimento da necessidade de se obter maior eficiência e maior impacto dos investimentos governamentais nos programas sociais (COSTA, CASTANHAR, 2003).

Aliado a pressão para uma maior *accountability* pública tem crescido o volume de trabalhos relacionados às políticas sociais. Além disso, o crescimento do número de disciplinas voltadas para a área, nas mais diversas graduações e pós-graduações existentes no país (ARRETCHE, 2003) tem contribuído para o aumento da pesquisa em políticas públicas.

No entanto, ao mesmo tempo, tem se observado críticas a esse crescimento da pesquisa na área e apontamentos quanto a forma de produção desses trabalhos que estão em muito atrelados a agenda política do país em que se destaca uma baixa capacidade de acumulação do conhecimento com estudos voltados principalmente para estudos de caso. A pouca atenção ao debate sobre os métodos de investigação (ARRETCHE, 2003) tem contribuído para a formação de um emaranhado conceitual (COSTA, CASTANHAR, 2003) em que se observa uma ampla variedade de conceitos e metodologias, dificultando a real aplicabilidade dos estudos por parte das entidades governamentais, provocando o desinteresse por parte destas nos resultados encontrados.

Souza (2003) e Trevisan, Bellen (2008) destacam que já é o momento de se ultrapassar esta geração de estudos que demonstram ser:

excessivamente concentrada no fracasso, pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. (TREVISAN, BELLEN 2008, p.972).

Arretche (2003) aponta que tais incongruências no campo são justificáveis diante do seu caráter recente de pesquisa, além, da interdisciplinaridade do campo e destaca que o desafio a ser enfrentado baseia-se na necessidade de se criar uma agenda que promova a articulação da comunidade de pesquisadores.

Visando ampliar esta revisão bibliográfica, foram realizadas buscas dos documentos oficiais sobre o ProEMI, objeto de análise e avaliação neste trabalho. O Programa foi criado em 2009, com intenção de realizar uma mudança na realidade do Ensino Médio, conforme apresentado a seguir.

3.2 O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI

Muito se tem falado sobre a necessidade de políticas públicas de estado, que possam perdurar por governos, tendo seus objetivos e metas perseguidos durante o período e para o fim a que se destinam.

Visando atender esta proposta para a educação, no Brasil, o Plano Nacional da Educação (PNE) possui em seu escopo 20 metas a serem alcançadas no período de 2014 a

2024 orientadas conforme o próprio documento define “para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania” (MEC/SASE, 2014, p.9).

Para se alcançar tais orientações uma das propostas contidas no PNE está a meta 3 que propõe a universalização do Ensino Médio e que, apesar de estar contida na Constituição Federal em seu Art. 208 (CF/88), ainda se encontra distante de ser alcançada. A proposta prevê o atendimento escolar para toda a população entre 15 e 17 anos com a obtenção de uma taxa líquida de 85% de matrículas no Ensino Médio.

Segundo o Observatório do PNE⁸, em 2015 apenas 62,5% dos jovens nesta idade estavam matriculados na escola. Conforme nota estatística do Censo Escolar de 2017, divulgado pelo Ministério da Educação, essa taxa diminuiu no último ano podendo ser observado na Figura 9.

Figura 9 - Número de jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio



Fonte: Censo Escolar 2017 (Brasília, 2018).

De qualquer forma, o Ministério da Educação, em parceria com estados e municípios, tem buscado desenvolver ações e programas que possam auxiliar no cumprimento desta e das

⁸ Fonte: Observatório do PNE. Disponível em: < <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>> Acesso em: 12 jul. 2018.

outras metas contidas no PNE e uma destas ações é o Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI.

O ProEMI, que atualmente é chamado apenas de EMI, foi instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 em um contexto de implementação de ações voltadas para o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE estando atualmente alinhado às metas do PNE 2014-2024 e à reforma do Ensino Médio, proposta pela Medida Provisória 746/2016 e é regulamentada pela Resolução FNDE nº 4 de 25 de outubro de 2016⁹.

O programa, desde sua criação, passou por seis versões de documentos orientadores (BRASIL, 2009, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016/2017) que são documentos que visam

Informar às Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal sobre a formulação de propostas compatíveis com as diretrizes do Programa Ensino Médio Inovador, permitindo que as instituições proponentes possam sistematizar seus projetos de forma coerente com os pressupostos e finalidades previstas pelo Ministério da Educação, em consonância com os interesses dos entes federados partícipes, reconhecendo as especificidades regionais e a diversidade de ideias já operacionalizadas pelas redes de ensino. (BRASIL, 2009b).

Desta forma, estes documentos tem o objetivo de orientar os Estados para elaboração das propostas de adesão ao programa, que deve ser realizado anualmente com a inserção de novas escolas, que possam receber a ajuda do governo federal no desenvolvimento de suas propostas, mas afinal qual a finalidade e o objetivo do programa?

O Ensino Médio Inovador, conforme a Portaria nº 971 (BRASIL, 2009a) pretende apoiar as Secretarias Estaduais de Educação para o desenvolvimento de ações que possam melhorar a qualidade do Ensino Médio.

Com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. (BRASIL, 2009a).

Além desse sentido, de se buscar inovação e promover a iniciação científica dos jovens do Ensino Médio, o programa busca promover o maior diálogo entre escola, jovens e pais, garantindo uma maior participação da comunidade no desenvolvimento das propostas a serem desenvolvidas pela escola.

Cabe destacar que o programa possui tarefa primordial de incentivar o aumento de matrículas e manutenção desses jovens nas escolas. A partir das novas propostas, que não retiram componentes obrigatórias dos currículos escolares, visa a flexibilização dos mesmos de forma que possa ser redesenhado, com novas atividades, conforme necessidade e vontade dos alunos, que possuem papel primordial no desenvolvimento dessas propostas.

⁹ Informações retiradas do Portal do Ministério da Educação, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439> Acesso em 27 fev. 2018.

O Programa Ensino Médio Inovador é uma ação do Ministério da Educação para a elaboração do redesenho curricular nas escolas de Ensino Médio e contribui para disseminar a cultura para o desenvolvimento de um currículo mais dinâmico e flexível, que contemple os conhecimentos das diferentes áreas numa perspectiva interdisciplinar e articulada à realidade dos estudantes, suas necessidades, expectativas e projetos de vida. [...]. Neste contexto, compreende-se que, para a construção da proposta de redesenho curricular, é essencial a participação de todos os professores e coordenadores pedagógicos da escola e da comunidade escolar na discussão sobre quais são os conhecimentos e as práticas relevantes no currículo a fim de organizar e definir conteúdos, metodologias e recursos necessários para o desenvolvimento das atividades nos diferentes Campos de Integração Curricular (CIC). (BRASIL, 2016/2017).

As Propostas de Redesenho Curricular (PRC), descritas no documento orientador (BRASIL, 2016/2017) devem atender às reais necessidades das escolas, e estudantes, visando reconhecer as especificidades de cada região. Desta forma, observa-se que o programa afere uma maior liberdade para as escolas definirem o que pretendem desenvolver com seus alunos, conforme suas necessidades. E, para isso, o programa propõe àquelas escolas, inscritas e aprovadas para participar do programa, a ajuda financeira necessária para a implementação das propostas apresentadas.

Porém, essa liberdade fica restrita ao atendimento de uma série de dezoito requisitos, que devem ser referenciais no redesenho curricular, desde a ampliação da jornada escolar e o aumento da participação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, dentre outros. Contudo, entre eles exige-se especial atenção à necessidade de contemplar ações dos chamados Campos de Integração Curricular (CIC), sendo quatro de atendimento obrigatório e no mínimo um campo de livre escolha pela escola.

- I - Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática);
- II - Iniciação Científica e Pesquisa;
- III - Mundo do Trabalho;
- IV - Línguas Adicionais/Estrangeiras;
- V - Cultura Corporal;
- VI - Produção e Fruição das Artes;
- VII - Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital;
- VIII - Protagonismo Juvenil. (BRASIL, 2016/2017).

Dos oito campos apresentados o I, II, III e VIII devem ser obrigatoriamente contemplados no PRC, os campos de integração apresentados têm a intencionalidade pedagógica de desenvolver nos currículos “atividades interativas, integradas e integradoras dos conhecimentos e saberes, dos tempos, dos espaços e dos sujeitos envolvidos com a ação educacional” (BRASIL, 2016/2017). Em uma linguagem simplificada, os campos devem buscar a integração entre as disciplinas obrigatórias do currículo escolar, promovendo atividades que possam interliga-las, aproximando-as da vivência dos estudantes. Assim, como destacado anteriormente, visam a busca da autonomia, participação e liberdades dos jovens

que, com a cultura digital, estão se distanciando cada vez mais da escola e vendo aquele ambiente apenas como um rito de passagem. obrigatório para poder auferir outros benefícios, como melhor colocação no mercado de trabalho ou o ingresso no Ensino Superior.

Segundo documentos orientadores, utilizados pelos governos nos anos 2016 e 2017 (BRASIL, 2016/2017) a adesão ao ProEMI é realizada pelas Secretarias Estaduais de Educação, que devem indicar as escolas para receberem o programa, divididas em três grupos.

No primeiro, escolas que já participavam do programa no ano anterior, no segundo grupo devem ser contempladas escolas que apresentem índice socioeconômico baixo ou muito baixo, segundo a classe definida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e que não estejam enquadradas no primeiro grupo. E por fim, no grupo três ficam as escolas que podem aderir ao programa pela primeira vez, desde que, também, seja indicada pelo menos uma escola dos Grupos 1 e 2. Além dos critérios apresentados, as secretarias devem obedecer a outros aspectos como:

- necessidade de estabelecimento de ações conjuntas para melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- existência de estrutura curricular e ambientes escolares que possibilitem a ampliação gradativa do tempo do estudante na escola, visando à implementação da educação em tempo integral;
- capacidade de articulação com outras instituições, políticas públicas e programas, como forma de ampliação dos espaços educativos e de aperfeiçoamento dos docentes;
- capacidade para aprimorar o atendimento escolar voltado às especificidades dos estudantes do período noturno.

As secretarias, também, devem indicar a carga horária para a escola selecionada, entre as opções de cinco ou sete horas. Após a indicação, as escolas devem formalizar e oficializar sua adesão ao programa, só então, poderão iniciar a construção do PRC.

O financiamento ao programa é realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE programa que realiza repasses financeiros diretamente as escolas selecionadas pelo ProEMI, sem a necessidade de que o mesmo passe pelos cofres dos governos estaduais. (BRASIL, 2016/2017).

Os documentos orientadores do programa, além de trazer as competências e responsabilidades para cada ente envolvido no programa, apresenta duas tabelas com os valores a serem repassados às escolas selecionadas, conforme a adesão de aumento da carga horária para 5 ou para 7 horas.

Figura 10 - Repasse para escolas que optam por aumento da jornada para 5 horas diárias conforme quantitativo de alunos matriculados

Intervalo de classe de número de alunos matriculados no Ensino Médio da unidade educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
10 a 50	7.000,00	3.000,00	10.000,00
51 a 100	14.000,00	6.000,00	20.000,00
101 a 300	21.000,00	9.000,00	30.000,00
301 a 500	28.000,00	12.000,00	40.000,00
501 a 700	35.000,00	15.000,00	50.000,00
701 a 900	42.000,00	18.000,00	60.000,00
901 a 1100	49.000,00	21.000,00	70.000,00
1101 a 1300	56.000,00	24.000,00	80.000,00
1301 a 1400	63.000,00	27.000,00	90.000,00
Mais de 1401	70.000,00	30.000,00	100.000,00

Fonte: Brasil, (2016/2017).

Figura 11 - Repasse para escolas que optam pela ampliação da jornada para 7 horas diárias conforme quantitativo de alunos matriculados.

Intervalo de classe de número de alunos matriculados no Ensino Médio da unidade educacional	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (70%)	Capital (30%)	Total
10 a 50	9.800,00	4.200,00	14.000,00
51 a 100	19.600,00	8.400,00	28.000,00
100 a 300	29.400,00	12.600,00	42.000,00
301 a 500	39.200,00	16.800,00	56.000,00
501 a 700	49.000,00	21.000,00	70.000,00
701 a 900	58.800,00	25.200,00	84.000,00
901 a 1100	68.600,00	29.400,00	98.000,00
1101 a 1300	78.400,00	33.600,00	112.000,00
1301 a 1400	88.200,00	37.800,00	126.000,00
Mais de 1401	98.000,00	42.000,00	140.000,00

Fonte: Brasil, (2016/2017).

Os recursos destinados às escolas devem ser utilizados para o desenvolvimento da Proposta de Redesenho Curricular devendo obedecer aos critérios descritos:

- I – na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários à implementação da Proposta de Redesenho Curricular;
- II – na aquisição de equipamentos e mobiliários necessários à implementação da Proposta de Redesenho Curricular; e
- III – no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos alunos-monitores, selecionados a partir de critérios definidos pelas secretarias de educação, que atuarão como auxiliares dos professores na implementação da Proposta de Redesenho Curricular. (BRASIL, 2015/2016).

Como se observa, o programa apresenta uma série de requisitos, para que a escola participe e implemente o programa. Porém, não deixa claro em que medida essas mesmas escolas terão estrutura para aumentar sua jornada diária. Tendo em vista que grande parte dos

alunos, que adentram ao Ensino Médio público, têm que ajudar suas famílias seja em casa ou trabalhando. Este dado leva à reflexão se os recursos financeiros são suficientes, já que a implantação do programa não é uma mera mudança do currículo.

O programa exige uma série de outros aparatos, desde a infraestrutura, recursos físicos e humanos, aspectos não contemplados nos Documentos Orientadores. Considerando que, em última instância, ocorrerá (ou deveria ocorrer) uma mudança na cultura da escola e professores, que terão que se adequar a uma nova carga horária e igualmente dos alunos, que deverão buscar a participação efetiva no programa para adquirirem os benefícios propostos pelo ProEMI, um planejamento minucioso precisa ser realizado pela escola, com o apoio da Secretaria de Educação.

Ainda, ao analisar os referidos documentos observou-se a falta de parâmetros claros quanto a avaliação do programa, que apesar da definição de que fica a cargo da Secretaria de Educação Básica/MEC e Secretarias Estaduais (BRASIL, 2016/2017), não estabelece como serão feitas tais avaliações e quais os critérios para auferir os parâmetros de eficácia, eficiência e efetividade do programa nas escolas contempladas.

Como uma proposta de política pública, observa-se que o programa visa combater os problemas existentes no Ensino Médio brasileiro, tentando atingir especificamente os problemas de evasão e baixo desempenho das escolas. Frente aos índices utilizados pelo governo para avalia-las, observa-se claramente no programa, pelo menos no papel, as características da realidade educacional brasileira e os problemas que há muito tempo são apontados para sua melhoria.

No caso da educação brasileira, o quadro situacional que revela as demandas educacionais é retratado pelos dados de acesso, permanência e conclusão como também pelos resultados expressos nos índices obtidos por meio das avaliações, informações estas que tornam públicas as fragilidades da realidade educacional.

Neste contexto, as políticas educacionais são apresentadas tanto como uma resposta do Estado para alterar a realidade apresentada por meio destes indicadores visando superar tais fragilidades, quanto como uma resposta às demandas suscitadas pela sociedade civil e política. (SILVIA; JAKIMIU, 2016. p. 912).

Portanto, pode-se verificar que o ProEMI tem como proposta atender as necessidades apontadas pelos indicadores educacionais, como a manutenção dos alunos na escola, reduzindo a evasão e a repetência. Também, a melhoria do ensino, proporcionando currículos mais flexíveis ajustados à realidade dos alunos, visando que os mesmos possam adquirir suas liberdades, participando ativamente das mudanças que o programa propõe, seja internamente ou externamente às escolas. Como resultado final, aumentaria a autonomia e favoreceria o “protagonismo juvenil” como descrito nos documentos orientadores do programa.

3.2.1 Os responsáveis pelo programa e suas competências.

O Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica – SEB representada pela Coordenação Geral do Ensino Médio – COEM é o principal agente no desenvolvimento do programa. Tem a competência de estabelecer ações e estruturas para implementação e monitoramento do ProEMI; é responsável por enviar a relação de escolas inscritas para o FNDE, para liberação de recursos, e prestar a assistência técnica necessária para as secretarias estaduais de educação. (BRASIL/MEC, 2016).

Já as secretarias estaduais de educação, segundo o documento orientador do programa, são responsáveis pela coordenação geral do Programa Ensino Médio Inovador, selecionar as escolas, planejar a implementação do ProEMI e analisar as propostas de redesenho curricular, estabelecendo métodos de acompanhamento e avaliação do programa, dentre outra série de responsabilidades. Um ponto que pode ser positivo, sendo ao mesmo tempo negativo se não pensado adequadamente, é a liberdade que o documento orientador permite aos estados ao deixar-lhes a responsabilidade do acompanhamento do desenvolvimento das atividades, descritas na Proposta de Redesenho Curricular – PRC.

O documento orientador do programa ainda prevê a criação do Comitê Gestor, que possui a responsabilidade de estabelecer o monitoramento e a articulação com o Ministério da Educação prevendo a participação de quatro membros e estabelecendo a área de atuação dos mesmos.

- Coordenador de Ensino Médio da Secretaria de Educação;
- 02 (dois) Membros da Equipe Técnico-Pedagógica da Coordenação de Ensino Médio do respectivo sistema de ensino;
- Membro da Área Financeira da Secretaria Estadual/Distrital. (BRASIL/MEC, 2016.p.16).

A escola é responsável pela elaboração, desenvolvimento e efetivação da PRC, devendo desenvolver relatórios anuais no PDDE Interativo. Para tal, deve indicar um coordenador do programa, na escola, que deve zelar pela prestação de contas dos recursos utilizados.

A Equipe Pedagógica e o Articulador do Programa possuem importante papel no desenvolvimento do ProEMI na escola:

- Desenvolver e implantar estratégias para a sistematização das ideias e ações propostas pelos professores, visando à elaboração da Proposta de Redesenho Curricular (PRC) da escola, em consonância com o Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador, as orientações curriculares das Secretarias Estaduais e Distrital e o Projeto Político Pedagógico da escola;
- Promover as articulações curriculares necessárias, internas e externas ao contexto escolar, estabelecidas no Projeto de Redesenho Curricular;

- Coordenar e acompanhar a execução das ações de redesenho do currículo da escola; e
- Elaborar Relatórios de Atividades via Sistema PDDE Interativo. (BRASIL/MEC, 2016.p.18-19).

Como pode ser observado, o documento orientador do ProEMI apresenta os diversos agentes necessários ao adequado desenvolvimento do programa na escola, sendo importante que todos trabalhem em consonância, na articulação de todas as suas etapas.

Porém, os documentos analisados não apontam claramente em como o programa deve ser avaliado. Será que somente indicadores como Ideb, Saeb e ENEM servem para referendar tal política? Talvez seja importante uma avaliação mais ampla quanto às propostas do programa, para se ter uma ideia concreta do ponto que o programa consegue alcançar, ou não, sua eficiência, eficácia e efetividade.

3.2.2. O repasse de recursos as Escolas Estaduais

Segundo o documento orientador do programa os recursos financeiros são repassados diretamente para a escola executora do programa, com valores conforme apresentados nas Ilustrações 15 e 16. Tais recursos são designados para custeio e capital, conforme o número de alunos matriculados seguindo o censo escolar do ano anterior ao repasse e a carga horária adotada pela escola, podendo ser financiados itens definidos na Proposta de Redesenho Curricular – PRC, devidamente aprovados pelo Comitê Estadual do programa. Os recursos podem ser utilizados da seguinte maneira:

- I – na aquisição de material de consumo e na contratação de serviços necessários à implementação da Proposta de Redesenho Curricular;
- II – na aquisição de equipamentos e mobiliários necessários à implementação da Proposta de Redesenho Curricular; e
- III – no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos alunos-monitores, selecionados a partir de critérios definidos pelas secretarias de educação, que atuarão como auxiliares dos professores na implementação da Proposta de Redesenho Curricular. (BRASIL/MEC, 2016.p.21).

Importante observar que o documento orientador da implantação do programa não apresenta qualquer menção ao professor, que é quem irá executá-lo efetivamente, e nem como se dará tal execução por parte do mesmo. Cabe destacar que a construção da PRC tem no professor figura fundamental, que juntamente com a equipe pedagógica, irá apresentar as demandas e as propostas para as atividades no decorrer do ano. Paradoxalmente, a figura do professor não aparece no documento e nem se ele obterá algum tipo de benefício na realização do seu trabalho. Infere-se que esta seria a contrapartida da Secretaria de Educação.

A partir de informações fornecidas pelo Ministério da Educação, por meio de solicitação realizada no portal E-Sic, foi possível verificar a quantidade de escolas brasileiras e do Tocantins, que efetivamente receberam recursos do programa.

A tabela 5 dá uma visão desse quantitativo de escolas e dos recursos repassados a elas, durante o período de existência do programa.

Tabela 5 - Repasse de recurso para Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.

	2009/2010	2011/2012	2013	2014	2016/2017
Quantidade de Escolas	382	1994	3660	7303	8476
Quantidade de Estudantes Atendidos	295.698	1.173.908	2.776.792	4.628.762	3.100.218
Total de recursos repassados	R\$33.180.000	R\$109.592.000	R\$169.400.000	R\$271.129.725	R\$343.625.200
Valor por aluno	R\$ 112,21	R\$ 93,36	R\$ 61,00	R\$58,57	R\$ 110,84

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo MEC/SEB.

Faz-se necessário frisar que a quantidade de escolas participantes do ProEMI pode ser maior pois, segundo informações recebidas da Coordenação Geral do Ensino Médio no Ministério da Educação existem escolas que participam do ProEMI mas não atenderam as solicitações realizadas ou não tiveram a PRC aprovadas o que ocasiona o não recebimento dos recursos financeiros destinados ao programa, podendo, desta forma, o número de escolas participantes ser maior que o de escolas que receberam recursos (CARVALHO, 2018).

Até o momento foram realizadas 5 edições do ProEMI no Brasil. Em 2010 foram realizadas as primeiras inscrições das escolas com o recebimento do recurso no mesmo ano. Em 2011 foi lançada nova edição, com recebimento de recursos para utilização em 2011 e 2012. Já em 2013 e 2014 o programa foi lançado com caráter anual, sendo os recursos de 2014 disponibilizados em primeira parcela no mesmo ano e a segunda parcela em 2015, não ocorrendo nova edição em naquele ano, cabendo frisar o contexto econômico-político do período, em que o país passava por uma grave crise econômica iniciada em 2014 culminando no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Na edição do programa 2016/2017 os recursos foram disponibilizados apenas em 2017, e por fim, em 2018, não foram disponibilizados recursos para o atendimento do programa na escola.

Observa-se da Tabela 5, uma inconsistência do programa quanto ao lançamento de suas edições, não ficando claro se o programa tem ou não um caráter de lançamento anual de

novas edições e respectivo repasse de verbas, o que dificulta o planejamento por parte das escolas, quanto ao uso dos recursos financeiros.

Depreende-se também da leitura da tabela 5, a redução do valor financeiro quando se toma em consideração o valor pago por aluno atendido pelo programa, que vem reduzindo a cada ano. Nota-se um aumento no ano de 2017, mesmo assim acredita-se se um valor pequeno já que as escolas têm que utilizar a verba tanto para custeio como para capital.

3.2.3 Pesquisas recentes sobre o ProEMI

O ProEMI sendo um programa relativamente novo, com apenas 9 anos de existência, o mesmo tem se destacado pelo seu caráter de continuidade principalmente em meio a tantos programas que mal resistem ao primeiro quadriênio de governo. Diante desse fato, surge a necessidade de analisar as pesquisas recentes sobre o programa, tendo em vista algumas questões, tais como:

Q1: Quais os objetivos dos estudos sobre o Programa Ensino Médio Inovador?

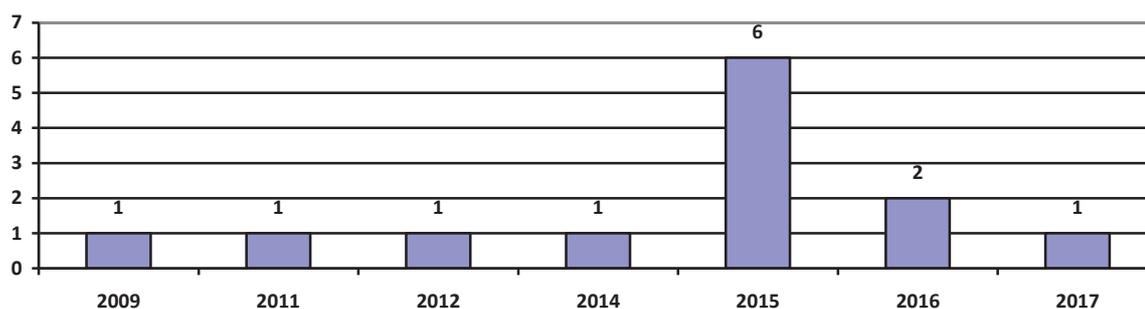
Q2: Quais as metodologias e estratégias têm sido empregadas para tal análise?

A busca por artigos foi realizada nos mesmos moldes e critérios utilizados para as buscas anteriores. Foi realizada “Busca avançada” do Portal de Periódicos da Capes procurando-se em qualquer parte do texto termos relacionados ao tema “Programa Ensino Médio Inovador *and* educação”.

A busca retornou 13 artigos para os últimos 10 anos de produção científica. Devido ao número reduzido de publicações sobre o tema, preferiu-se utilizar como refinamento apenas que as publicações fossem de periódicos revisadas por pares.

No Gráfico 6 observa-se o número de publicações distribuídas conforme o ano de publicação, não sendo localizada nenhuma publicação nos anos de 2010 e 2013, prevalecendo na maior parte dos anos analisados apenas uma única publicação.

Gráfico 6 - Número de publicações sobre o ProEMI no Portal de Periódicos Capes



Alguns destaques podem ser realizados: 4 publicações discutem projetos realizados dentro do ProEMI, como parte integrante do Campo de Integração Curricular (CIC), discutem o uso de tecnologias de informação dentro programa, a promoção da saúde sexual e a educação profissional nas escolas, presente como uma das propostas de estruturação do currículo escolar pelo ProEMI.

Tem-se observado que apesar do “intenso investimento político nas políticas curriculares para o Ensino Médio” (DA SILVA, 2015. p.13) a pesquisa na área não tem acompanhado mesmo o ritmo. Pelo menos é o que se pode inferir após os resultados encontrados com o levantamento realizado no Portal de Periódicos da Capes sobre o ProEMI. Talvez o baixo interesse pode ser explicado pelo programa ainda não se ter consolidado, como uma política de longo prazo, apesar dos seus quase dez anos de existência.

Destaca-se, também, que o programa não se encontra nos holofotes da mídia apresenta-se apenas como um programa que busca a mudança, propondo a reestruturação e relativa autonomia curricular para as escolas, talvez não causando o impacto que se espera do programa.

Na Tabela 6 observa-se a distribuição das publicações em relação ao método de pesquisa adotado. A análise documental, assim como na RSL do tópico anterior, tem maior destaque, apresentando-se a utilização da entrevista como segunda estratégia mais utilizada para a análise do programa.

Tabela 6 - Quantidade de publicações e as metodologias utilizadas

Metodologia Utilizada	Publicações que utilizaram a metodologia
Análise Documental (legislação, documentos oficiais, dados estatísticos)	13
Entrevistas	7
Análise/Estudo bibliográfico	3
Estudo de Caso	2
Observação	2

Fonte: O autor (2019).

As duas estratégias se destacam devido ao programa ser uma política governamental que exige análise da legislação pertinente, além de demais documentos oficiais produzidos para o pleno atendimento ao programa. Já as entrevistas vão de encontro a necessidade de confirmação se a política tem demonstrado os resultados esperados e se está sendo compreendida por parte dos recebedores da mesma.

As pesquisas apresentam predominância qualitativa com destaque a termos como “discutir” e “compreender” nos objetivos. Verifica-se a falta de pesquisas de avaliação do

programa, respeitando o ciclo de políticas públicas. Acredita-se que, nestes quase 10 anos do ProEMI, se torna necessária uma avaliação de como o programa tem se comportado e se está entregando os resultados esperados, difundidos nos documentos norteadores, que se propõe a ser uma ação para o alcance da universalização do Ensino Médio, conforme proposto no Plano Nacional de Educação.

Neste sentido, buscando uma avaliação do ProEMI de forma que possa ter maior clareza quanto as propostas do programa e dos resultados esperados, o próximo capítulo apresenta o cenário atual da educação no Tocantins por meio dos seus dados, taxas de rendimento, IDEB, número de matrículas entre outras informações que serviram de base para a proposta de preenchimento do quadro lógico no último capítulo, além disso destaca-se a estrutura da SEDUC e seus principais atores no desenvolvimento do ProEMI.

CAPÍTULO IV

CENÁRIO DA EDUCAÇÃO DO TOCANTINS EM DADOS

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. (...) Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive se alienam. Não é uma ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos. (FREIRE, 2004.p.26).

4 Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta e analisa os dados educacionais no Estado do Tocantins, comparados com a região norte e com o país. Especialmente dados do Ensino Médio, importantes para a compreensão do contexto da presente pesquisa sobre o ProEMI, numa escola situada na capital tocantinense. Destaca ainda, a estrutura da Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes (Seduc) e sua adesão ao Programa Ensino Médio Inovador, seus principais atores e orientações para as escolas estaduais, participantes do programa.

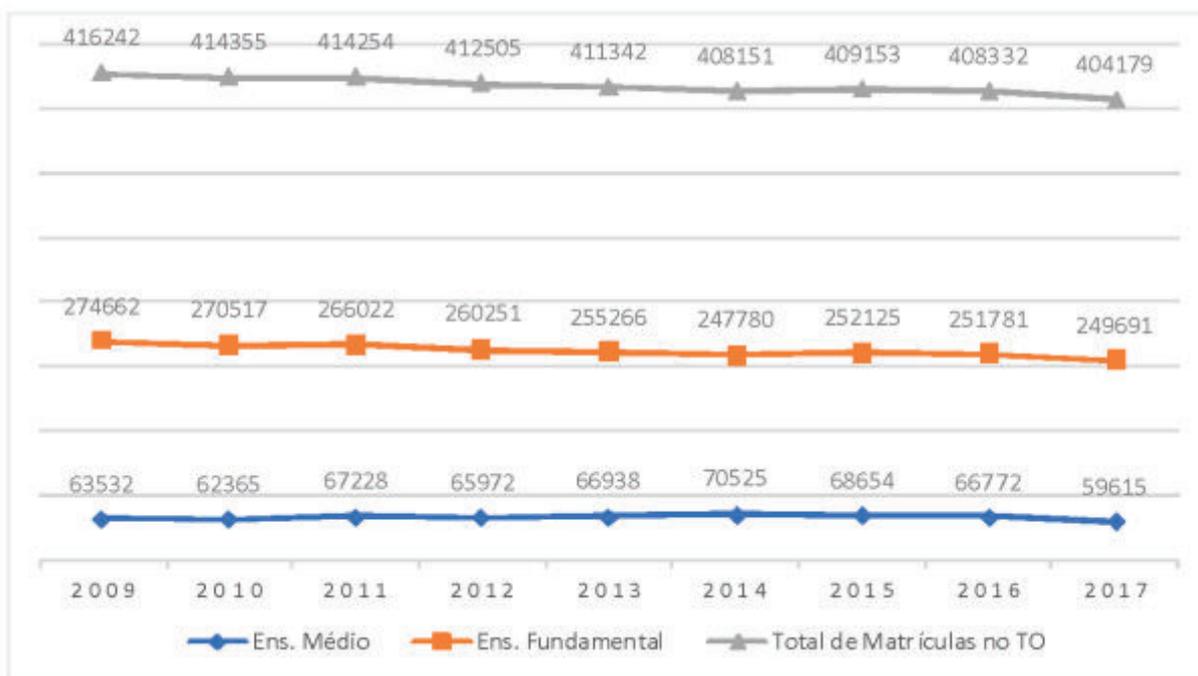
4.1 Educação tocantinense em dados

Dados do Censo Escolar podem trazer um panorama do cenário educacional tocantinense, nos últimos anos. Para se manter o foco deste trabalho, preferiu-se dados que pudessem trazer informações da educação no Tocantins desde 2009, ano de criação do ProEMI, até 2017, para permitir visualizar uma evolução, ou não, da educação no Estado, tendo-se uma visão geral deste cenário antes de discutir, especificamente, sobre o ProEMI na escola escolhida para o estudo e a avaliação do programa.

O Censo Escolar da Educação Básica, instituído pelo Decreto Nº 6.425 de 04 de abril de 2008, é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP em regime de colaboração com Estados, Distrito Federal e Municípios e engloba todos os estabelecimentos de ensino público e privado, adotando alunos, turmas, escolas e profissionais de educação, como unidades de informação. (BRASIL, 2008).

Os dados disponíveis do Censo Escolar e sintetizados no Gráfico 7, apresentam uma visão geral da educação do Tocantins, no tocante ao número de alunos matriculados em todos os estabelecimentos de ensino estadual em estabelecimentos públicos e privados.

Gráfico 7 - Número de matrículas no Ensino Médio e Fundamental do Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela SEDUC.

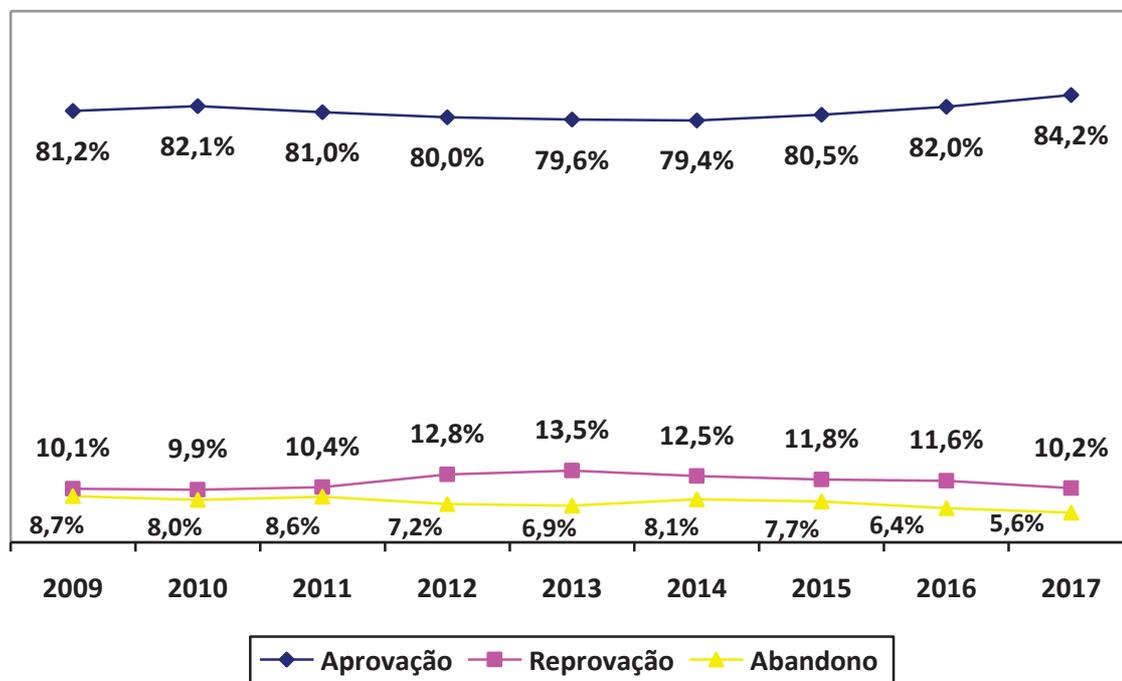
Como se verifica o número de alunos matriculados no Tocantins tem apresentado uma tendência de queda nos últimos três anos, tanto ao se observar os dados do ensino médio, como no nível fundamental de ensino. Porém, o ensino médio tem apresentado uma redução que perdura por mais tempo, sem melhoras significativas nos períodos estudados, acompanhando a tendência de redução de matrículas no Ensino Médio no Brasil como um todo. No entanto, o Ensino Médio do Tocantins teve uma redução da ordem de 12% na taxa de matrículas do ano de 2016 para o ano de 2017, enquanto em nível nacional esta redução foi de aproximadamente 2,6%.

Os motivos para redução das matrículas no ensino médio são apresentadas por Corbucci (2009, p. 13-16) como sendo na maior parte dos casos a explicação para a escalada da redução da taxa de matrículas nesta fase ensino, entre eles o autor destaca a melhoria do fluxo escolar sendo que o aumento da taxa de aprovação reduz a retenção do estudante matriculado e ainda a distorção idade-série no ensino fundamental pode ser outro motivo, tendo em vista que os alunos de maior idade quando terminam o ensino fundamental possuem maior necessidade de adentrar no mercado de trabalho.

Tendo como destaque este último motivo, observa-se a necessidade de se adotar políticas que visam a permanência do estudante do Ensino Médio na escola ou provocar maior atratividade aos mesmos, quando finalizam o Ensino Fundamental, observando-se a necessidade e a importância de tal nível de ensino, para formação do cidadão.

A Taxa de Rendimento escolar pode se destacar como outro parâmetro utilizado para se observar o cenário educacional do Tocantins. O Gráfico 8 apresenta as taxas de aprovação, reprovação e evasão, nos últimos 9 anos.

Gráfico 8 - Taxa de rendimento do Ensino Médio do Tocantins



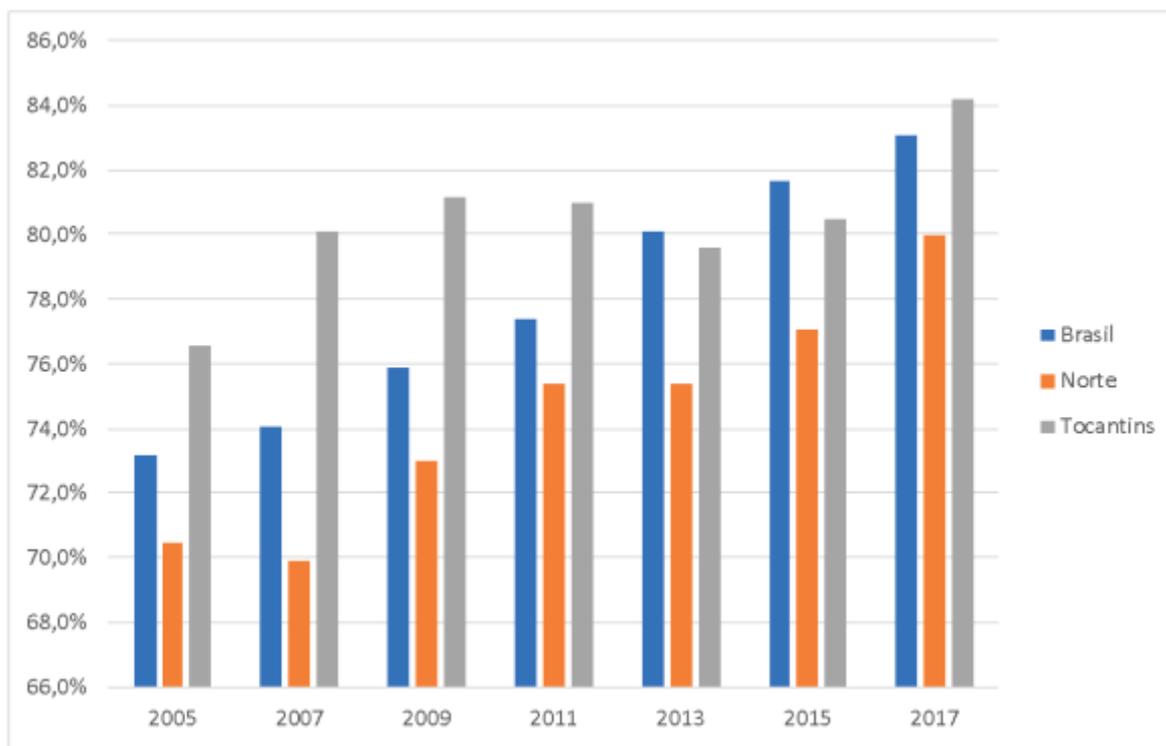
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo Inep.

Levando-se em consideração todos os estabelecimentos de ensino (municipal, estadual e privadas) localizadas nas zonas urbanas e rural, observa-se a redução na taxa de aprovação de 2011 até 2014, com a retomada do crescimento a partir 2015, acompanhada ainda da redução das taxas de abandono¹⁰ e reprovação.

Quando se compara a taxa de aprovação do Ensino Médio no Tocantins com as taxas observadas na região Norte e no Brasil, o Tocantins tem conseguido se manter acima da média regional e nacional. Ficaram abaixo da média nacional apenas nos anos de 2013 e 2015, conforme pode ser observado na Gráfico 9.

¹⁰ Compreende-se que os termos evasão e abandono possui um amplo debate de difícil discussão, como destacam SILVA FILHO; ARAÚJO, (2017) “várias formas de interpretação não permitem definir exatamente ‘evasão e abandono escolar’. A diversidade de conceituação atrapalha a quantificação precisa dos casos, dificultando o estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema que perdura até hoje”. Os dois termos são objeto de divulgação pelo INEP para quem “‘abandono’ significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na ‘evasão’ o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar” (INEP, 1998, apud SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017). Nesta pesquisa adota-se o termo abandono, tendo em vista o mesmo ser divulgado como taxa de rendimento escolar, sendo parâmetro para avaliação qualitativa das escolas.

Gráfico 9 - Taxa de aprovação do Ensino Médio de 2005 a 2015 (%)

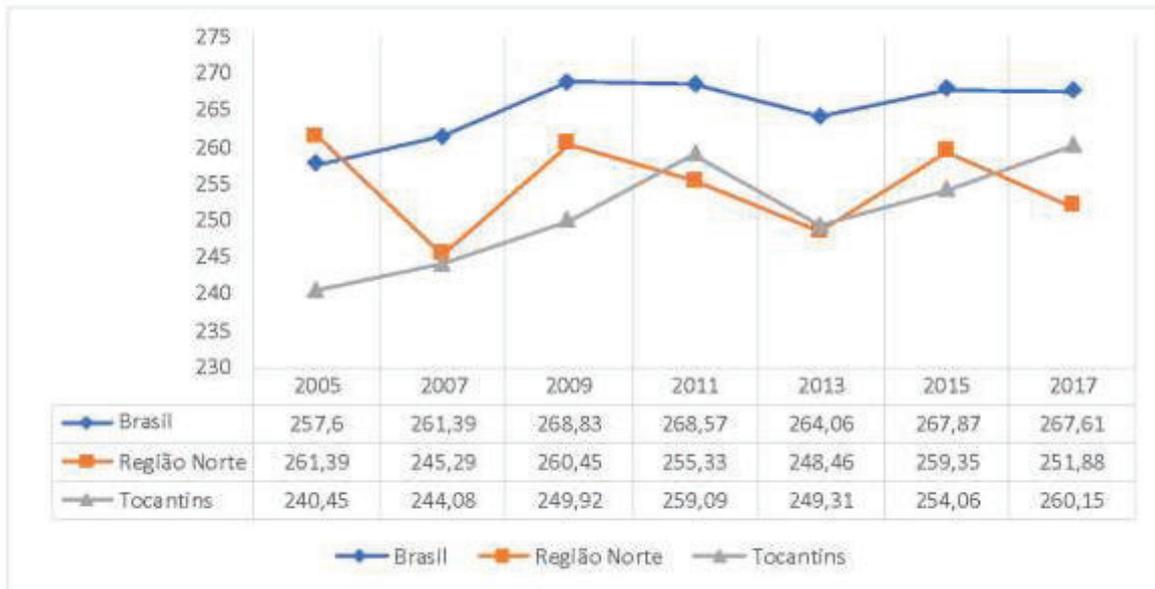


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEP.

Outra importante ferramenta para o monitoramento da educação no Brasil é o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e tem por objetivo “avaliar a qualidade da educação nacional e, assim, oferecer subsídios para a formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas educacionais.” (BRASIL/INEP, 2017), instituído em 1990 foi reestruturado em 2005 avaliando conhecimento dos estudantes do 3º ou 4º do Ensino Médio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática tendo sido importante referencial para se avaliar a qualidade do ensino nas escolas do país.

No Gráfico 10, é possível visualizar as notas do Saeb dos estudantes do Ensino Médio no Tocantins, para região norte e a média nacional para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

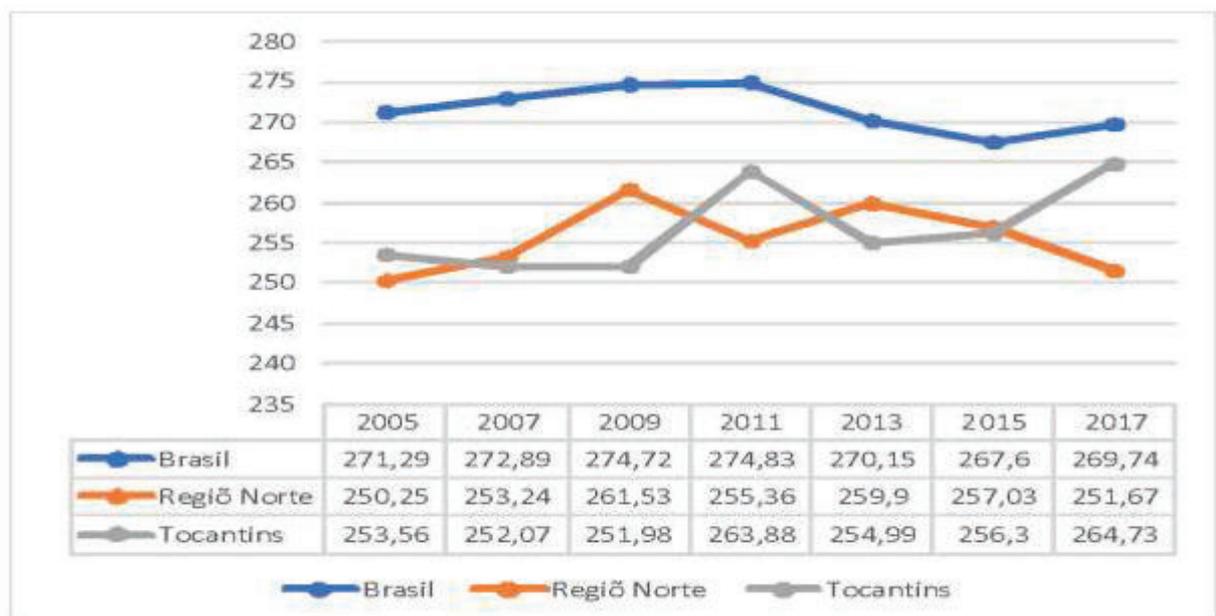
Gráfico 10 - Resultados Saeb para Língua Portuguesa no 3º Série do Ensino Médio.



Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados disponibilizados pelo INEP.

Como pode ser observado, os resultados em Língua Portuguesa, apresentados no Saeb pelos estudantes da 3ª Série do Ensino Médio, do Tocantins, tem retomado o crescimento a partir da avaliação de 2013, superando a média regional em 2017, ano este em que a Região Norte reduziu em aproximadamente 3% sua nota em Língua Portuguesa do Saeb e a média nacional sofreu uma pequena queda. No Gráfico 11 abaixo se apresenta os resultados do Saeb para a disciplina de Matemática.

Gráfico 11 - Resultados Saeb para Matemática no 3º Série do Ensino Médio.



Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados disponibilizados pelo INEP.

Assim como em Língua Portuguesa, os resultados em Matemática dos alunos tocantinenses sofreram uma melhora significativa em 2017, apesar de ter ficado abaixo da média regional na maior parte dos anos apresentados a média do Tocantins se aproximou da média nacional na última avaliação realizada.

A partir dos dados de aprovação coletados no Censo Escolar e das avaliações realizadas pelo Inep, obtidos do Saeb, obtém-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, criado em 2007, reúne em um só indicador os dados do fluxo escolar e as médias de desempenho das avaliações.

O Ideb é uma importante ferramenta para se determinar e conduzir políticas públicas para melhoria da qualidade da educação, servindo para o acompanhamento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE para a educação básica. Na Tabela 7, é possível visualizar os resultados alcançados do Ideb e as metas do índice no Tocantins, para a Região Norte do país e a média geral observada no Brasil.

Tabela 7 - Resultados e Metas do Ideb.

	Resultados Obtidos							Metas Estabelecidas						
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Brasil	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0
Região Norte	2,9	2,9	3,3	3,2	3,1	3,3	3,3	2,9	3,0	3,2	3,4	3,8	4,2	4,5
Tocantins	3,1	3,2	3,4	3,6	3,3	3,4	3,8	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pelo INEP.

Como pode ser observado o país vem tendo dificuldades no alcance das metas estipuladas para o Ideb. O caso do Tocantins não vem sendo diferente, mantendo-se abaixo da meta entre os anos de 2013 e 2017, o que vem comprovando a necessidade de políticas públicas que visam mudar tais patamares e que atinjam especificamente as deficiências existentes na educação estadual, principalmente o Ensino Médio, que vem apresentando resultados abaixo das metas estipuladas e abaixo dos resultados apresentados a nível regional e nacional, quando usados comparativamente.

Desta forma, o cenário educacional estadual não é diferente do cenário nacional como um todo, refletindo a necessidade de programas e políticas que visem o combate a tais

distorções da educação, principalmente no Ensino Médio que tem enfrentado um alto índice de evasão e médias no Saeb abaixo da média.

4.2 A SEDUC e sua estrutura.

Criada em 01 de janeiro de 1989, a Secretaria de Educação do Tocantins, segundo sua página oficial, possui como competências:

- a) desenvolver as políticas de educação;
- b) gerir o ensino oferecido pelo e no estado do Tocantins;
- c) assistir e apoiar o educando;
- d) apoiar estratégias e logisticamente o Conselho Estadual de Educação;
- e) coordenar, planejar, organizar, dirigir, executar, controlar, e avaliar as atividades do Sistema Estadual de Educação;
- f) cumprir as determinações do Ministério da Educação e as decisões dos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, em matérias da competência deste Órgão;
- g) cumprir e fazer cumprir as normas federais de educação.

Possuindo como missão a garantia ao “acesso, a permanência com sucesso na escola e o desenvolvimento da Educação Integral humanizada, por meio da gestão democrática e inovação educacional”, sob a responsabilidade de treze diretorias regionais de ensino estão 1674 escolas com 404.179 estudantes segundo o Censo Escolar 2017.

Passou por importantes mudanças ocasionadas pela Medida Provisória Nº 43 de 1º de novembro de 2016, dentre elas a incorporação da Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude denominando-se Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, possui atualmente em sua estrutura oito superintendências que respondem por diversas áreas voltadas para a administração de toda a educação estadual.

Dentre elas, para a realização da presente pesquisa apresenta-se como destaque a Superintendência de Desenvolvimento da Educação, setor que se subdivide em diversas diretorias e gerências que são responsáveis pelo desenvolvimento de projetos e políticas direcionadas às escolas, estudantes e profissionais da rede de ensino estadual.

4.3 A adesão ao ProEMI no Tocantins

Faltam documentos organizados que possam contar a história da adesão ao ProEMI no Tocantins. De acordo com os documentos disponíveis o estado aderiu ao programa em 2012, atendendo inicialmente a 24 escolas, com recursos recebidos na ordem de R\$ 936 mil reais em 2013 Na edição de 2014, período de maior adesão ao programa, 231 escolas aderiram ao ProEMI chegando a mais de 62 mil alunos do Ensino Médio, com recursos da ordem de R\$ 7 milhões de reais. No total entre 2012 e 2015 foram atendidas 255 escolas com recursos de R\$

10,5 milhões. Já no ano de 2017, última edição do programa, a quantidade de alunos atendidos reduziu drasticamente para aproximadamente 8.500 alunos, atendidos em 55 escolas, e recursos de um pouco mais de R\$ 1,6 milhão de reais, algo em torno de R\$ 190 reais por aluno, ainda estando acima da média nacional.

As dificuldades e desafios quanto a implementação do programa são claros nos relatórios desenvolvidos pelas diretorias regionais de educação e pelas escolas. Nestes são observadas queixas quanto às dificuldades de se trabalhar no contraturno das aulas, tendo em vista que o transporte escolar não atende às demandas do programa. Este, também é desenvolvido em espaço improvisado e às vezes em espaço dividido com outros programas. Além disso, o Ensino Médio tem vários alunos trabalhadores que não dispõem de tempo para as atividades no contraturno. Os relatórios de 2015, apontam ainda, professores efetivos sem interesse trabalhar com o ProEMI, problemas com a modulação dos professores para atender o programa. Estas são as dificuldades relatadas pelos gestores das escolas com o entendimento do ProEMI.

Nos relatórios do ProEMI, edição 2016/2017, observa-se uma melhora significativa quanto ao atendimento do programa em relação a necessidade de capacitação dos profissionais, envolvidos no programa. Plano de Atendimento Global, desenvolvido pela Seduc previa a capacitação de 145 técnicos pedagógicos das 13 Diretorias Regionais de Ensino, quanto a metodologias específicas do ProEMI com duas formações realizadas em março e agosto de 2017, respectivamente.

Do relatório síntese do Programa é possível retirar como se dá o funcionamento do programa nas escolas, por exemplo, o quantitativo de professores para o ProEMI é definido conforme a quantidade turmas destinadas ao programa, sendo que cada turma terá 5 horas semanais a mais de aulas, totalizando 6 aulas de 50 minutos cada, sendo obrigatório que o CIC Acompanhamento Pedagógico tenha 2 aulas semanais, em cada turma. A organização do programa pode ser melhor visualizada no quadro 3, que apresenta um exemplo de organização do ProEMI na escola.

Quadro 3 - Exemplo de organização das turmas para atendimentos da Carga Horária e Campos de Integração Curricular Obrigatórios/Eletivos.

Procedimentos para organização e distribuição das aulas ProEMI nas turmas diurnas do Ensino Médio Básico das escolas de tempo parcial -2017.					
Turno: Diurno/Contraturno			Duração da Hora Aula – 50min.		
Campos de Integração Curricular - CIC			Carga horária semanal (horas aulas)		
			1ª série	2ª série	3ª série
P r o E M I - O b r i g a t ó r i o s	O r i e n t a v e l o	Acompanhamento Pedagógico – Língua Portuguesa	1	1	1
		Acompanhamento Pedagógico – Matemática	1	1	1
		Iniciação Científica e Pesquisa	1	1	1
		Mundo do Trabalho	1	1	1
		Protagonismo juvenil	1	1	1
E l e t i v o s		Cultura Corporal	1	1	1
		Produção e Fruição das Artes			
		Comunicação, uso de mídias e cultura digital			
		Línguas adicionais/estrangeiras			
Total de aulas semanais			6	6	6

Fonte: Relatório Síntese do ProEMI, 2016, 2017 e 2018, Seduc-TO.

O programa permite autonomia à escola para estruturar suas atividades em diferentes formatos, tais como

aulas práticas, aulas de aprofundamento de estudos, aulas para revisão de conteúdo, sobretudo os conteúdos de maiores dificuldades de aprendizagem, oficinas para abordagem lúdica a diferentes conteúdos, oficinas de redação, clubes ou grupos de interesses (no caso do CIC eletivo), seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e projetos multidisciplinares ou interdisciplinares (SEDUC-TO, 2018).

O programa prevê, ainda, nos termos da Resolução/FNDE N° 4 de 25 de outubro de 2016, o trabalho de monitoria, podendo cada escola definir critérios e selecionar seus monitores. Pode contar no máximo com 3 monitores por turma, sendo obrigatório que 2 deles trabalhem com o CIC Acompanhamento Pedagógico e outro para atendimento dos CICs Comunicação, Cultura Digital e uso de mídias, Cultura Corporal e Produção e Fruição das Artes. Os demais CICs não poderão possuir monitores, o ressarcimento dos monitores está limitado ao número de turmas com valor máximo de R\$ 100,00 reais por cada turma sob sua responsabilidade, limitado a 10% dos recursos destinados para despesas de custeio do programa.

Para avaliação e monitoramento do programa o relatório destaca que:

Entre as ações do MEC para acompanhamento do programa nos estados serão realizadas avaliações específicas, nas escolas que trabalham com o ProEMI, além do acompanhamento das taxas de aprovação, reprovação, abandono das escolas e no banco de dados do INEP. Os respectivos resultados serão elementos para definições de futuros investimentos na PRC das respectivas escolas e comporão o dossiê de prestação de contas junto ao FNDE [...]. **Todas as ações devem ter como fim a melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos com foco no ENEM.** (SEDUC-TO, 2018). [grifo nosso].

Como monitoramento o Plano de Atendimento Global – PAG previu 2 reuniões de trabalho com as 13 Diretorias Regionais de Educação - DREs com objetivo de analisar os dados bimestrais, dos resultados do rendimento dos alunos, das escolas que trabalham com o ProEMI, tendo como base comparativa os resultados nos anos anteriores, realizando uma correlação entre eles.

Prevê, ainda, que a avaliação do programa deve ser realizada ao final do ano letivo, a partir da proposta pedagógica, do planejamento escolar, da aplicação das formações repassadas à escola e pelos resultados de aprendizagem dos alunos, levando em consideração as devidas condições de trabalho dos professores e gestão escolar, no que se refere aos espaços, equipamentos e materiais de consumo pedagógico (SEDUC-TO, 2018).

Observa-se que a autonomia das escolas é relativa e que o foco principal do programa é a formação de alunos para que possam melhorar os índices globais das escolas e prepará-los para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Observa-se forte menção à melhoria dos resultados escolares e à obrigatoriedade de maior carga horária dedicada ao acompanhamento pedagógico em Matemática e Língua Portuguesa, matérias avaliadas no SAEB.

Não foi possível identificar no relatório resultados que apresentassem, a partir das avaliações realizadas, a efetividade do programa. Foram observados planilhas e documentos que apresentavam informações sobre os repasses, a quantidade alunos atendidos, escolas atendidas e taxas de rendimento, de um ano comparadas aos dados do ano anterior, mas nenhum documento que apresentasse uma evolução histórica do programa nas escolas.

Porém, as observações empíricas demonstraram resultados positivos do programa, dentre eles pode-se destacar a boa aceitação por parte dos alunos, a superação de dificuldades específicas de aprendizagem, o aumento de índices de aprovação em vestibulares, a aproximação dos alunos com maiores dificuldades, devido ao menor número de alunos para o acompanhamento pedagógico.

Porém, algumas dificuldades que continuam e precisam ser superadas, como a frequência dos alunos, que em algumas escolas, são da zona rural e têm dificuldades de

transporte; alunos que auxiliam os pais em outras atividades que geram renda para a família. Outras DREs em seus relatórios, apontam dificuldades de cunho pessoal, do programa e da Secretaria de Educação, dentre elas, a necessidade de socialização de experiências, maior envolvimento dos professores, sugestões de novas metodologias e acompanhamento mais próximo e mais frequente por parte da SEDUC-TO, com formações que pudessem explorar as metodologias de trabalho de cada CIC.

Desta forma, os dados coletados nestes relatórios reforçam a importância do programa e sua adequada operacionalização nas escolas do Tocantins, para que possa surtir os efeitos desejados, destaca-se a necessidade de dedicação de todos os envolvidos. Foi observado que o programa possui dificuldades que são comuns à maioria das escolas e que precisam ser superadas para que os efeitos possam ser sentidos principalmente pelos alunos, principais agentes do programa.

No Tocantins, o ProEMI está articulado na seguinte estrutura:

Figura 12 - Estrutura de articulação do ProEMI



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do documento orientador do programa 2016/2017.

O articulador do programa na escola deve primeiramente repassar suas demandas a Diretoria Regional de Ensino e este apresenta-las a SEDUC que reporta ao Ministério da Educação, apesar da responsabilidade do monitoramento ser da Secretaria de Educação e que, segundo seus articuladores, estão em constante contato temos uma rede que deve atuar em

consonância para se evitar o “esquecimento” do programa e que ele deixe de apresentar resultados.

A seguir, no próximo capítulo, discute-se o ProEMI na escola objeto da pesquisa, apresentando sua estrutura, seu rendimento escolar e como se dá o programa na escola. Analisa, também, seus benefícios e principais desafios que a gestão e professores tem enfrentado, para só então apresentar a confecção do marco lógico para avaliação do programa.

CAPÍTULO V

ProEMI NA ESCOLA ESTADUAL FREDERICO JOSÉ PEDREIRA NETO: UMA AVALIAÇÃO POSSÍVEL

A tendência que se evidencia [...] é a de repensar a qualidade como resultado de um processo que se desenvolve essencialmente na escola e não nas macroestruturas do sistema educacional. Isso faz com que os governantes elejam a escola como núcleo de uma reforma em que ela tem o papel de executar ações que, na verdade, são decididas no centro do poder e repassadas sob a roupagem de uma proposta de autonomia escolar. É importante atentar à discussão sobre autonomia escolar sem perder de vista que a centralidade na escola não pode ser compreendida por intermédio de um conceito simplista de autonomia, que tem como cimento a desconcentração de ações para a escola. (RIBEIRO, 2008., p.24)

5 Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. Inicialmente descreve a Escola, sua estrutura e seus resultados a partir dos índices escolares disponíveis. Além de destacar a participação da escola no ProEMI, as atividades realizadas e os principais desafios, sendo, tais informações, importantes para o preenchimento do QL e proposição de avaliação do programa na escola analisada.

5.1 A Escola Estadual Frederico José Pedreira.

A escola Estadual Frederico José Pedreira Neto (EEFJPN), localizada na 106 sul, na região central de Palmas, Tocantins, criada em 1991, a partir da Lei de Criação Nº 309 de 30 de outubro de 1991 e autorizada a partir da Resolução Nº 042 de 30 de agosto de 1996, do Conselho Estadual de Educação do Tocantins tem início suas atividades com o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, seu nome vem em homenagem a um importante educador tocantinense nascido em 1910, em Porto Nacional, e que prestou serviços em escolas de Pium/TO e Taquaruçu, distrito de Palmas, até seu falecimento em 1994, aos 84 anos de idade (PALMAS, 2005).

Além do Ensino Médio, dedica-se ao Ensino Especial, Educação de Jovens e Adultos – EJA e ainda, possui o curso Técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, atendendo estudantes nos três turnos. Segundo o Projeto Político Pedagógico – PPP de 2015, os estudantes da escola estavam divididos da seguinte maneira:

Tabela 8 - Quantitativo de alunos por turma e turno na EEFJPN.

Modalidade	Quantidade de Turmas	Turno	Quantidade de Alunos
Ensino Especial	02	Matutino	13
Ensino Médio	12	Matutino	509
Ensino Médio	04	Vespertino	168
Ensino Especial	01	Vespertino	08
Ensino Médio	03	Noturno	119
PROEJA	05	Noturno	116
EJA	06	Noturno	276
Total	33		1209.

Fonte: EEFJPN (2015).

Sua estrutura dispõe de biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo, quadra poliesportiva coberta, sala do grêmio estudantil, sala da rádio escolar, laboratório de enfermagem, cantina para distribuição da merenda escolar, além das dependências

administrativas, ocasionam a disponibilidade de uma boa estrutura para atendimento dos alunos em suas dependências.

Segundo o PPP, atualizado em 2018, o objetivo geral da escola é “aumentar a permanência do aluno na escola, reduzindo a evasão e repetência, por meio de ações de convivência escolar harmoniosa que garantam um ensino de qualidade para crescimento pessoal, social de forma consciente, solidário, responsável, participativa e crítica” (PALMAS, 2018).

Tal objetivo demonstra a preocupação com a evasão e reprovação escolar, sem desconsiderar a necessidade de se formar pessoas conscientes de seu papel no mundo além dos muros da escola, e que estes estudantes devem possuir papel fundamental como agentes de mudança. Fica ainda mais evidente, essa preocupação, quando se analisa a missão da escola no PPP que deixa claro a necessidade de “proporcionar ao aluno uma educação integral inovadora, baseada em uma visão crítica do mundo, contribuindo para a formação de um sujeito participativo, responsável e consciente de seus direitos e deveres” (PALMAS, 2018).

Com a visão de futuro em que deseja ser reconhecida como instituição que concretiza o processo de ensino e aprendizagem com qualidade, ética e comprometimento possui como eixo norteador principal uma gestão pedagógica democrático-participativa em que promove a participação da comunidade escolar, professores, alunos e funcionários, além da equipe diretiva que através das reuniões planeja suas ações a cada ano.

Quanto aos resultados escolares é importante destacar que o Saeb até a edição de 2015 não disponibilizava oficialmente os resultados do Ensino Médio por escola, tendo em vista que somente uma amostra de escolas do Ensino Médio participava da avaliação e desta amostra tinha-se os resultados para os Estados e Brasil (SOARES, 2018).

Apenas na aplicação de 2017 que todas as escolas ofertantes do Ensino Médio e que tiveram mais de 80% de participação dos seus estudantes, tiveram seus resultados gerados e divulgados. Como o Ideb é gerado a partir dos resultados do Saeb, conseqüentemente não se terá os resultados para a Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto até o ano de 2015.

Porém, na tabela 9 é possível visualizar os resultados da escola no ano de 2017 para o Saeb e Ideb traçando uma comparação no mesmo ano com os dados gerais para o estado, região norte e Brasil.

Tabela 9 - Resultados Saeb e Ideb em 2017 na EEFJPN.

	SAEB Língua Portuguesa	SAEB Matemática	Ideb
Brasil	267,61	269,74	3,8
Região Norte	251,88	251,67	3,3
Tocantins	260,15	264,73	3,8
Escola Frederico Pedreira ¹¹	266,12	275,02	3,3

Fonte: Inep (2018).

Como pode ser observado, a escola demonstrou bons resultados no Saeb ficando abaixo apenas da média nacional quando observada a nota em Língua Portuguesa e bem acima das demais médias quando se observa a nota na prova de Matemática, porém, quando se observa o Ideb verifica-se que a escola alcançou apenas a média regional.

No Gráfico 12 pode-se observar a taxa de rendimento da escola pesquisada no Ensino Médio regular a partir de 2009.

Gráfico 12 - Taxa de rendimento da EEFJPN a partir de 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no Inep.

Observa-se que a partir de 2015 as taxas de aprovação e abandono vem aumentando e reduzindo, respectivamente, sendo uma considerável melhora quando se observa as taxas em 2015, pior ano para a escola.

Já a taxa de abandono após a alta em 2014 vem reduzindo gradativamente em até 2017, porém é importante analisar quando se compara a taxa de rendimento da escola pesquisada com a taxa de rendimento apresentada para o Tocantins. É possível verificar que a

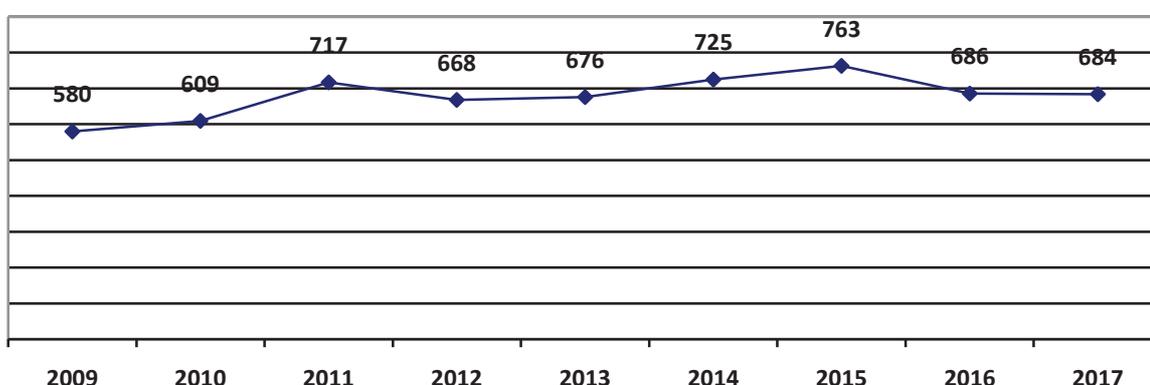
¹¹ Mais informações sobre a escola e seus resultados oficiais no Saeb e Ideb, bem como as metas projetadas para os próximos anos, podem ser consultadas nos links:
<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/17026296> e
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1092046>.

escola apresenta taxa de aprovação média de 69% no período analisado estando abaixo da média geral apresentada no estado, que foi de 81%.

As taxas de reprovação e abandono médias foram de aproximadamente 21% e 10% respectivamente, acima da média tocantinense que foi de aproximadamente 12% e 8% respectivamente. Estes dados subsidiaram a construção do ML, sendo indicador importante para a avaliação do programa.

No Gráfico 13 é possível observar o número de matrículas levando em consideração apenas o Ensino Médio normal para a escola analisada a partir de 2009.

Gráfico 13 - Número de alunos matriculados na EEFPN a partir de 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis no Inep e Seduc-TO.

Da leitura da ilustração depreende-se que nos últimos três anos a escola analisada vem perdendo alunos, redução de aproximadamente 11% que pode ser observada tanto no Brasil e no Tocantins na média geral que perderam aproximadamente 3% e 15% respectivamente em alunos matriculados no Ensino Médio.

É neste contexto que a referida escola aderiu ao ProEMI, em 2014.

5.2 O ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto

Segundo o relatório apresentado ao final de 2017, a EEFPN contempla em seu Projeto de Redesenho Curricular sete dos oito Campos de Integração Curricular-CIC disponibilizados pelo documento orientador do programa, sendo eles:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Iniciação Científica e Pesquisa;
- Produção e Fruição das Artes;
- Comunicação e uso de mídias e suas tecnologias;
- Cultura corporal;
- Protagonismo Juvenil;
- Mundo do Trabalho.

O ProEMI funciona no contraturno em três dias da semana: terça-feira, quinta-feira e sexta-feira, com atividades complementares aos sábados no turno matutino e vespertino, sendo ofertado para todos os alunos matriculados nas três séries do Ensino Médio (Estadual Frederico José Pedreira Neto, 2017), contando ainda para o desenvolvimento das ações do programa com uma coordenadora e seis professores do quadro efetivo, distribuídos de acordo com a formação e afinidades nos CICs, possuindo como estrutura física para apoio as salas de aula, laboratório de informática, laboratório de Matemática, sala de vídeo, biblioteca, quadra de esportes, sala de apoio administrativo, depósito, no ano de 2017 foram desenvolvidas as atividades:

Tabela 10 - Atividades desenvolvidas pela escola conforme o Campo de Integração Curricular.

Campo de Integração Curricular	Atividades Realizadas
Acompanhamento Pedagógico	Plantão semanal - Monitoramento dos conteúdos – Língua Portuguesa, e matemática, Monitoria, Cursinho do FRED/ Preparação para o ENEM, Produção de Texto, Estratégia para as aulas de Matemática adotadas pelo Professor: Matemática para Boatemática - site Aulas no laboratório da disciplina Utilização do Blog para informações e atividades
Iniciação Científica e Pesquisa	Projetos Interdisciplinares – Literatura, Filosofia, Artes. Elaboração de projetos utilizando as normas da ABNT Metodologia Científica
Produção e Fruição das Artes	Apresentações – Grupo Junino Oficinas de Grafite. Formação de Plateia – teatro, cinema.
Comunicação Cultural Digital e suas Tecnologias	Utilização das Tecnologias digitais. Oficina de Games, simuladores Oficina de Invenções Robótica Educacional Participação em Seminário: UFT – Fórum Tocantinense da Informação e Comunicação - Tocantins Curso de Lógica Simbólica V Seminário Webcurrículo – São Paulo Realização na Escola de Webconfêrencia
Cultura Corporal	Jogos Interclasses – arbitragem oficial Horário para treinamento esportivo Semana de Vida Saudável Jogos Inclusivos
Mundo do Trabalho	Visita ao SENAI Curso Crescendo e Empreendendo – SEBRAE Aulas e Palestras motivacionais
Protagonismo Juvenil	Projeto Namoro ou Amizade – bullying, sexualidade, cutting Atendimentos estagiários ULBRA – projeto de Vida, relacionamentos Grêmio Estudantil – eleição, palestras

Fonte: Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, (2017).

No ano de 2017 foram realizadas 311 inscrições para as turmas do programa na escola, subindo no decorrer do ano para 450 alunos inscritos nas diversas atividades dos 7 (sete) CICs que a escola aderiu. Segundo a coordenadora do programa na escola¹², como algumas atividades são eletivas, com aulas pontuais em forma de oficinas, os atendimentos aumentam ou diminuem ao longo do semestre, não sendo possível estabelecer um quantitativo fixo de alunos participantes (JORDY, 2018).

Como ainda foi possível observar, a escola promove diversas atividades, visando atender os CICs disponibilizados pelo ProEMI, tendo como objetivo, além de estabelecer um currículo integrador, promover a melhoria do índice de aproveitamento dos alunos, mantendo os mesmos na escola e reduzindo os índices de evasão e reprovação.

Considerando, que o foco da Escola Frederico é o desenvolvimento de Ações que possibilitem a **melhoria do índice de aproveitamento escolar dos alunos**, o Programa de Ensino Médio Inovador vem contribuir para a promover a mudança de paradigma no funcionamento da Escola, tal como o regime parcial para integral, em dois dias da semana, respeitando o retorno do aluno a Escola, assim como a oferta de alimentação, almoço e lanche, adequação de sala para repouso do aluno, facilitando a permanência do aluno na Escola, no contraturno (Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, 2017). [*grifo nosso*].

Para isso, além das atividades realizadas nos CICs, a escola tem buscado, como “ações inovadoras” parcerias com universidades, Sebrae, Sesi e IEL, o que tem promovido ampla participação dos estudantes. O programa desenvolve ainda, projetos e oficinas em salas multisseriadas, para que estudantes, de todos os anos do Ensino Médio, estejam trabalhando colaborativamente, em uma mesma oficina ou projeto, proporcionando senso de participação e união de forma a atentar para o interesse da escola e da comunidade e não apenas de uma turma ou classe.

As entrevistas apontaram para um alinhamento nos discursos de professores e gestores, em relação às propostas e objetivos do programa, o que leva a inferir que o conhecimento dos mesmos sobre o ProEMI e as atividades realizadas na escola é compartilhado. São unânimes em destacar a importância do programa, conforme a fala do Entrevistado 1:

[o programa] é importante porque ele [aluno] tem um outro tipo de conhecimento além desse da sala de aula, tem muitos conhecimentos diferentes, é como se fosse uma escola de tempo integral que tivesse a parte teórica e prática em tudo. (E 1, 2018, informação verbal)

¹² Informação verbal fornecida por Fauzia Jordy, coordenadora do ProEMI, na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto em maio de 2018.

No mesmo sentido a entrevistada 3 destaca o protagonismo juvenil, como uma das possibilidades de desenvolvimento do ProEMI, que é um dos principais objetivos do programa:

Uma educação para além do currículo que a gente tinha até então, então assim, não tem como pensar no ProEMI sem pensar na questão do currículo e um dos objetivos nesse mesmo sentido é contemplar em algumas áreas que a nossa própria educação proposta dentro das 4 horas ainda não tinha dado conta. (E 3, 2018, Informação verbal)

O protagonismo juvenil aparece na fala de outros entrevistados e demonstra ser de grande importância para o programa, na escola. Entre os principais benefícios, os entrevistados apontam o ressurgimento do grêmio estudantil entre outras atividades que trazem maior atenção ao desenvolvimento da autonomia do aluno.

Eu vejo como fortalecimento da aprendizagem e além disso tudo essa interação, escola, aluno, família e o protagonismo, o objetivo eu vejo assim, é dessa forma, agora se ele é alcançado, ainda é algo a ser pensado (E 5, 2018, informação verbal).

Então tanto no protagonismo quanto na questão do mundo do trabalho, das artes, da fruição da escrita vem de encontro com essa realidade dos meninos porque foi um choque para eles, [...] tirou eles da zona de conforto, tirou o comodismo de esperar o outro [...], o ProEMI trouxe coisas de equipamentos tecnológicos, internet que motiva, atrai eles, [...] se não tivesse os recursos que temos aqui o programa não teria o mesmo impacto (E 4, 2018, informação verbal).

O ProEMI tem gerado frutos, também, quando se analisa a realização da Formação de Professores das duas escolas participantes do programa, em Palmas. Tais ações culminaram no I Fórum do Programa Ensino Médio Inovador realizado pela EEFPN em articulação com a Escola Estadual São José.

O relatório síntese da gestão do programa, aponta outros resultados como o acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática que refletiram na aprendizagem, minimizando os índices de reprovação/evasão. (SEDUC-TO, 2018)

Porém, com a fala dos entrevistados é possível visualizar outros benefícios ocasionados pelo programa que vão ao encontro dos objetivos destacados pelos documentos orientadores do ProEMI, como destaca o Entrevistado 2 (2018):

[...] o fato desse ano ter trabalhado com eles em astronomia, eles estão vendo que existe outras possibilidades, quando ouvem falar de astronomia pensam que é alguma coisa que não é palpável, quando eles vão trabalhando, eles podem ver que é possível trabalhar com isso, dá para mexer com ciência, pesquisa e não só nisso também, quando fazemos atividades como programação como no ano passado, os alunos de certa forma tiveram o contato de modelar um objeto, modelagem 3D, que é o Professor Erick que veio aqui e fez com a gente, dando esse apoio (E2, 2018, Informação Verbal).

Quando se coloca os alunos para ter um maior contato com o mundo esportivo, alimentação saudável, o programa traz palestras, quando a gente coloca eles em contato com isso acho que a gente tira um pouco a questão do ócio, porque hoje em

dia está difícil, mais complicado porque sabemos que eles ficam mais tempo parado, acredito que nessa parte a gente motiva mais eles (E 6, 2018, Informação Verbal).

Como se observa nas falas, o ganho com o programa é substancial e envolve toda a comunidade, desde gestores e professores até os pais e alunos, promovendo toda uma mudança em volta deles de forma que é possível visualizar outras possibilidades, além do currículo engessado e imutável de outros tempos.

[...] Eu visualizo muitos benefícios, essa situação de agregar profissionais, situação de perceber que o currículo não é algo isolado, não deve ser dividido em caixinhas, a importância da interdisciplinaridade, da questão da contextualização quando leva o aluno a trabalhar dentro da sua realidade, a partir de sua realidade, para transformar sua realidade isso o programa fez muito, deu essa oportunidade e outro ganho muito grande é o aluno voltou aquele sentimento de pertencimento do aluno a uma classe da população que pode fazer mais, que é capaz, o aluno e a escola percebeu que o aluno não é um sujeito só para o futuro ele é um sujeito presente, então ele está ali para trabalhar, para fazer alguma coisa em torno, em função dele mesmo, função de um ganho social. (E 8, 2018, Informação Verbal)

Porém, as entrevistas trouxeram à tona, alguns desafios que ainda precisam ser enfrentados pela escola, como a baixa assiduidade dos alunos, a não oferta de lanche e almoço a estes alunos, dentre outras dificuldades que podem ser observadas nos relatos dos entrevistados

dificuldade é deles estarem aqui no contraturno, porque essa dificuldade em relação, nós temos muitos alunos, a tarde, por exemplo, que vem da zona rural e que não tem transporte para vim muitos alunos, a maioria da tarde vem da zona rural. (E1, 2018, Informação Verbal).

Ele é muito bom, única dificuldade mesmo [...] não são todos os alunos que frequentam ((participação)), a dificuldade está na quantidade que ao invés da turma inteira são bem poucos os alunos. [...] outro fator é que os alunos moram longe e a escola não oferece nada para o aluno almoçar, alguma coisa assim para o aluno continuar no contraturno, porque ele ((o programa)) é no contraturno (E 2, 2018, Informação Verbal).

Um dos problemas do trabalho é que os meninos eles ainda querem que as ações do ProEMI sejam permeadas no período do horário do turno deles, porque eles são de famílias que querem que eles estejam nas suas casas dos outros dois períodos ou nos trabalhos, tem alunos que trabalham à tarde e à noite, aluno que trabalham de manhã e à noite, eles ajudam (E 4, 2018, Informação Verbal).

Quanto as dificuldades vejo o contraturno como a principal [...]. Aqui só tem Ensino Médio e a maioria dos meninos, quando não está estudando está fazendo cursinho, trabalhando, a tarde por causa disso e à noite tem a complicação do horário, os pais não quererem venham à noite por causa do perigo. Acredito que a maior dificuldade do ProEMI em todas as áreas é o contraturno. (E 6, 2018, Informação Verbal).

Porém, existem outras dificuldades que vão além dos muros da escola, dificuldades externas relacionadas ao ProEMI e que dificultam seu andamento conforme proposto: a falta de previsão na legislação federal de como deve acontecer a contrapartida dos estados e a participação dos professores. Estas lacunas legais ocasionam alguns problemas de ordem interna que o estado tem procurado resolver, de forma independente.

Entre as dificuldades iniciais era muito latente a questão da lotação do professor, fazer com que o programa caminhasse ao mesmo tempo que o ensino regular. Porque normalmente cuidava-se daquilo que até então era prioridade, nem sempre o programa entrava nesse primeiro momento de lotação de professores como prioridade. Às vezes era autorizada a lotação dos professores do ensino regular primeiro para só depois se pensar na lotação referente aos programas e isso trazia prejuízos ao programa, porque nem sempre você conseguia pegar o professor da própria escola para colocar complementando a sua carga horária como extensão de carga horária. E quando o professor vem e não tem o perfil, ele não fica, porque não pode ser mais do mesmo, alguém que também não conheça esse projeto de redesenho curricular ou antes disso que não conhece o próprio projeto pedagógico da escola, para entender onde é que se quer chegar, também não dá certo. Então tivemos que apanhar muito com essas experiências até a gente conseguir colocar... Precisa ser assim, tem que ter critério, de preferência tem que ser alguém da própria escola que já conheça esse aluno e que comungue com os objetivos da própria escola e partir daí tivemos ganhos que, de fato, passaram a ser supridos com a autorização da secretaria para a lotação dos professores juntamente com a lotação. De modo geral, esse ano de 2018, para nós foi um ícone nesse sentido porque tivemos isso logo no início do ano, o que favoreceu muito o nosso trabalho. Esse é um ano de dificuldades em termos de recursos, as escolas não receberam recursos, apesar da dificuldade mostrou que mesmo sem recurso, mas que você tenha professor lotado e com aquilo que escola já adquiriu, já aprendeu, o programa vem sendo desenvolvido e não perdemos em termos de qualidade. [...]

Pedagogicamente ele [o ProEMI] é flexível, porém, quem analisa a prestação de contas não tem muita flexibilidade, temos entraves, porque a prestação de contas, é fria, muito numérica e assim as evidências precisam falar por si só. E nesse sentido, eu acho que é preciso ter mais sensibilidade, um olhar mais flexível, se você pegar a proposta do programa, você vai ver que algo flexível, mas quem analisa a prestação de contas não vê da mesma forma (E 3, 2018, Informação Verbal).

Destaca-se que o programa prevê o aumento da carga horária escolar, mas não há estrutura adequada, nem recursos financeiros para a alimentação dos estudantes, ou para o transporte escolar. Ou seja, o programa enfrenta dificuldades para retorno dos estudantes após o almoço, visto que não oferece o almoço na escola, nem transporte escolar para irem em casa almoçar e retornarem.

Outra dificuldade é encontrada quando se discute a questão de se mensurar os resultados do programa. Apesar de alguns entrevistados concordarem que os dados quantitativos também são importantes para se visualizar tais resultados, acreditam que eles não são adequados como representantes da realidade escolar.

[...] O olhar é diferente e tem hora que os números não expressam de fato a diferença que foi feita na vida desses meninos. Tem hora que até doído sabia? Tem hora que é muito doído abrir o SGE e ainda encontrar, assim, muita coisa que a gente não gostaria de ver e [...] ainda tem muito para se fazer... A gente começa a experimentar e ganhar esses frutos, mas ainda tem um caminho longo pela frente em termos de educação integral com ou sem ProEMI. A escola ainda tem uma dificuldade muito grande em termos de avaliação e a gente vem tentando romper (E 3, 2018, Informação Verbal).

A gente sabe que os índices podem ser alterados, se tivesse uma forma de vermos a qualidade ao invés da quantidade seria melhor, que a gente conhece os jeitos formais de avaliar não condizem com a realidade, ele pode nem ter conhecimento daquela prova por vários motivos, agora se tivesse como avaliar a qualidade, seria bom (E 6, 2018, Informação Verbal).

Porém, outro entrevistado acredita que a forma de avaliar numericamente ainda é uma importante ferramenta e tem merecido destaque, principalmente em suas atividades.

Quando eu percebi que a participação era muito pequena eu comecei a atribuir um ponto para os alunos que viessem nas minhas aulas desse fortalecimento então eles ficaram interessados, automaticamente consegui resultado, porque o aluno andava com dificuldade em literatura, em gramática ou qualquer que fosse o conteúdo eu consegui melhorar a nota, tanto por um ponto a mais como pela aprendizagem. [...]. Não sei quanto às avaliações externas, mas quanto as avaliações internas eu percebi porque a nota da minha disciplina melhorou porque eu consegui recuperar aluno que no segundo, terceiro bimestre estava com nota muito baixa, e deu uma avançada, teve resultado (E 5, 2018, Informação Verbal).

Observa-se que todos possuem consciência da necessidade de monitoramento e avaliação dos programas públicos implantados, porém, não se sabe ao certo, qual seria a maneira mais adequada de monitorar e avaliar quando se pensa em programas públicos educacionais, principalmente pelo alto grau de subjetividade de seus resultados, como é o caso do ProEMI.

Pensando desta forma, em atender as demandas externas de avaliação, que no Brasil, é predominantemente quantitativa, pensou-se no Quadro Lógico como forma de se monitorar e avaliar o programa em destaque. Entretanto, não pode ser deixada de lado a proposição de uma metodologia específica para a avaliação do programa de forma a atender suas especificidades.

No próximo tópico estão apresentados os dados coletados, de forma compilada dentro do Quadro Lógico, no qual se atesta as consistências e inconsistências do programa. O preenchimento do QL a partir de uma análise das informações coletadas foi complementada por dados inferidos durante a pesquisa e são apresentados como proposição para o preenchimento das lacunas existentes, visando atender, de forma integrada, gestores e participantes do programa, em relação aos indicadores para seu monitoramento e avaliação.

5.3 A matriz do Marco Lógico como metodologia para avaliação do ProEMI na EEFJPN.

Para realizar o preenchimento do Quadro Lógico, são empregados dados coletados das diferentes fontes, incluindo informações verbais coletadas e conversas com os profissionais, na escola. Assim, algumas informações, apesar de não encontrarem-se explícitas nos documentos oficiais, tanto da gestão como da escola, são inferidos a partir destas coletas, cotejadas pela compreensão do autor quanto ao entendimento dos dados importantes para o monitoramento do programa.

Seguindo o modelo apresentado por Pfeiffer (2000) foi possível construir o QL, mostrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Quadro Lógico do ProEMI para a EEFJPN

	Lógica de Intervenção	Indicadores Objetivamente Comprováveis	Fontes de Comprovação	Suposições Importantes
Objetivo Superior	Atendimento a Meta 3 do PNE ¹³ (1)	85% dos jovens entre 15 e 17 anos matriculados no Ensino Médio até 2024 (1)	Censo Escolar (1)	Não Alteração da Meta por parte do governo federal (2)
Objetivo do Programa	Melhoria dos Índices Escolares (1)	Atingir 3,8 no Ideb em 2019 ¹⁴ . (1)	Resultados SAEB e Ideb divulgados pelo INEP. (1)	Não Alteração da Meta por parte do governo federal (2)
Resultados	Aumento da participação no Enem (2) Maior número de alunos frequentando do Ensino Superior. (2) Melhoria do rendimento dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática. (2) Diminuição dos índices de abandono e evasão escolar (2) Aumento do índice de aprovação e redução no índice de reprovação (2) Aumento da participação dos alunos nas atividades extracurriculares. (2)	90% dos alunos concluintes realizando o ENEM. (2) 80% dos alunos concluintes matriculados no Ensino Superior. (2) Atingir nota 280 no SAEB para português e matemática (2) Atingir 81% de taxa de aprovação, 12% reprovação e 8% abandono. (2). 60% dos alunos participando de atividades extracurriculares. (2)	Resultados do ENEM (2) Registros Escolares (2) Resultados SAEB (2) Taxa de Rendimento divulgado pelo INEP (2) Registro dos professores e coordenador do programa (2)	Não alteração dos objetivos do programa durante o período de sua existência.
Atividades Principais (1)	Plantão semanal - Monitoramento dos conteúdos – Língua Portuguesa, e matemática, Monitoria, Curso do FRED/ Preparação para o ENEM, Produção de Texto, Estratégia para as aulas de Matemática adotadas pelo Professor: Matemática para Boatemática - site Aulas no laboratório da disciplina Utilização do Blog para informações e atividades Projetos Interdisciplinares – Literatura, Filosofia, Artes. Elaboração de projetos utilizando as normas da ABNT Metodologia Científica Apresentações – Grupo Junino	Pelo menos 80% dos alunos participando das atividades extracurriculares promovidas pelo programa. (2)	Registro dos professores e coordenador do programa (2)	Encerramento do programa provocando a descontinuidade das atividades realizadas.

¹³ A meta 3: universalizar, até 2024, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento. (Brasil, 2014).

¹⁴ Meta adotada pelo INEP para a escola a partir dos resultados divulgados em 2017.

	<p>Oficinas de Grafite. Formação de Plateia – teatro, cinema. Utilização das Tecnologias digitais. Oficina de Games, simuladores Oficina de Invenções Robótica Educacional Participação em Seminário: UFT – Fórum Tocantinense da Informação e Comunicação - Tocantins Curso de Lógica Simbólica V Seminário Webeurriculo – São Paulo Realização na Escola de Webconferência Jogos Interclasses – arbitragem oficial Horário para treinamento esportivo Semana de Vida Saudável Jogos Inclusivos, Visita ao SENAI Curso Crescendo e Empreendendo – SEBRAE Aulas e Palestras motivacionais Projeto Namoro ou Amizade – bullying, sexualidade, cutting Atendimentos estagiários ULBRA – projeto de Vida, relacionamentos Grêmio Estudantil – eleição, palestras</p>			
--	---	--	--	--

Fonte: O autor (2019).

Legenda:

(1) para dados explícitos nos documentos oficiais

(2) dados implícitos obtidos por meio de inferência de informações adquiridas em entrevistas e nas entrelinhas dos documentos.

O Documento Orientador do ProEMI (BRASIL, 2016/2017) destaca que as políticas educacionais voltadas para o Ensino Médio devem trabalhar em consonância para se buscar o objetivo superior, que é o atendimento à Meta 3 do PNE. O ProEMI busca justamente promover as condições necessárias para a melhoria dessa etapa do ensino, propondo o redesenho curricular. Desta forma, todas as propostas devem obedecer a uma relação causal entre as atividades realizadas e os resultados esperados em busca desse objetivo maior, ou seja, tornar a escola mais atrativa promovendo a manutenção do aluno na mesma.

Como se observa não foi possível o preenchimento do QL, em sua completude, apenas com as informações coletadas e explícitas nos documentos disponíveis, sendo parte dos seus quadros, preenchida a partir de inferência e proposições realizadas pelo pesquisador.

Isso demonstra a inconsistência do monitoramento do programa, o que repercute em sua avaliação. Não foram encontrados meios definidos capazes de favorecer o seu acompanhamento durante execução, tampouco de definir, quantitativamente ou qualitativamente, seus resultados.

As conversas realizadas com gestores e professores permitiram demonstrar uma visão dos mesmos quanto ao programa. Expressaram apreocupação de que não se pensasse na avaliação do ProEMI apenas quantitativamente. Aliás essa é a maior crítica realizada ao Quadro Lógico, por empregar excessivamente a visão numérica para monitorar programas públicos, independente da área.

Diante desse contexto, os entrevistados propuseram a criação de uma avaliação qualitativa, em complemento ao QL, permitindo ampliar a visão do programa e atendesse às suas especificidades.

O ProEMI prefiro que seja trabalhado de forma qualitativa, o produto que o aluno vai me dar [...] Preferia que fosse avaliada de forma que se analisasse que produto uma escola que trabalha com ProEMI está oferecendo, (10), o retorno, o produto que está saindo da escola (E 2, 2018, Informação Verbal).

Neste sentido, a partir das entrevistas foi possível observar uma série de critérios (o currículo ofertado, as produções dos alunos, os resultados ao sair da escola, etc) que pudessem servir de referenciais para se mensurar e avaliar os resultados do ProEMI, que também servem para outros programas públicos educacionais.

Eu acredito que a autoavaliação seria um mecanismo importante tanto para o professor quanto para o aluno e demais pessoas envolvidas. Quando você se avalia, quando você enxerga de onde você partiu e até onde você chegou [...]. É aquela história, se reconhecer a si mesmo, é um primeiro passo para perceber avanços e retrocessos, ganhos e perdas. Além disso, eu penso que talvez uma avaliação, ainda que fosse por amostragem, envolvendo as pessoas, com perguntas /questionários semiestruturados para que pais, alunos, pudessem colocar sua opinião, suas impressões, também pudessem vir e, de repente, para a gente poder quantificar em

alguns percentuais, talvez fosse uma forma diferente simplesmente da avaliação da escola e pudesse materializar algumas coisas nesse sentido (E 3, 2018, Informação Verbal)

Entre outras possibilidades destacadas pelos entrevistados observa-se, em grande parte, a necessidade de promover a participação dos alunos, pais e professores da avaliação, trazê-los para dentro do processo, porque são os verdadeiros impactados pelo programa.

Eu não entendo muito da tecnologia não, mas a gente vê tantas pesquisas online serem lançadas dentro das escolas, das tecnologias que existem disponíveis acho válido um questionário buscando o qualitativo e disponibilizar para as 55 escolas que trabalham, mais efetivamente e daí colher a opinião da escola final, opinião dos alunos (E 8, 2018, Informação Verbal).

E 8 destaca um ponto relevante, considerando que vivemos numa sociedade digital. Os recursos tecnológicos podem e devem ser usados para o monitoramento dos programas. De forma online, alunos e professores podem, periodicamente, registrar sua avaliação sobre as atividades desenvolvidas, sobre as mudanças curriculares e as aprendizagens delas decorrentes, dentre outros aspectos. Observa-se que os meios existem para se realizar a avaliação do ProEMI seja quantitativamente ou qualitativamente.

Existe qualitativo e o quantitativo e os números só medem o quantitativo, porém, eu considero que, de certa forma, dizem alguma coisa, embora haja várias variantes nesse caminho [...]. Então, o sucesso da escola eu nem posso atribuir totalmente ao ProEMI e nem o fracasso, eu não posso também atribuir totalmente ao ProEMI. Você sabe, e todos nós sabemos, que no Brasil, há muitas variantes que podem interferir nesse resultado, mas o que a gente tem visto em relatórios, que mostram a questão qualitativa, a gente vê uma melhora. Mas nós não temos uma avaliação institucional do ProEMI, [por assim] dizer eu vou colher dados e vou ter a realidade do ProEMI, o que temos são pesquisas pontuais (E 8, 2018, Informação Verbal).

De certo modo, foi demonstrada a impossibilidade de avaliação do ProEMI. Na forma como está implantado, atualmente não há possibilidade de se mensurar seus resultados, de maneira realista. Até então, não se tinha instrumentos para coletar dados e realizar tal análise.

Porém, foi possível verificar que a avaliação é possível, desde que haja interesse dos executores e vontade do Estado em realizar o acompanhamento e desenvolver a prática avaliativa nos programas, seja no ProEMI ou em outros programas públicos. Instrumentos abrigados no portal institucional, divulgados amplamente para o conhecimento e uso dos professores e estudantes (quicá por pais e comunidade), podem ser importantes fontes para coleta de dados, tanto para o preenchimento do QL, quanto para relatórios analíticos sobre os resultados do referido programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esse trabalho, torna-se oportuno retomar as questões norteadoras da pesquisa que o originou, a saber:

Como o Programa Ensino Médio Inovador- ProEMI tem atuado na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, no município de Palmas, TO desde sua implantação em 2012 até 2018?

E, qual avaliação se pode fazer deste programa até o ano de 2018?

É inegável que o ProEMI tem gerado bons frutos na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto, principalmente quando se observa, nos relatos dos professores e gestores, o engajamento existente para transformar o Ensino Médio escolar de um ensino tradicional focado no currículo prescrito e linear para um ensino em que prevalece o protagonismo dos jovens, portanto um currículo integrado e flexível, adequado às necessidades dos jovens na sociedade digital.

A produção de uma série de atividades, no bojo do programa, gerou projetos diversos como os ligados à astronomia, modelagem e robótica. Também foi observada a preocupação com a saúde dos estudantes, em ajuda-los a desenvolver habilidades para o mercado do trabalho e encorajá-los a dizer o que pensam, seus anseios e suas necessidades.

Tais atividades foram e são importantes para provocar nos alunos o sentimento de pertencimento, de se sentirem acolhidos e preparados para enfrentar o mundo fora das paredes da sala e da escola, mundo este cada vez mais competitivo e exigente.

A escola mostrou que apesar das dificuldades e problemas existentes que muitos programas públicos trazem, principalmente por serem lançados de cima para baixo sem se observar as especificidades de cada região, cada estado e cada escola, tem se saído vitoriosa por conseguir manter o encorajamento e o engajamento de professores e muitos alunos, mesmo sem recursos financeiros suficientes para que pudessem desenvolver seus projetos, especialmente no tocante aos gastos complementares, como alimentação e transporte dos alunos.

No entanto, a escola ainda identifica aspectos carentes de melhorias. A taxa de rendimento, apesar de vir melhorando nos últimos anos, ainda tem muito a melhorar. Com mais um indicador o Ideb, que a partir de 2017 passou a ser definido, individualmente, para as escolas aumenta a responsabilidade das mesmas diante a seus resultados e o ProEMI tem

demonstrado ser uma grande ferramenta, neste auxílio, desde que tenha suas ações planejadas e monitoradas em cada etapa de desenvolvimento.

Conforme depreende-se dos documentos orientadores do programa, o objetivo maior do ProEMI é auxiliar no alcance da Meta 3 do Plano Nacional da Educação, apesar do programa estar trazendo melhorias e benefícios em diversas áreas da escola, verificou-se que a mesma vem falhando na manutenção e adesão de novos alunos em seu quadro. Porém, esta é uma falha que vem ocorrendo tanto a nível estadual como a nível federal quando também se observa redução no número de estudantes matriculados, sendo necessárias ações mais efetivas, caso se queira realizar o alcance dessa meta até 2024..

Neste ponto, o monitoramento e avaliação de políticas e programas públicos são fundamentais no sentido de permitir que sejam realizadas correções de desvios e adequações em sua fase de implementação e execução, buscando sempre se chegar ao objetivo maior do programa de forma que possa ser facilmente visualizado pelos agentes desenvolvedores e executores do mesmo, assim como da população impactada pelo programa.

Assim como qualquer outro programa público, o ProEMI também carece de monitoramento e avaliação, nenhum programa será perfeito e atenderá a todas as necessidades no primeiro, segundo ou talvez até terceiro ano de implantação, sendo necessário esse constante monitoramento de forma que o programa seja colocado dentro de sua finalidade em combate a possíveis desvios que possam provocar a perda da razão de existir do programa.

Diante disso, cabe retomar também, o objetivo geral da presente pesquisa que foi avaliar as contribuições do PROEMI para a melhoria do Ensino Médio da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas, TO, a partir do quadro lógico, pretendendo-se, ainda, propor uma metodologia de avaliação do programa, a partir das percepções indicadas por gestores e professores

Para o alcance deste objetivo foram levantados dados, por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas para diagnosticar possíveis melhorias e entraves para o alcance dos objetivos do ProEMI, na referida escola e identificar variáveis que pudessem ser empregadas no preenchimento do QL, bem como na propositura de instrumentos complementares para o monitoramento das ações do referido programa.

Na perspectiva dos participantes, os indicadores quantitativos não são as melhores possibilidades de se avaliar a educação escolar, e os entrevistados foram unânimes nesse quesito, no entanto, são eles os adotados no país e têm servido para definir os parâmetros, por isso, para completar o QL, foram empregados como indicadores objetivamente comprováveis,

índices do Ideb, Saeb, divulgados pelo INEP, além dados obtidos na análise dos registros escolares.

No momento, não foi possível obter resultados objetivos do desenvolvimento do Proemi na EEFJPN, pois não foi realizado um monitoramento sistemático de suas ações. Sabe-se, contudo, que como todo programa público, o ProEMI deve ser monitorado de perto e passar por uma avaliação constante para se verificar se seus objetivos estão sendo alcançados.

Percebeu-se que os entrevistados possuem ciência e reconhecem essa necessidade, porém, não sabem ao certo como fazer isso, já que o programa possui certo caráter subjetivo e os dados numéricos não conseguem refletir sua complexidade.

Diante disso, tendo os dados coletados na análise documental como pano de fundo, corroborando com as falas de professores e gestores, sobre a necessidade de se propor uma metodologia específica de monitoramento e avaliação, que atendesse às especificidades do programa, surge a “Proposta de Plano de Ação de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para o Ensino Médio”, produto da pesquisa em pauta, apresentada como Apêndice C desse trabalho.

Nessa proposta recomenda-se que alunos e professores, além dos coordenadores, participem do monitoramento e avaliação do programa. É fundamental saber como os mesmos pensam e se sentem em relação à sua participação nas atividades do programa, como ele tem contribuído para as mudanças no currículo e para a formação integral dos alunos. Assim, apresenta um modelo de questionário para os alunos e outro para os professores, a serem respondidos semestralmente, via ambiente virtual (portal, blog ou outra plataforma digital à escolha da escola). Apresenta, também uma sugestão de registro, a ser realizado pelos professores, no decorrer de cada atividade vinculada aos diferentes CICs. E, ainda, que o QL, que deve ser completado pelo coordenador, a partir do acompanhamento das avaliações feitas por professores e alunos. Portanto, recomenda-se não deixar o QL de lado, tendo em vista a possibilidade de ser um importante parâmetro para acompanhamento do ProEMI e consequentemente sua avaliação, principalmente por estabelecer claramente as metas que devem ser alcançadas, e, diante dessa clareza, permitir que se desenvolvam atividades voltadas para seu alcance.

Desse modo, a presente pesquisa traz como contribuições ou benefícios, a propositura de uma metodologia para monitoramento e avaliação do PROEMI, que conjuga o QL com outros instrumentos avaliativos, como a proposta dos questionários para professores e alunos.

Destaca-se que estes instrumentos podem passar por adaptações, seja para aplicação no âmbito do ProEMI nas escolas que aderiram ao programa, ou para outros programas públicos.

Por fim, recomenda-se que a aplicabilidade deste plano se constitua em objeto para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n.51, p.7-9, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2018.
- BLASCO-BLASCO, Olga; COLL-SERRANO, Vicente. Selección De Indicadores Basada En Métodos De Optimización Multicriterio. Una Aplicación A La Estrategia De Cultura Y Desarrollo De España. **Rect@**, Valencia, 2016. v. 17, n. 1, p. 19-33. Disponível em: <<https://search-proquest.ez6.periodicos.capes.gov.br/docview/1889669852/fulltextPDF/BB130C16E28E464BPQ/1?accountid=26579>> Acesso em: 08 jun. 2018.
- BOBADILLA, Mariana et al. Esquema de evaluación para instrumentos de política ambiental. **Polít. cult.**, México, n. 40, p. 99-122, Jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422013000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 jun. 2018.
- BONFIL, Carola Conde. Avances y retrocesos de la evaluación en México. La perspectiva de los evaluadores. **Polít. cult.**, México, n. 47, p. 9-40, Junho 2017 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 jun. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional** promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. DECRETO Nº 6.425, DE 04 DE ABRIL DE 2008. **Dispõe sobre o censo anual da educação**, Brasília,DF, abr. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6425.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. PORTARIA Nº 447 DE 24 DE MAIO DE 2017. **Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2017**. Brasília, DF. maio 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2017/legislacao/portaria_n447_24052017.pdf> Acesso em 13 ago.18.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI**. Apresentação. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23> Acesso em 29 Abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **IDEB: Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em 29 Abr. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei 9.396 de 20 de dezembro de 1996: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. MEC/SEB. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. **Portaria ministerial n. 971, de 09 de outubro de 2009**. Brasília, DF: SEB/MEC, 2009a. 8p.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. Setembro 2009. Brasília: SEB/MEC, 2009b. 29p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_orientador.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. 2011. Brasília: SEB/MEC, 2011. 23p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9607-documentoorientador-proemi&Itemid=30192>. Acesso em 27 fev. 2018.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. 2013. Brasília: SEB/MEC, 2013. 23p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13249-doc-orientador-proemi2013-novo-pdf&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em 27 fev. 2018.

BRASIL. CNE/CP. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. Parecer nº 11 de 30 de junho de 2009. **Apreciação da Proposta de Experiência Curricular Inovadora no Ensino Médio**. Brasília: CNE/CP 2009c. 21p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_minuta_cne.pdf>. Acesso em: 27 fev 2018.

BRASIL. IDEB. **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em 29/abril/2017.

BRASIL. MEC/SASE; **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> Acesso em 01jul. 2018.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. 2014. Brasília: SEB/MEC, 2014. 23p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15482-documento-orientador-proemi-2014-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192> Acesso em 27 fev. 2018.

BRASIL. MEC/SEB. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento Orientador. 2016/2017. Brasília: SEB/MEC, 2016. 23p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2016-pdf/50311-documento-orientador-adesao-20162017-pdf/file>> Acesso em 01 jul. 2018.

BRASIL. MEC/SEB. ProEMI. **Apresentação**. Disponível em:<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23> Acesso em 29/abril/2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em 20 set. de 2018.

BRAVO, Renato de Souza. **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais: O caso do programa de qualidade no ensino da Secretaria de Educação do Estado do Paraná**. 2002. 103f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Sobre a redução das matrículas do ensino médio regular**. Texto para discussão Nº 1421. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Set. 2009, p. 1-26. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1421.pdf> Acesso em: 06 dez. 2018.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. IN: CARDOSO JR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (orgs.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015. p. 297-332.

CARVALHO, Verônica Cardozo Pessoa de. **Informações sobre o repasse de recursos aos estados pelo ProEMI**. Coordenação Geral do Ensino Médio. Secretaria de Educação Básica – MEC. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <victoruft@gmail.com> em 24 jul. 2018.

COLL-SERRANO, Vicente et al. Propuesta metodológica para el diseño de un sistema de indicadores culturales local basado en la planificación estratégica. **Política y Sociedad**, Norteamérica, 51, ago. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/42385>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v.37, n.5, p.969-992, 2003.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). **Revista do Serviço Público Brasileiro**. Ano 52, n.4. out-dez 2001. Disponível em:<<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/316/322>> Acesso em 20 mar. 2018.

DA SILVA, Roberto Rafael Dias. Políticas de integração curricular para o Ensino Médio no Brasil contemporâneo: um estudo do programa Ensino Médio inovador. **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 252-270, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634854/7075>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paula Arcoverde; COSTA, Greiner. (orgs.). **Gestão Estratégia Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

DESLAURIERS, J.-P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.127-153.

DEUBEL, André Noel Roth. **Políticas Públicas: Formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

Entrevista 1. [nov. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (21 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 2. [nov. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (16 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 3. [nov. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (58 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 4. [nov. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (35 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 5. [nov. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 6. [dez. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (17 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 7. [dez. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (16 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

Entrevista 8. [dez. 2018]. Entrevistador: Victor Ferreira Diniz. Palmas, 2018. 1 arquivo .mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

ESPINOZA, Manuel Ignacio Martinez. Una propuesta de modelo para la evaluación de los proyectos de cooperación al desarrollo basado en el análisis de políticas públicas. **Andamios**, México, v. 10, n. 21, p. 119-150, Apr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 June 2018.

FINKLER, Lirene; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 126-144. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2736/2741>> Acesso em: 25 mar 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>> Acesso em: 20 fev de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17 Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GABRIELIAN, Vache; YANG, Kaifeng; SPICE, Susan. Qualitative Research Methods. IN: YANG, Kaifeng; MILLER, Gerald J. **Handbook of research methods in public administration**. 2nd. Ed. New York: M Dekker, c1999, p.141-168.

GALLO, Alberto Luciano de Moraes. **Projetos públicos compartilhados na visão de gerentes de uma agência de fomento em infraestrutura social**. 2014. 122f. Dissertação (Mestrado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro.

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a02v30n1.pdf>> Acesso em: 20 de jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Christiane Kleinubing; BALSINI, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA, Anielson Barbosa; GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo de. (orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: SILVA, Anielson Barbosa; GODOI, Christiane Kleinubing; MELLO, Rodrigo de. (Orgs). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em 25 de jun. 2017.

GONZALEZ, Teresa. The Role of Values in the Evaluation of Policies for Complex Educational Systems. **RMIE**, México, v. 16, n. 50, p. 853-883, sept. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-66662011000300009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. IN: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco. (orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análises**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração/UFSC; Brasília: Capes-UAB, 2009.

JORDY, Fauzia Roger. Informações sobre a quantidade de alunos no ProEMI na Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto. Coordenadora do programa na escola pesquisada. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mensagem no aplicativo Whatsapp em 05 set. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, p. 149-171, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/114753>> Acesso em: 05 jul. 2017.

MARTÍNEZ, Martín Cutberto Vera; ROMERO, David Rocha; CARDONA, Martha Cecilia Jaramillo. Medir a ciegas. Evaluación de desempeño en la Cruzada Nacional contra el

Hambre. **Gestión y Análisis de Políticas Públicas**, [S.l.], dic. 2016. ISSN 1989-8991.

Disponível em:

<<https://revistasonline.inap.es/index.php?journal=GAPP&page=article&op=view&path%5B%5D=10367>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

ORTIZ, Rodobaldo, et al. Diagnostico del contexto y seguimiento de cambios de actitud para acciones efectivas de un proyecto de innovacion agropecuária. **Cultivos Tropicales**, vol. 38, no. 2, 2017, p. 84-93. *Academic OneFile*. Disponível em: <<http://link-galegroup.ez6.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A527770766/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=2ea97c2d>> Acesso em 8 jun. 2018.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. IN: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. (orgs). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2v.

PEREIRA, Edmeire Cristina; CONCEICAO, Ronald Jesus da; NUNEZ, Blas Enrique Caballero. A metodologia do marco lógico e a gestão da informação: um estudo de caso para Tunas-PR. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 63-75, Apr. 2009 Disponível em: m <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PFEIFFER, Peter. O Novo Quadro Lógico: uma ferramenta para a concepção eficaz de projetos de desenvolvimento. **Universo PM: Revista de Gerenciamento de Projetos**. v. 01, n.3, 2016. Disponível em: <http://mpprio.com.br/downloads/NQL_2016_10.pdf> Acesso em: 25 mar. 2018.

PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/viewIssue/62/68>> Acesso em 25 mar. 2018.

PIRES, Álvaro. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: POUPART, Jean et al.(Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 43-94.

RIBEIRO, Benvinda Barros Dourado. O papel da Fundeescola na gestão e organização do ensino público no Tocantins. IN:DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. (orgs). **Políticas e gestão da Educação no Tocantins**.São Paulo: Xamã, 2008.

SAMPAIO, RF; MANCINI, MC. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Fev. 2019.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: Contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças (Orgs.). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. IN: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. (orgs). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história &**

ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>> Acesso em: 15 de jul. 2017.

SEDUC-TO, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes. **Relatório síntese do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI de 2016, 2017 e 2018**. Técnica Responsável Nelma Maria Matias Pinheiro. Palmas- TO, 2018.

SCHENEIDER, Anne Larason. Pesquisa avaliativa e melhoria da decisão política: evolução história e guia prático. IN: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. (orgs). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. Algumas ideias sobre o Dia Internacional da Alfabetização. In: UNESCO. **Alfabetização como liberdade**. Brasília, DF: Unesco : MEC, 2003. Disponível em:< <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000001.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2018.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/24527/15729>> Acesso em: 30 de jan. 2019.

SILVA, Evandro Henrique Figueiredo Moura da; BERNARDES, Elaine Mendonça. Estrutura Lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 721 a 744, mai. 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/23556/22322>>. Acesso em: 08 Jun. 2018.

SILVA, Mônica Ribeiro da; JAKIMIU, Vanessa Campos de Lara. Do texto para o contexto: o Programa Ensino Médio Inovador em movimento. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.24, n. 93, p.910-938, 2016.

SILVA, Mônica Ribeira da. O Programa Ensino Médio Inovador como política de indução a mudanças curriculares: da proposta enunciada a experiências relatadas. **Educação em Revista**, v.32, n.2, 2016.

SOARES, Emrson A. **Informações sobre a indisponibilidade de resultados Saeb para a escola pesquisada**. Gerência de Avaliação da Aprendizagem. Seduc – TO. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <vic.dinis@uft.edu.br> em 22 ago.2018.

SOUZA, Celina Maria de. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3566/1/15983.pdf>> Acesso em 20 mar. 2018.

SUBIRATS, Loan. **Analysis de politicas publicas y eficacia de la administracion**. Madrid – ESP. Ministerio para las Administraciones Publicas. 1992.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WU, Xun (et al). **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014.

APÊNDICES

- A. Solicitação/Autorização para realização da Pesquisa.
- B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
- C. Proposta de Plano de Ação de monitoramento e avaliação de políticas públicas para o Ensino Médio.
- D. Transcrição das entrevistas

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Avenida NS 15, ALCNO 14 – Bloco III, Sala 38 | 77001-090 | Palmas/TO
(63) 3232-8160 | www.uft.edu.br/gespol | gespol@uft.edu.br



OFÍCIO Nº 11/2018 – GESPOL/UFT

Palmas, 11 de junho de 2018

À Adriana da Costa Pereira Aguiar
Secretária de Estado de Educação
Governo do Tocantins

Assunto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa por parte de discentes do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas

Prezada Senhora,

Venho por meio desse ofício solicitar autorização para que o mestrando **Victor Ferreira Diniz, matrícula 2017131330, CPF 011.231.091-50**, realize uma pesquisa junto à Secretaria de Estado de Educação do Tocantins. A pesquisa está vinculada ao Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (Gespol-UFT).

O objetivo da pesquisa, no que tange à SEDUC, é compreender como o Programa Ensino Médio Inovador - PROEMI tem atuado nas escolas no município de Palmas e realizar uma avaliação do programa desde sua implantação em 2012, analisando suas contribuições para a melhoria do Ensino Médio nas escolas de Palmas, TO, visando apresentar diretrizes norteadoras da gestão em uma possível expansão do programa, na rede estadual.

A metodologia prevê, a partir de dados métricos coletados de arquivos da secretaria acadêmica das escolas e da Secretaria Estadual de Educação e de dados referentes aos resultados do ENEM, IDEB e SAEB, verificar os resultados do PROEMI.

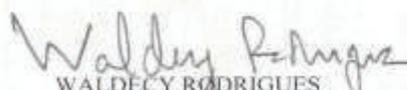
Para a coleta dos dados, será realizada uma pesquisa de campo, baseada em uma análise documental, observando-se o projeto político pedagógico das escolas, projetos, propostas curriculares, planos de ensino, arquivos da secretaria, censos escolares, relatórios de gestão entre outros documentos que se fizerem necessários para uma adequada análise do PROEMI.

Além da análise documental, pretende-se realizar entrevistas do tipo semiestruturadas com coordenadores e gestores nas escolas e com os responsáveis pelo programa na sede da Secretaria Estadual da Educação.

Todas as informações coletadas serão utilizadas na avaliação do programa por meio da matriz do Quadro Lógico, o qual apresentará uma visão global do programa e sua importância para as escolas estudadas.

Agradeço desde já o apoio na realização dessa pesquisa.

Atenciosamente,


WALDECY RODRIGUES
Coordenador

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS
ASSESSORIA PEDAGÓGICA

E-mail: adubasica-palmas@seduc.to.gov.br / Fone: (63)3218-2278
Av. Teotônio Segurado – Quadra 501 Sul, Conj. 01 Lote 15 Centro, CEP: 77.016-002/ Palmas -TO.

SGD 2018/27009/057012

OF/EXP/DREP/AP Nº 176/2018/GDRPAL

Palmas, 25 de julho de 2018.

A Sua Senhoria a Senhora
AURORA MAZARELLO SILVA SOUZA
Diretora da Escola Estadual Frederico José Pereira Neto
Nesta

Assunto: **Encaminhamento do Mestrando – Victor Pereira Diniz.**

Senhora Diretora,

1. Encaminho a Vossa Senhoria o Ofício nº 2208/2018/GABSEC e Projeto do Mestrando **Victor Pereira Diniz**, o qual realizará uma pesquisa nesta Unidade Escolar com o objetivo de compreender como o **Programa Ensino Médio Inovador** tem atuado nas escolas do município de Palmas, bem como avaliar o Programa desde a sua implementação, em 2012, e as contribuições para a melhoria do ensino médio nestas escolas.
2. Além de apresentar diretrizes norteadoras da gestão em uma possível expansão do Programa nas escolas públicas estaduais, todas as informações coletadas serão utilizadas na avaliação do mesmo, por meio da matriz do quadro Lógico, que apresentará uma visão global do Programa e sua importância para as escolas estudadas.
3. Para maiores informações, coloco a Assessoria Pedagógica desta Diretoria Regional de Educação à disposição, por meio do telefone: 3218-2278, falar com Lucilene da Silva Carneiro.

Atenciosamente,

(Assinatura eletrônica)

CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS
Diretora Regional de Educação de Palmas



Documento foi assinado digitalmente por CLEIZENIR DIVINA DOS SANTOS EM 03/08/2018 08:35:13. A autenticidade deste documento

pode ser verificada no site <http://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: E67DB5CF0039C838

Secretaria da Educação,
Juventude e Esportes



GOVERNO DO
TOCANTINS

Praça dos Girassóis, Palmas-TO – CEP: 77003-910 | +55 63 3218-1400 | www.seduc.to.gov.br

SGD 2018/27009/053119

Ofício nº 2208/2018/GABSEC

Palmas, 2 de julho de 2018.

A Sua Senhoria o Senhor

WALDECY RODRIGUES

Coordenador de Pesquisa do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas
(Gespól- UFT).

Universidade Federal do Tocantins

Nesta

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 11/2018 – GESPOL/UFT, de 11 de junho de 2018.**

Senhor Coordenador,

1. Em atenção ao Ofício nº 11/2018 – GESPOL/UFT, de 11 de junho de 2018, protocolado sob o SGD Nº: 2018/27009/47108, solicitando autorização para que o mestrando VICTOR FERREIRA DINIZ possa realizar uma pesquisa junto a esta Pasta, com o objetivo de compreender como o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI tem atuado nas escolas do município de Palmas, bem como realizar uma avaliação do Programa, desde a sua implantação, em 2012, analisando as contribuições para a melhoria do ensino médio nestas escolas; informo a Vossa Senhoria que:

2. Como a proposta de pesquisa visa apresentar diretrizes norteadoras da gestão em uma possível expansão do Programa nas escolas públicas estaduais e todas as informações coletadas serão utilizadas na avaliação do mesmo, por meio da matriz do Quadro Lógico, que apresentará uma visão global do Programa e sua importância para as escolas estudadas, e ainda, considerando a importância da parceria entre a educação básica e a educação superior, entre o exercício do magistério e a pesquisa, bem como as contribuições que a mesma visa disponibilizar para a melhoria dos serviços prestados por esta Secretaria, manifesto concordância com a solicitação formulada, ao tempo em que enfatizo a disponibilidade em colaborar naquilo que for necessário.

3. Ante ao exposto, coloco a Gerência de Desenvolvimento do Ensino Médio desta Seduc à disposição para prestar eventuais esclarecimentos, por meio do telefone 3218-1438.

Atenciosamente,


ADRIANA DA COSTA PEREIRA AGUIAR
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.

Prezado(a) Professor(a),

O(a) Senhor(a) está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “*O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI: uma proposta de avaliação*”, sob a responsabilidade do pesquisador Victor Ferreira Diniz, sendo o pesquisador responsável, aluno do Mestrado em Gestão em Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação da Profa. Dra Lina Maria Gonçalves.

O objetivo da pesquisa é avaliar as contribuições do PROEMI para a melhoria do Ensino Médio da Escola Estadual Frederico José Pedreira Neto de Palmas, TO, a partir do quadro lógico, pretendendo-se, além disso, propor uma metodologia de avaliação do ProEMI, a partir das percepções indicadas por gestores e professores.

Se aceitar participar, o (a) Senhor(a) estará contribuindo para realização de um diagnóstico do Programa Ensino Médio Inovador bem como a avaliação do programa. Ainda como benefício da pesquisa, pode-se destacar a formulação de uma metodologia específica para avaliação do programa, no contexto da rede pública estadual do Tocantins, de forma que atenda as expectativas de gestores, coordenadores e professores.

O (a) Senhor(a) tem o direito e a liberdade de recusar a participar da pesquisa, bem como de retirar seu consentimento, a qualquer momento da pesquisa, independentemente do motivo, sem nenhum prejuízo ou exigências, de qualquer natureza.

Além de pesquisa em documentos referentes aos relatórios e demais anotações pertinentes ao programa, solicitados ao senhor (a), serão aplicadas entrevistas semi-estruturadas, segundo roteiro composto por 14 (quatorze) questões abertas. A estas poderão ser agregadas outras perguntas, em decorrência do desenrolar da conversa (perguntas e respostas), tendo a duração de, no máximo, 2 (duas) sessões de 50 (cinquenta) minutos, previamente agendadas. Serão feitos registros escritos e gravações de voz, para dar agilidade ao processo. Estes registros serão usados exclusivamente pelo pesquisador, ou seja, não serão divulgados, sendo que serão utilizados apenas para extrair os dados.

As entrevistas semi-estruturadas serão realizadas em seu ambiente de trabalho, em espaço reservado, indicado pelo (a) senhor (a), de modo a garantir a privacidade e sigilo. Caso, durante a entrevista, o(a) senhor(a) se sinta cansado, constrangido, insatisfeito ou sofra qualquer risco, em função da contrariedade pelo uso de seu tempo, pela exposição de suas concepções, atitudes e posturas, a entrevista será suspensa imediatamente. Caso ocorram estes

ou quaisquer outros riscos psicológicos ou físicos, o pesquisador se compromete a providenciar-lhe, imediatamente, atendimento especializado.

Os resultados da pesquisa serão divulgados aos participantes, garantindo-lhe o acesso a eles; o pesquisador trata sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (a) senhor(a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Esclarecemos, ainda, que o(a) senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação, sendo que a sua participação será a título de voluntariado, para fins de estudo científico. Se houver necessidade, quaisquer despesas serão assumidas ou ressarcidas pelo pesquisador. E em qualquer momento, se o participante sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa terá direito à indenização.

Caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisador pelo telefone (63) 99221-7806 ou e-mail: vic.diniz@uft.edu.br

Para obtenção de qualquer outra informação e esclarecimentos sobre os procedimentos éticos, o (a) Senhor(a) também poderá entrar em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** com Seres Humanos, da Universidade Federal do Tocantins (CEP-UFT) – Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, Campus Universitário de Palmas, Prédio do Almoxarifado, CEP: 77.001-090, Palmas-TO. E-mail: cep_uft@uft.edu.br – Fone: (63) 3229 4023. O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP - é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa, sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética.

Este documento é emitido em duas vias que serão, ambas, assinadas por mim e pelo (a) Senhor(a), ficando uma via com cada um de nós.

Consentimento Pós-informação

Eu,....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador responsável, sobre a pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito. Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Palmas, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do participante



Pesquisador

APÊNDICE C

Proposta de Plano de Ação de monitoramento e avaliação de políticas públicas para o Ensino Médio

Resumo

O monitoramento e avaliação de programas públicos educacionais passam obrigatoriamente pela necessidade de meios e instrumentos que possam proporcionar seu acompanhamento. Pensando nas dificuldades de se conceber tais instrumentos e levando em consideração que são incipientes nos programas públicos educacionais no Tocantins, pensou-se na necessidade de se criar meios que possam facilitar o monitoramento e avaliação dos programas educacionais. Diante disso, com o objetivo de desenvolver um plano de ação para o monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no estado do Tocantins, se propõe a metodologia do Quadro Lógico complementada por questionários de avaliação e auto avaliação, trazendo para “dentro da avaliação”, professores e alunos, de forma que também possam ser ouvidos e sentirem-se parte das possíveis aperfeiçoamentos dos programas e políticas públicas educacionais, no Tocantins.

Introdução

Política Pública, pode ser definida conforme Saravia (2006, p. 28), como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade” e a definição do autor vai ao encontro da concepção aqui adotada e destaca a complexidade que é garantir o cumprimento das políticas públicas, produzindo os efeitos necessários no sistema político e social.

Considerando que toda política pública envolve um ciclo com fases, desde a identificação do problema, em que se define uma agenda, passando pela sua formulação, implementação, monitoramento e conseqüentemente sua avaliação (SANTOS, 2010), a avaliação também deve possuir seu grau de importância neste ciclo, já que esta etapa consiste em se verificar se o “plano originalmente traçado está efetivamente alcançando as transformações que pretendia” (SANTOS, 2010. p.7). Como destaca Santos (2010), ao se avaliar um programa deve-se analisar seus indicadores de eficácia, eficiência e efetividade sendo eficácia vista como o alcance das metas durante o tempo do programa, a eficiência relacionada ao custo e aos benefícios do programa e por fim a efetividade que verifica o quanto dos resultados alcançados relacionam-se com os objetivos determinados para o programa.

No entanto, em muitos casos, a avaliação fica de lado, pois, para alguns setores, corresponde apenas a um modismo de procedimentos que gera mais burocracia (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Contudo, a avaliação de políticas públicas é um processo detalhado e minucioso, que permite verificar se os objetivos e metas dos programas, pensados para combater privação de alguma liberdade dos indivíduos, estão sendo realmente cumpridos. A avaliação, se bem conduzida, pode oferecer subsídios para a reformulação, aperfeiçoamento ou melhoria da política, ou até mesmo a sua extinção, caso seus objetivos não estejam sendo cumpridos e já não possa mais readequar os rumos do programa, o problema é que se tem observado que políticas em muitos casos deixam de existir sem ao menos ter passado pelo adequado monitoramento e avaliação.

Desta forma, se deve mudar a concepção de que a avaliação de políticas e programas públicos apenas como algo burocrático e que engessa a administração pública para algo que apoia, auxilia e desenvolve propostas que geram benefícios tanto aos programas como para os indivíduos impactados por ela e com os programas educacionais não pode ser diferente.

Justificativa

Muito se tem pensado em como agir para melhorar a educação no país, o que se tem observado é a cada mudança governamental uma série de políticas e programas educacionais serem implantados objetivando tais melhorias, porém, tais mudanças nem sempre ocorrem como esperado e se observa mais uma vez programas perderem seu espaço até serem esquecidos sem ao menos terem passado por um adequado processo de monitoramento e avaliação.

Diante disso, com essa proposta de plano de ação se objetiva chamar a atenção para essa importante etapa do ciclo de políticas públicas e que deve ser encarado como algo rotineiro e que precisa ser desenvolvido visando a observação de definição de metas que possam ser objetivamente alcançáveis e que possam definir um objetivo a ser seguido podendo trazer mudanças e melhorias nos programas, no decorrer do tempo.

É necessário desenvolver a cultura do monitoramento e da avaliação de programas e políticas públicas, não como algo prejudicial, mas sim como benefícios que podem trazer melhorias quando bem utilizadas.

O que se tem discutido é como mensurar resultados de políticas educacionais de forma que não sejam apenas voltados para os números e dados quantitativos, se tem pensado em como realizar tais avaliações que possam trazer os resultados qualitativos de forma que possam transparecer seus objetivos sem apenas observar friamente os dados numéricos.

Tem observado dificuldades com a implantação de políticas públicas de Estado, ou seja, políticas de longo prazo, independente de quem seja o governante. O que se tem verificado são programas e projetos sendo implantados esperando-se resultados imediatos e, quando tais resultados não aparecem, o programa termina por ser abandonado ou tem sua direção afetada consideravelmente. Sabe-se que os programas passam por um período inicial de adaptação da população afetada e quando surge outro programa outro período de adaptação deve ser levado em consideração. A falta de monitoramento causa prejuízos, tanto financeiros, quanto sociais, quando a população, que é a principal receptora dos programas implantados, não têm suas necessidades atendidas.

Colaboradores do Plano de Ação

Coordenadores dos programas nas escolas, professores e supervisores

Cronograma de Realização

Aplicação semestral do questionário *on line* a alunos e professores, acompanhado do monitoramento dos coordenadores. Registro da participação dos alunos, nas atividades desenvolvidas. Todos os dados coletados subsidiarão a avaliação anual empregando o Quadro Lógico.

Objetivo Geral

Desenvolver plano de ação para o monitoramento e avaliação de políticas públicas educacionais para o Ensino Médio no estado do Tocantins.

Objetivo Específico

- Diagnosticar os programas e políticas públicas que necessitam de monitoramento e avaliação de suas ações;
- Trabalhar em conjunto com gestores e coordenadores no desenvolvimento do Quadro Lógico como forma de acompanhamento e monitoramento;
- Avaliar os programas a partir dos instrumentos disponibilizados e desenvolvidos neste plano de ação.

Metodologia

Inicialmente para desenvolvimento deste plano de ação, será realizado o diagnóstico com o levantamento de todos os programas e políticas desenvolvidas no Tocantins passando pela análise se os mesmos estão sendo monitorados, avaliados periodicamente. Posteriormente, dando predominância a uma abordagem quali-quantitativa, se pretende, em conjunto com gestores e coordenadores, desenvolver o Quadro Lógico para aquele programa em específico, pensando em indicadores, meios de comprovação e suposições importantes que possam permitir o seu adequado preenchimento e posterior acompanhamento.

Com o desenvolvimento do Quadro Lógico será possível realizar a aplicação dos questionários desenvolvidos tanto para os estudantes impactados pelo programa como para professores.

Utilizando a escala de Likert será possível mensurar qualitativamente e trazer para a “mesa” o que professores e estudantes pensam quanto aos programas, suas dificuldades, benefícios, entraves e melhorias necessárias que possa deixá-lo mais interessante e possa ser melhor aproveitado. Espera-se que a aplicação do questionário seja realizada em formato digital podendo ser acessado pelos alunos e professores por meio do portal do aluno e portal do professor de modo que possa se chegar ao maior número de estudantes e evitar-se custos com impressões em papel e armazenamento dos mesmos.

Além disso, será de suma importância o acompanhamento diário por parte dos professores, das atividades realizadas pelos programas, por meio do formulário disponibilizado neste plano de ação, pois, o mesmo permitirá o adequado monitoramento se o programa tem atendido as necessidades dos alunos, professores e escola.

Resultados Esperados

Com o referido plano espera-se traçar um diagnóstico do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, no Tocantins e colaborar com o desenvolvimento da cultura do monitoramento e avaliação das Políticas Públicas Educacionais. Este plano pode ser implantado em qualquer programa educacional, desde que passe por adaptações, visando sua melhoria e tornar os programas mais atraentes, amenizem suas dificuldades e garanta o pleno atendimento de suas metas e que os resultados possam ser melhor visualizados tanto pela população impactada como por gestores e coordenadores prolongando a “vida útil” dos mesmos.

Referências

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.18, n.51, p.7-9, fev. 2003. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional** promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 5, p. 969-992, 2003.

DAGNINO, Renato; CAVALCANTI, Paula Arcoverde; COSTA, Greiner. (orgs.). **Gestão Estratégia Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

DEUBEL, André Noel Roth. **Políticas Públicas: Formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. n° 21, 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>> Acesso em: 20 fev de 2018.

PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/issue/viewIssue/62/68>> Acesso em 25 mar. 2018.

SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: Contribuições para o debate. In: KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças (Orgs.). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

Que outros aspectos você gostaria de acrescentar sobre sua participação ou (não participação) no ProEMI, principais benefícios, dificuldades, sugestões.

APÊNDICE D

Transcrição das entrevistas realizadas.

Entrevistado 1

P: ((Leitura do TLCE)) 00:00:00 - 00:03:33

(Entrevistado passando a vista no documento)

E1: Rubricado?

P: Pode ser, aqui acima vou colocar o nome normal.

(Entrevistado assinando o documento), (20)

P: (++) Como o Senhor trabalha o ProEMI em suas atividades?

E1: É mais de reforço na área de matemática e como atividades lúdicas para eles aprenderem melhor.

P: Qual a importância do programa para desenvolvimento do seu trabalho, o que o Senhor pensa em relação ao programa e como ele pode ser importante?

E1: Na minha área ele é importante porque recebemos muitos alunos, com muita dificuldade principalmente no primeiro ano do ensino médio (+) então para dar uma ajuda para esses alunos que têm necessidade do conteúdo do Ensino Fundamental que chegam aqui basicamente sem nenhum conteúdo do Ensino Fundamental ajuda bastante porque aqueles que vem para o ProEMI eles pegam um pouco mais daquele conteúdo que ficou para trás no Ensino Fundamental principalmente, aí o terceiro ano é mais relacionado ao ENEM.

P: Na sua opinião qual o objetivo do programa?

E1: é fazer com que esses alunos tenham, pelo menos na minha área, ter uma possibilidade de ao menos uma segunda chance de que o conteúdo seja explicado, mas nas outras áreas eu acho também muito importante porque ele tem um outro tipo de conhecimento além desse da sala de aula, tem muitos conhecimentos diferentes, é como se fosse uma escola de tempo integral que tivesse a parte teórica e prática em tudo.

P: De que forma o Senhor avalia o programa até o momento, tipo, quais os benefícios têm trazido, quais as dificuldades e principais problemas? Realizar um apanhado sobre isso.

E1: Tem ajudado muitos os alunos que tem dificuldade de aprendizagem, e a dificuldade é deles estarem aqui no contraturno, porque essa dificuldade em relação, nós temos muitos alunos, a tarde, por exemplo, que vem da zona rural e que não tem transporte para vim muitos alunos, a maioria da tarde vem da zona rural.

P: Então pensando assim daria para o programa ter mais pessoas, ter mais alunos, no caso, do que tem hoje.

E1: Exatamente, principalmente esses alunos que vem aí da zona rural, vem com déficit muito grande no ensino fundamental.

P: Com relação ao programa o Senhor acha que está cumprindo com os objetivos dele, pelo menos em parte está sendo cumprindo a proposta de dar autonomia ao aluno, maior participação

E1: Sim, tem tem, e temos aí muitos ((alunos)) além dos que eu trabalho, tem outros aí que estão despontando no estado, e até levando esse novo conhecimento para outros estados. (3)

P: Quais as expectativas quanto ao programa? O senhor tem alguma expectativa, porque pelo que pude verificar ele encerra esse ano ((2018)).

E1: Pois é, essa, não é política para educação, é política por política, só vai conforme a política, o político muda já era.

P: Normal nos programas públicos essa dificuldade de dar continuidade sendo política de estado (5). Aí assim, até de certa forma me parece que o Senhor já respondeu, mas queria saber que adequações o senhor acredita serem necessários para melhoria do programa,

quais adequações que podem ser inseridas para melhorar o programa, para se ter continuidade, você pensa numa repaginada com relação ao programa?

E1: Olha, principalmente agora que vai acabar o programa, eu acho que deveria continuar, até que esses alunos comecem a se acostumar com o programa, agora que está começando a se acostumar com um programa, já se está com pretensão de acabar não adiantou muito, quase que nada, quando um programa começa e outro, aí daqui muda a política, o programa vai tudo por água abaixo.

P: É verdade tem o período de adaptação e mal se passou por esse período ((Interrupção com comentários de um professor)) [00:09:26].

P: Quais os resultados esperados com relação, por parte dos alunos, com relação a participação das atividades desenvolvidas, por exemplo, uma maior participação no ENEM, uma nota maior, mais ou menos essa ideia.

E1: Alguns alunos do terceiro ano tenham necessidade de melhor participação nas provas do Enem e dos primeiros anos não vejo assim, uma perspectiva deles quererem igual, se tivesse uma ajuda para os alunos da zona rural talvez seria melhor, se tivesse uma ajuda para eles virem e fazer participar dessas aulas no contra turno seria melhor, mas aí, eu acho que deveria, por exemplo, para ter esses alunos aqui ter um almoço para eles que ajudaria bastante que aí ele viria de manhã e ficaria a tarde e vice-versa não é? P: Pensando pontualmente neste caso, assim como é que tem sido feito com relação a isso? É só um almoço?

E1: Olha, um tempo atrás surgiu, teve o almoço aí alguns, por exemplo, principalmente os que estudam de manhã e vem à tarde, eles procuram almoçar aqui por perto, às vezes fica até no lanche, só fica no almoço e fica para a tarde, mesma coisa de manhã a mesma coisa de manhã fica para estudar à tarde.

P: Pensando que essa avaliação que a gente vê muito focado em de taxa de rendimento resultado de IDEB não é, índice de aprovação,, reprovação, abandono que são muito usados para mensurar não é, para dizer se a educação está dando certo ou não. Em sua opinião o Senhor acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E1: Não, porque não tem investimento, como é que vai avaliar uma coisa que não tem investimento, eles não investem na escola, não investem no professor não investe em nada. Só vem cobrança, a gente faz e faz muito bem com o que tem, e aí a gente tenta fazer o máximo possível, um exemplo é aqui minha sala quando vem chuva cai uma enxurrada dentro, não é nem pingado não, é uma enxurrada.

P: Considerando essa pergunta, é possível, o Senhor até de certa forma já respondeu, mas é possível avaliar o Proemi com essa mesma perspectiva, até mesmo que o Proemi, tenho observado que ele é muito mais qualitativo do quantitativo não é?

E1: E outra teria que ter locais adequados com materiais adequados, para pode ser fazer uma coisa diferente, talvez às vezes cai até na mesmice quando a gente não consegue obter o material por conta própria, cai na mesmice.

P: Engraçado essa questão, porque muitas vezes os programas, as políticas públicas, de certa forma são empurrados de cima para baixo as coisas que eu comprei para temporada certa forma o hardware abaixo e não é fornecido aquela estrutura para o professor, para os alunos estarem participando como o Senhor citou, dificuldades deles retornarem do almoço e tudo isso, será que ninguém pensou nisso, a gente vê que é muito bonito no papel.

E1: Mas eles pensam, só o tal do dinheiro que é o problema, não é por causa do programa é porque a verba vem pouca, vem destinada uma coisa, você não pode mudar para outro então é muito específico aí é pouco demais para poder atender todo mundo, é complicado.

P: O senhor teria alguma proposta de variáveis ou aspectos que poderiam ser considerados na avaliação do programa? Tipo, como podemos avaliar de forma mais adequada para representar os principais benefícios promovidos pelo programa? Porque eu tenho observado que aqui na escola tem tido bastante benefícios com programa, tem sido

observado apesar de todas as dificuldades consegue-se ter alguns benefícios, mas aí entra em uma questão que temos estudado bastante quanto a questão da avaliação de políticas públicas muitas vezes programas não passam por uma fase de avaliação, de verificação se os resultados estão sendo apresentados não é, então o Senhor teria alguma proposta de como a gente poderia avaliar ou observar o programa de forma que possa visualizar esses benefícios?

E1: Essas avaliações especificamente ficam só por conta da diretoria regional, eles até acompanham muito, é um descaso danado que a gente às vezes não vê avaliação, não vê nada, não vê valorizar aquilo que está sendo feito, falta valorizar.

P: Verdade, porque as políticas públicas basicamente têm um ciclo, a fase inicial de criação, de implantação de execução e avaliação como etapa final de que vai ser utilizados resultados para melhorar a política seria para isso.

E1: Seria, mas é mesmo porque agora não tem nem essa política pública que eles têm, de que só vale para aquele governo, o outro governo não pode valer aí pronto já acabou o programa e não resolveu nada.

P: Para mim já está tranquilo, respondeu ao que precisava e muito obrigado pela participação.

E1: Por nada, o que precisar pode me procurar aqui.

Entrevistado 2

P: ((Leitura do TLCE)) 00:00:00 - 00:03:33

((Entrevistado assinando o TLCE)) (25)

P: Entrando no assunto ProEMI, como você tem trabalhado o ProEMI em suas atividades falar como ele te auxilia, a sua percepção com relação a isso?

E2: Ele permite a gente trabalhar com o aluno de forma diferente sabe, ele sai da forma tradicional e já coloca o aluno com outra perspectiva, para que ele consiga ver outra forma de aprender e ensinar a colocar em prática.

P: Qual importância você observa com relação programa para o desenvolvimento do seu trabalho?

E2: É porque ele é um facilitador, ele promove que eu possa, vamos supor na minha aula de física, por exemplo, posso aplicar ele em outro contexto, pensando pra mim ele está mais nesse embasamento de contextualizar não é.

P: Como você avaliaria o programa até o momento, quais os benefícios e quais principais dificuldades e problemas, s você puder realizar um apanhado com relação a isso.

E2: Ele é muito bom, única dificuldade mesmo é só em termo da, (3) os alunos não é, que geralmente não são todos os alunos que frequentam ((participação)), a dificuldade está na quantidade que ao invés da turma inteira são bem poucos os alunos.

P: Você diria que seria basicamente, por quê que acontece isso?

E2: O fato é que ((incompreensível)) não é integral ((interrompido por um aluno que entra na sala)), outro fator é que os alunos moram longe e a escola não oferece nada para o aluno almoçar, alguma coisa assim para o aluno continuar no contraturno, porque ele ((o programa)) é no contraturno.

P: No caso os benefícios que você tem observado.

E2: Não, sim, o aluno consegue abstrair o que estamos oferecendo, o que o programa oferece para ele, de certa forma ele tem esse ganho.

P: No caso, os alunos, no turno normal, têm participado mais, tem tido um ganho com relação a isso?

E2: Não entendi.

P: Assim, o ProEMI oferece outras possibilidades no contraturno e isso tem promovido um ganho nas aulas do horário normal?

E2: Sim, no caso dos alunos que estão participando sim, a gente consegue perceber o aluno que está vindo o crescimento da maturidade dele, na disciplina que a gente está trabalhando com eles aqui, quando chega na sala de aula a gente já trabalha de outra forma, os ((alunos)) que está somente na sala de aula, continua [...], não tem jeito ((o entrevistado dá a entender que esses alunos permanecem com dificuldade de aprendizagem)).

P: Quais são suas expectativas quanto ao programa? Assim, o que você acredita/ [

E2: O negócio é que o programa vai acabar /

P: No caso então para vocês seria melhor que o programa continuasse?

E2: Sim, e para os alunos também, não sei se vai virar outro programa, geralmente eles fazem isso pegam um programa e só repagina, mas assim, seria bom que continuasse, tanto para a escola como para os alunos, porque a gente trabalha de uma forma diferente não é.

P: (3) No caso como você trabalha o programa, na sua disciplina de física?

E2: Nesse caso, ano passado, chegou a trabalhar com várias tecnologias, como módulo do programa a gente chegou a mexer com computação gráfica, animação (8), modelagem de computação, programas, iniciação científica também, nesse ano, com astronomia, por exemplo, colocando par dentro do ProEMI para os alunos aprenderem, tanto a fazer palestras, a parte da oralidade, é iniciação científica de certa forma, como eles fazerem uma pesquisa, embasamento bibliográfico, para estarem pesquisando, desenvolvendo.

P: Em outro momento você falou que tem um telescópio aqui na escola, comprou pelo programa?

E2: É foi escola aqui, que abraçou a causa e estamos conseguindo.

P: Você vê algumas adequações que precisariam ser necessárias para melhoria do programa?

E2: Era bom se tivesse alguma forma do aluno continuar, se o aluno de um turno passasse para o outro, continuidade, a única dificuldade praticamente é essa, o programa, ele é bom, mas muitos alunos não podem vir porque não tem condições de locomoção.

P: E quais o resultados esperados para os alunos com a participação nas atividades desenvolvidos no ProEMI, o que você espera como o resultado deles participando no programa, seria por exemplo, uma maior participação no ENEM?

E2: Acho que o maior benefício da participação, o foco, não é nem muito passar em ENEM, disso aí não, é mais em termos da visão de campo que ele possa ter, o fato desse ano ter trabalhado com eles em astronomia, eles estão vendo que existe outras possibilidades, quando ouvem falar de astronomia pensam que é alguma coisa que não é palpável, quando eles vão trabalhando, eles podem ver que é possível trabalhar com isso, dá para mexer com ciência, pesquisa e não só nisso também, quando fazemos atividades como programação como no ano passado, os alunos de certa forma tiveram o contato de modelar um objeto, modelagem 3D, que é o Professor Erick que veio aqui e fez com a gente, dando esse apoio.

P: Você considera que deveriam haver indicadores que poderíamos mensurar esses resultados, por exemplo, você coloca a abertura do campo de visão do aluno, teria algum indicador, alguma forma de mensurar esses resultados? A gente fala muito a questão de números, quantitativo de alunos participantes você veria outra forma de como poderíamos verificar se o programa está dando certo?

E2: Assim, porque infelizmente para o governo, ele é mais quantitativo do que qualitativo, o que adianta eu ter 50 alunos aqui participando do ProEMI mas não está dando resultado, mas se eu tenho 3 alunos que possam me mostrar um produto, de certa forma esta mostrando resultado.

P: É uma crítica que se tem feito, principalmente na educação, apenas se pensar em resultados numéricos deixando de lado que os resultados podem ser muito além disso, muitas vezes a questão qualitativa também é importante. E já aproveitando e adentrando na próxima pergunta, sabendo que a maior parte das avaliações de rendimento escolar são baseados em dados como IDEB, taxa de rendimento dos alunos, taxas de reprovação,

aprovação, abandono, ENEM, em sua opinião, você acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E2: Até ano passado, ainda tem na verdade, tem professores que dão reforço escolar e vinha muitos alunos também, porque tem aluno que tem muita dificuldade, que quer passar em um ENEM, passar em um vestibular, passar em um concurso ou qualquer outro exame, nesse ponto o ProEMI também ajuda muito nisso.

P: Considerando essa mesma pergunta, é possível avaliar o ProEMI utilizando a mesma perspectiva?

E2: Não, o ProEMI prefiro que seja trabalhado de forma qualitativa, o produto que o aluno vai me dar.

P: No caso a própria participação do aluno na modelagem de programas.

E2: Sim, de certa forma, até ano passado participamos de um evento o web currículo, participamos com outras escolas fazendo oficinas, escolas de outros estados utilizando a plataforma edmodo, o programa de certa forma te dá outras possibilidades, autonomia.

P: Tanto para a escola como para o professor também, não é?

E2: Para conhecer, os professores quando acabam conhecendo passam para os alunos que também acabam a conhecer e termina abraçando a causa e tudo tende a crescer.

P: Sobre seu conhecimento do programa, para você qual o objetivo do programa? Em sua opinião.

E2: Como o próprio nome fala, ele é inovador, inovar, sair da forma tradicional, sala, lousa e pincel, o professor falando e o livro lá didático, é fazer uma sala de aula interativa, tentar buscar uma aula interativa e sair da forma tradicional, posso muito bem ensinar física fazendo outra coisa, e nesse experimento, sei lá, tentar pensar em uma situação, dar outra opção ao aluno, sair dessa forma tradicional da sala de aula e trabalhar com o aluno de outra forma é a mesma disciplina.

P: Você teria alguma proposta de alguma forma que possamos avaliar o programa?

E2: Preferia que fosse avaliada de forma que se analisasse que produto uma escola que trabalha com ProEMI está oferecendo, (10), o retorno, o produto que está saindo da escola.

P: Quando se trabalha com políticas públicas, muito se tem visto que os programas surgem e terminam sem se saber os resultados que estes programas têm trazido, sem a devida avaliação.

E2: O problema maior, veja bem o que acontece com o Estado, falando de governo, o sistema, eles querem fazer uma avaliação mas nunca coloca como está o socioeconômico do aluno, sabe? (3) Nós temos aqui alunos da zona rural, que são loucos para participar dos programas que tem aqui na escola, mas não participa porque está na zona rural, tem ônibus para trazer e deixar, tem horário, eles não podem ficar, não se preocupa com o aluno, se preocupa com o projeto, está muito bem obrigado, mas como vou tratar meu público?

P: Então é isso, acredito que atendeu a todas as perguntas, teria algo mais a acrescentar?

E2: O aluno tem possibilidade de colocar em prática, principalmente com relação modelagem, o ProEMI quer queira ou não, o professor mostra para ele, entramos como mediador, em que guia o aluno e mostrando outras possibilidades de se trabalhar.

P: Agradeço sua participação, obrigado.

Entrevistado 3

P: ((Leitura do TLCE)) 00:00:00 - 00:03:33

((Preenchimento dos dados e assinatura do TLCE)) 00:03:33 - 00:04:50

P: Qual a sua função que exerce atualmente?

E3: Aqui somos supervisoras educacionais, mas também trabalhamos como técnicas de programas educacionais, aí que entra o ProEMI.

P: No caso o acompanhamento não é feito somente do ProEMI, tem outros programas também?

E3: Sim, também, acontece que em alguns momentos, estive apenas como supervisora, mas no decorrer do tempo e até mesmo por interesse da instituição, você acaba agregando a questão dos programas, teve momentos que foi muito bem direcionado, por conta de sair da supervisão e adentrar nesse mundo dos programas, de acordo com a gestão tem toda essa questão de organograma e a organização de pessoal, teve momento em que ficou muito limitado a questão do número de pessoas e aí foi quando fiquei com o foco mais limitado a questão dos programas depois assim a cada mudança você acaba tendo que se adequar à realidade vamos assim chegamos também a esse momento que chegamos a ter que retomar o trabalho de supervisão na escolas e ao mesmo tempo que nós vamos acompanhando os programas. Tem escolas que vamos com foco na supervisão de modo geral e temos escolas digamos de um modo geral como é o caso do Frederico e é o caso do São José, que para além do trabalho da supervisão, nós também temos esse olhar específico com relação ao programa, mais ou menos isso.

P: Nessa função, já tem algum tempo que trabalha?

E3: É uma pergunta um pouco difícil, minha primeira experiência com o ProEMI foi, veja bem, foi em 2012, quando a proposta foi lançada enquanto projeto-piloto aqui para o estado do Tocantins, até então as escolas direcionadas eram Criança Esperança, Raquel de Queiroz e Maria dos Reis, essas são as três unidades escolares e na época eu era supervisora do Maria dos Reis, na verdade não era a técnica responsável pelo programa, mas o olhar da supervisão é penetrante, você tem que ao passo que orienta você também aprende lá eu costumo dizer, acho que ali foi o grande laboratório para que se pudesse entender o era um projeto de redesenho curricular, como é que se fazia isso, e a gente vem (++), o pedagogo de um modo geral, ele vem com algumas tendências, da nossa forma de trabalhar e de fazer as coisas, até então nós tínhamos um projeto político pedagógico muito entranhado no modelo, por exemplo, de PDDE que a gente, onde as ações que a escola elaborava elas tinham necessariamente que ter uma marca temporal, e quando eu digo marca temporal isso lembrava a uma culminância de que momento aquilo iria acontecer e de repente a gente se ver em uma necessidade de pensar em um redesenho de currículo mas que não seria assim simplesmente para uma hora ou outra era algo que deveria de fato acontecer em todo o processo é uma outra forma de elaborar, por isso que digo que foi um laboratório porque naquela coisa do faz e desfaz não é assim, ou seja, era quebrar de fato uma estrutura e aprender a fazer de outro modo então eu digo que foi assim que foi um ensaio, querendo ou não o ProEMI acaba sendo também de fato um ensaio para esse momento que há de vir.

P: É verdade, além, é claro que o objetivo do programa que tem na legislação, na sua opinião qual objetivo do programa, você acha que realmente é aquela questão do que tá na legislação ou condiz com que objetivo programa na realidade você poderia dizer na sua opinião qual seria esse objetivo do ProEMI?

E3: eu vejo enquanto objetivo atingir de fato uma perspectiva de educação para o ensino médio trazendo por meio dessa experiência de contraturno tornar possível não é? Uma educação para além do currículo que a gente tinha até então, então assim, não tem como pensar no ProEMI sem pensar na questão do currículo e um dos objetivos nesse mesmo sentido é contemplar em algumas áreas que a nossa própria educação proposta dentro das 4 horas ainda não tinha dado conta, então a gente percebe que algumas coisas estariam fazendo falta e aí nós destacamos aí dentro como uma proposta que eu acho que veio para ficar, a questão do protagonismo era algo muito reduzido dentro das nossas escolas, aquela que tinha grêmios ainda conseguia fazer alguma coisa, aquela que não tinha ela basicamente, ela passava despercebido e não se trabalhava, não se exercia e nem se identificava tanto essa questão da liderança, em termos de lideranças estudantis mas também o protagonismo no sentido empoderamento desse jovem de dar voz, Isso muda a cara da escola, começa por aí,

porque eu acho que essa é uma marca forte do ProEMI, bem e traz esse empoderamento do jovem nesse exercício. Ou seja, você já tenha tem algo canalizado para isso e ele passa a ganhar voz e ajudar a decidir as coisas no âmbito da própria escola, no próprio Federico nós tivemos experiências que é muito marcante nesse sentido e que assim, ao iniciar você não tem ideia do desdobramento que isso vai tomar, mas é algo muito forte. Dentro de mídias por exemplo, tem um trabalho que o professor propôs com os alunos recuperar aquele laboratório, aquilo ali, tinha um ou dois computadores funcionando e ele estabeleceu uma meta e aí propôs aos alunos estabelecer um prazo. Até então, eles estavam trabalhando com ((incompreensível)), mas assim, querendo ou não estudava as máquinas E aí propôs para eles conseguir recuperar as máquinas estabelecer um tempo, foi ali naquele dia tínhamos sete mas já tivemos 13 ((computadores)) no laboratório que estavam basicamente sucateados, então, quando eu falo de empoderamento, aquilo deu uma vida para aquela escola e se pode observar que é do aluno, é um empoderamento deles por eles mesmos é bom eles estão Alice ouvir hino CCB eu falo então assim eu falei de protagonismo, falei de protagonismo, mas eu já estou vindo lá pelo meio de mídias como isso aconteceu dentro da escola, esse trabalho por exemplo, do setembro amarelo foi algo proposto por eles mesmos, então assim, tomou uma dimensão que vai para além dos muros da escola.

P: O aluno, percebemos que ele quer participar, talvez às vezes falta essa abertura.

E3: Sim, por isso digo, que somente nas quatro horas é como se não houvesse tempo para essas coisas, como se ficasse no segundo plano e a gente não, a partir do momento que isso se torna prioridade e termos de currículo, você consegue potencializar e muito aquilo que você faz dentro da rotina de quatro horas e muito mais. Então, hoje eu vejo que o Frederico levantou essa bandeira em relação a isso, quanto as outras escolas, agora mesmo saímos de outra feira e percebemos que aquilo que eles iniciaram, tem outras escolas já seguindo a proposta.

P: Mesmo sem ter adesão ao programa?

E3: É algo que foi experimentado que vai, então assim, eu não falei um ponto em relação ao protagonismo, mas por outro lado, vamos olhar em relação a própria tecnologia e nós temos um SIC direcionado para isso e assim, isso alavancou muito a escola, nós tivemos por exemplo, a oportunidade encaminhar um professor para um seminário na PUC, o professor Michael.

P: Ontem estive entrevistando, interessante, ele comentando que adquiriram um telescópio, fizeram uma capacitação com modelagem, que é algo que o aluno sempre está tendo contato com aplicativo de celular, trouxe essa questão dos aplicativos para mais próximos deles.

E3: Então, duas coisas ainda que estão muito próximas a eles, a iniciação científica e pesquisa e o uso de mídias e ainda pode ser observado que foi um único professor que fez, mas o benefício que ele trouxe para aquela comunidade, por exemplo, o acesso a plataforma EDMOODLE, começou a partir da ida do Michael, hoje tem inúmeros alunos que são usuários, contagiou os outros professores e mostrou que era possível, é uma história contada por eles mesmos, é diferente quando vem alguém de fora te sugerir para utilizar então, o sucesso que a professora Erna teve formação dela, acho que passa por aí, muita coisa eles já experimentaram e já viram que não dá para voltar atrás, os ganhos são muito grande, por aí só para você ter uma ideia tem hora que a escola, ela passa despercebido, analisando o PPP da escola por exemplo, achei pobre em um primeiro momento, na primeira versão, parecia ainda o currículo da escola de ensino médio de algum tempo atrás, aí tivemos que dar aquela corrida, cadê as diretrizes do ensino médio? Cadê a ciência, cultura, tecnologia e o trabalho? Como uma escola que faz tudo isso não vai amarrar tudo isso no seu projeto político pedagógica, analisamos o projeto e pareceu dois mundos, a escola está aqui e a parte do ProEMI separada e aí voltamos lá e isso aqui é isso mesmo? A escola acorda para a vida sabe? Desmanchamos tudo para até poder dizer que não podemos mais voltar atrás, que o mundo é esse e é por aí que a gente vai, então, colocamos essas duas situações

porque toda escola tem uma marca, no ProEMI lá do Frederico essas áreas que eu comentei eu diria que elas foram o carro chefe para que a gente pudesse atender as outras áreas ((telefone da entrevistada tocando, a mesma realiza o atendimento)) (22), tem lugares que já foi o acompanhamento pedagógico, não tivemos a mesma força que tivemos no Frederico. No acompanhamento pedagógico das outras áreas a frequência dos alunos era bem menor, nós começamos, teve um ano em função da greve foi preciso encontrar um espaço que melhor adequasse para esta questão porque eu tinha toda a questão do aumento das horas de reposição, aí ficou muito difícil a história do contraturno, uma das propostas que a escola encontrou foi os aulões no sábado, no dia que colocava aula de física, por exemplo, a escola lotava então se fosse apenas o acompanhamento pedagógico no contraturno às vezes não dava tanto sucesso, aí paramos para pensar, se está dando certo na física porque esses alunos não estão tão atraídos para matemática ou outras coisas, aí tivemos que intervir e observar o que não estava dando certo e tentamos fazer com que os professores se ajudassem [...] de forma que chamassem a atenção dos alunos. [...] O próprio professor que trabalha a matemática no ProEMI, trabalha no ensino regular, então a gente percebia que os alunos, que embora o professor fosse bom de currículo, conteúdo faltava alguma coisa para ele melhorar, então o ProEMI favoreceu tanto essa questão da relação professor – aluno e ajudou muito em termos de metodologia para o professor, porque tivemos ano passado quatro formações realizadas pela Seduc que nós tivemos e ainda realizamos um fórum com as duas escolas, o que foi algo muito positivo que a gente conseguiu levar elementos que estavam faltando para que a gente pudesse dar esse aparato para o professor, além de possibilitar a questão do currículo, a questão do acesso à tecnologia, a questão do próprio protagonismo tivemos uma oportunidade grande de formação de professores e tivemos escolas a partir de sua própria iniciativa de buscar parceiros para a formação dos professores [...] Todas as duas escolas ((São José e Frederico)) tinham em suas PRC ((Projeto de Redesenho Curricular)) ações voltadas para a formação de professores e tinha recursos destinados para isso, então as duas escolas resolveram se juntar e planejar juntas de forma a potencializar esse recurso, o resultado foi muito melhor. Além de trazer pessoas de fora puderam fazer mesas redondas e discutir assuntos em comum, inclusive com foco em termo de metodologia para que pudessem aparelhar melhor o próprio trabalho, não deixando de fora o aluno que participou do fórum dando opinião, trazendo sugestões, falando dos ganhos dessa experiência com essa atuação dentro dos grêmios estudantis.

P: De que forma você avalia o programa até o momento, quais os benefícios e quais as principais dificuldades e problemas? Pecebi que já comentou bastante quanto aos benefícios, agora gostaria de saber sobre as dificuldades e problemas identificados.

E3: Entre as dificuldades iniciais era muito latente a questão da lotação do professor, fazer com que o programa caminhasse ao mesmo tempo que o ensino regular, porque normalmente cuidava-se daquilo que até então era prioridade, nem sempre o programa entrava nesse primeiro momento de lotação de professores como prioridade, as vezes era autorizada a lotação dos professores do ensino regular primeiro para só depois se pensar na lotação referente aos programas e isso trazia prejuízos ao programa porque nem sempre você conseguia pegar o professor da própria escola para colocar complementando a sua carga horária como extensão de carga horária e quando o professor vem e que ele não tem o perfil ele não fica, porque não pode ser mais do mesmo, alguém que também não conheça esse projeto é redesenho curricular ou antes disso que não conheço o próprio projeto pedagógico da escola para entender onde é que se quer chegar, também não dá certo então tivemos que apanhar muito com essas experiências até a gente conseguir colocar, precisa ser assim, tem que ter critério, de preferência tem que ser alguém da própria escola que já conheça esse aluno e que comungue com os objetivos da própria escola e partir daí tivemos ganhos que de fato passaram a ser supridos com a autorização da secretaria para a lotação dos professores juntamente com a lotação de modo geral esse ano de 2018 para nós foi um

ícone nesse sentido porque tivemos isso logo no início do ano, favoreceu muito o nosso trabalho. Esse é um ano de dificuldades em termo de recurso, as escolas não receberam recursos, apesar da dificuldade mostrou que mesmo sem recurso e que você tenha professor lotado e com aquilo que escola já adquiriu, já aprendeu o programa vem sendo desenvolvido e não perdemos em termos de qualidade. Em relação a atuação do professor, na qualidade das aulas, por outro lado tivemos que buscar a criatividade para buscar parcerias e saídas, mas é fato a experiência de contraturno da escola com foco educação integral nas nossas escolas tem dado certo.

[...]

P: Você veria alguma adequação que fosse necessária para a melhoria do programa?

E3: Se você tivesse feito essa pergunta há alguns anos, iria dizer para você que era uma lista enorme, o programa começou muito tímido e bastante amarrado, não podia uma série de coisa que complicava muito o nosso trabalho e a escola acaba encontrando forma de fazer as coisas acontecerem é muito própria, por mais que tenha parâmetros e diretrizes é preciso pisar no chão da escola para de fato encontrar a melhor forma de fazer as coisas, hoje temos aulas do ProEMI, por exemplo, acontecendo em horários intermediários porque foi o melhor horário que a escola encontrou quando eu coloco assim que tem que ser no contraturno que vai de manhã, nem sempre é a melhor saída porque assim, o programa ele não prevê o transporte escolar, então em termos de adequação uma das adequações que seria necessária, para que pudesse funcionar nessa proposta de contraturno era necessário o governo federal ou estado adentrasse com a questão do transporte escolar, o Frederico recebe alunos do Luzimangues, do Taquaruçu Grande, tem alunos que vem na entrada de Miracema se você for fazer uma análise dentro do perfil desses alunos o desafio enorme então o nosso aluno que ele vem e que ele mora lá na saída de Miracema quando ele vem nos dias das atividades ele já fica então escola já tem todo um cuidado com aquele aluno. Aí uma outra adequação que seria mais que necessário a alimentação escolar, o Frederico entrou com uma inovação que é a questão do almoço, pelo viés do próprio programa não há um recurso específico para alimentação escolar como acontece com o Mais Educação que além do recurso vem uma fatia específica para alimentação, não e o caso do ProEMI quando ele encontra essa realidade bastante desafiadora você tem que analisar, quando o aluno não vai? Você faz a propaganda, chama é preciso saber porque esse aluno não vai. Por isso ele tem que ser ouvido, ele não vai em função de morar longe, o transporte escolar tem um horário certo de passar e depois eu não tenho como voltar, então já não vai poder contar com esse transporte, eu posso ir e até me proponho a ficar mas eu preciso ter um apoio e o Frederico já conhecendo essa realidade destinou um recurso para suprir essa questão da alimentação em alguns e deixa claro que não é fornecer alimentação escolar essa do Governo Federal, são dias específicos em que tem que se fazer uma adequação do espaço para esse menino poder almoçar, então assim uma sala vira refeitório, muda todo layout para almoçar. Olha o cuidado, que assim, se a gente engessar, quantos alunos iríamos perder quando somasse todos os alunos que vem de Miracema, Luzimangues, Taquaruçu Grande e outras dimensões que nós temos por aí, são adequações como alimentação e transporte, a partir do momento em que foi uma flexibilização dos horários facilitou, porque enquanto estava amarrado, assim antes era amarrado nos dias da semana tinha que ter todo dia e que tinha que ser no contraturno, programa vem para ser desenvolvido numa escola que está funcionando, é lógico que tem recurso de capital e de custeio né mas escola teve que readaptar a sua realidade em termo de estrutura física para poder atender o programa seja ou ela tem esse olhar de prioridade para aquilo que que não basta atender mas tenho que atender bem para ela poder fazer trabalho com qualidade e também assim adequação dos tempos escolares. [...] Uma outra coisa que acho necessário acho que é mais um olhar na questão da prestação de contas, quando uma escola elabora um projeto, por exemplo, ela elabora para dois anos e aí ela faz a previsão de ação, de itens e ela destina recursos, dois

anos é muito tempo, muita coisa acontece na escola, tem hora que aquilo que foi previsto não precisa mais, apareceu uma necessidade maior então assim é necessário que se tenha um entendimento em relação a elaboração desse planejamento.

P: Mas esse planejamento é engessado, não pode haver alterações?

E3: Pedagogicamente ele é flexível, porém quem analisa a prestação de conta não tem muita flexibilidade, temos entraves, porque a prestação de contas, ela é fria, muito numérica e assim as evidências precisam falar por si só e nesse sentido eu acho que assim é preciso ter mais sensibilidade, um olhar mais flexível, se você pegar a proposta do programa, você vai ver que algo flexível, mas quem analisa a prestação de contas não vê da mesma forma [...]. Só para se ter uma ideia, o telescópio que tem dado tão certo que tem sido, algo bom, viável para todo mundo e estou com dificuldades para tentar explicar a compra desse telescópio até hoje ainda tenho pendências com a compra desse telescópio para tentar justificar.

P: sabendo que a maior parte das avaliações de rendimento escolar são baseados em dados como IDEB, taxa de rendimento dos alunos, taxas de reprovação, aprovação, abandono, ENEM, em sua opinião, você acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E3: Eu diria que não, o olhar é diferente e tem hora que os números eles não expressam de fato a diferença que foi feito na vida desses meninos tem hora que até doído sabia? tem hora que é muito doído abrir o SGE e ainda encontrar, assim, muita coisa que a gente não gostaria de ver e até assim ainda tem muito para se fazer, a gente começa a experimentar e ganhar esses frutos mas ainda tem um caminho longo pela frente em termos de educação integral com ou sei ProEMI, a escola ainda tem uma dificuldade muito grande em termos de avaliação e a gente vem tentando romper [...] e nosso professor, em parte, ainda está muito preso nessa avaliação quantitativa da nota e assim a gente precisa ampliar, porque a prova apesar de ser um importante instrumento avaliativo não é o único e a gente precisa da vez e lugar para essas outras experiências então é algo que a gente precisa crescer e sobretudo no Frederico nós temos tido grande entrave neste sentido, e não culpo só professor, temos que mexer com toda a equipe, com toda a forma da escola sistematizar esse sistema de avaliação, nós temos levantado a bandeira mas também não tem sentido quem está de fora e lá e propor, não pode ser dessa forma, [...] não tem lógica uma escola que tem oportunizado grandes feitos, inúmeras experiências, inúmeros alunos premiados nacionalmente em inúmeros concursos, em olimpíadas de astronomia, física e retidos na própria escola, há uma contradição nesse sentido que ainda vamos ter que aprender como fazer. [...] a gente percebe o tanto que o ProEMI dinamizou o cotidiano escolar, mexeu com a relação professor-aluno, eu diria que tem mudado o rumo de muita coisa, nós temos também um monitoramento específico com o gestor escolar e a gente tem levado justamente esses elementos enquanto ganhos para ver se a gente consegue mudar algumas coisas.

P: Você teria alguma proposta de variáveis que podem ser consideradas na avaliação do programa? Já que, como você destacou, os números não podem refletir completamente a realidade, [...] o que você pensaria que poderia ser uma avaliação adequada do programa?

E3: Eu acredito que a autoavaliação seria um mecanismo importante tanto para o professor quanto para o aluno e demais pessoas envolvidas, quando você se avalia, quando você enxerga de onde você partiu e até onde você chegou antes que qualquer um se reconheça, é aquela história, se reconhecer a si mesmo, é um primeiro passo para se perceber avanços e retrocessos, ganhos e perdas, além disso, eu penso que talvez uma avaliação ainda que fosse por amostragem envolvendo as pessoas perguntas questionários semiestruturados para que pais, alunos, pudessem colocar sua opinião, suas impressões, também pudessem vir e de repente para a gente poder quantificar em alguns percentuais talvez fosse uma forma diferente simplesmente da avaliação da escola e pudesse materializar algumas coisas nesse sentido.

Um outro cuidado que a gente tem solicitado as escolas e espero que a gente consiga materializar esse feito, a gente precisa ter esse cuidado, é muita produção e se não tivermos esse cuidado isso pode se perder, então se você entrar hoje no site da Seduc e pesquisa ProEMI e Frederico vai encontra a grande quantidade evidências. [...]. Da mesma forma, a gente tem solicitado a cada seis meses, a gente tem esse olhar né de avaliação em que a gente pede que é própria escola sistematize os principais feitos, os principais impactos e dificuldades do trabalho, interessante quando você analisa já saem encaminhamentos daquilo que precisa ser feito, é assim que o programa tem caminhado, a partir do fórum nós tivemos essa preocupação, que a escola deveria estar sistematizando todo esse trabalho. [...] Depoimento dos alunos e documentários, também vídeos para que eles pudessem estar editando e tendo a memória desse trabalho.

P: Para mim está ótimo, agradeço a participação e a disponibilidade, muito obrigado.

Entrevistado 4

P: ((Leitura resumida do TLCE)) 00:00:00 - 00:02:36

((Preenchimento dos dados e assinatura do TLCE)) 00:02:36 - 00:03:17

P: Partindo para o ProEMI, como é a atuação do programa em suas atividades, como trabalha o programa em suas aulas?

E4: O programa é muito importante, como ele veio trabalhar essa geração, porque a gestão da escola, os programas curriculares, eles não estavam conseguindo motivar o aluno, porque com essa globalização o aluno não está sendo formado com essas outras habilidades que ele deve ter, na minha geração nós eram trabalhados na totalidade na escola.

((Entrevista interrompida com a chegada de um aluno))

o aluno ele era trabalhado na sua totalidade, o professor tinha essa responsabilidade hoje não, hoje quando o professor começa a ir muito para teatro ((discutir outros assuntos)) já vem alguém chamando a atenção quanto ao conteúdo e o currículo [...]. O ProEMI vem exatamente quebrando esses paradigmas, pera aí, você tem que ser o autor da sua própria vida, você tem que se moldar, você tem que se aperfeiçoar, você tem que se mudar o tipo de pessoa como é se projetar como é que eu quero ser qual é a pessoa que eu quero ser. [...]

((Entrevista interrompida com a chegada de um aluno))

Então tanto no protagonismo quanto na questão do mundo do trabalho, das artes, da fruição da escrita vem de encontro com essa realidade dos meninos porque foi um choque para eles, [...] tirou eles da zona de conforto, tirou o comodismo de esperar o outro [...], o ProEMI trouxe coisas de equipamentos tecnológicos, internet que motiva, atrai eles, [...] se não tivesse os recursos que temos aqui o programa não teria o mesmo impacto [...]. O ProEMI também ajudou nisso, porque por meio dele que fizemos a manutenção dos aparelhos que tinha, agora sem verba não conseguimos mais arrumar os aparelhos que temos, então assim são nove então tem só dois ou três funcionando. [...]

P: Qual a importância do programa para desenvolver suas atividades?

E4: Eu trabalho com o protagonismo, trabalho com eles a questão do respeito de como ser autossuficiente, de como ser atuante porque, aí entra um monte de coisa, eu entrei no mundo do trabalho, eu entrei com São José, a gente trouxe alguns palestrantes, a gente entrou em qualidade de vida, em objetivo de vida a gente trabalhou bullying, questões de relacionamento, a gente foi para um monte de áreas, ainda teve a repercussão dentro da própria sala a postura na hora de apresentar, postura de buscar o seu próprio estudo porque não tem jeito de falar de protagonismo sem falar de amor próprio entendeu, vai de encontro, tem que fazer quando ela se ama cuida dela e qual é o maior ato de amor que uma pessoa faz para si mesmo. [...]

P: Como a senhora avalia o programa até o momento? quais os benefícios, as principais dificuldades e problemas?

E4: Um dos problemas do trabalho é que os meninos eles ainda querem que as ações do ProEMI sejam permeadas no período do horário do turno deles, porque eles são de famílias que querem que eles estejam nas suas casas dos outros dois períodos ou nos trabalhos, tem alunos que trabalham à tarde e à noite, aluno que trabalham de manhã e à noite, eles ajudam [...], como eles são adolescentes são é mão de obra barata e eles têm muita energia entendeu, e essa energia, ela tem é canalizada realmente e na escola na verdade eles acabam não gastando essa energia que a gente não tem espaço, a gente não tem uma área esportiva, a gente não tem uma área teatral, gente não tem uma área musical [...]. Talvez aproveitando melhor o tempo de sala de aula organizando melhor as atividades da escola você consegue concentrar dias de conteúdo e dias, por exemplo, que você teria aula mas que não seria usada para o conteúdo de português, de matemática, de história, e sim para atividades do ProEMI, ou então intercalar mesmo, no horário entendeu porque assim, você tem que prender esse aluno, tem que obrigar ele a fazer as coisas porque nem sempre, geralmente quem mais precisa são os que não querem participar, você tem que obrigar eles a fazer, porque ele de descobrir que ele precisa [...]. Não tivermos nenhuma situação inconveniente mesmo com toda estrutura precária, até a quadra é muito ruim. [...].

P: Pensando que a maior parte das avaliações de rendimento escolar são baseados em dados, IDEB, ENEM, taxas de rendimento como aprovação, reprovação, abandono em sua opinião você acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E4: Eu acredito que não, porque primeiro os dados podem ser maquiados, outra coisa nem sempre uma prova de múltipla escolha, às vezes ela pode não estar bem, fatores que pode não saber e ter acertado, ela pode saber e ter errado, então a meu ver não avalia, sabe, mas o Brasil prefere assim, nós temos formas de saber que o Brasil tem uma população na verdade que sabe muito pouco, a gente chama de analfabeto funcional e infelizmente é assim, a partir do momento que você começa a colocar crianças na escola que eles acostumam a passar de uma série para outra de um ano para outro sem aprender e achar que podem passar de uma série para outra simplesmente por passar então a criança ela não aprende a ter mérito, pessoas que não aprende a ter mérito ela não se esforça, [...] essa pessoa aos 18 anos vai se dar conta que ela precisa ter mérito, a educação ela tem, não só responsabilidade de casa, da família, ela é responsabilidade da sociedade. [...] Então os dados são maquiados e não representa o que sabe e nem o que não sabe. [...]

P: Como a senhora destacou que a educação não somente para avaliar em dados, pensando no programa como a gente poderia avaliar o ProEMI, teria alguma proposta de como a gente poderia mensurar ou verificar se o programa tem trazido benefícios? E4: Se a gente fizesse imagens individuais, uma apresentação, ou uma ficha que ele tivesse que ler ou tivesse que falar, um discurso que ele tivesse que fazer, 3 minutos cada pessoa e depois no final ele tivesse fazer aquele mesmo discurso da forma que ele quisesse depois que ele passou pelo ProEMI, eu tenho certeza que ele teria uma roupa diferente, cabelo diferente uma postura diferente, uma entonação de voz diferente, um vocabulário diferente, uma forma de falar [...] perguntas para responder entendeu sendo filmado a forma de responder deixa ela falando dele entendeu e depois no final ele gravar aquelas perguntas do tempo que ele quiser e dá nota dos três minutos e do outro no final. [...].

P: Então, é isso mesmo, já está me ajudando bastante, gostaria de agradecer a oportunidade e qualquer dúvida estou à disposição.

Entrevistado 5

P: ((Leitura resumida do TLCE)) 00:00:00 - 00:02:24

((Preenchimento dos dados e assinatura do TLCE)) 00:02:24 - 00:02:58

P: Como a senhora trabalha o ProEMI em suas atividades, como ele importante para a senhor?

E5: Nós trabalhamos como uma espécie de reforço de conteúdos trabalhados em sala de aula, então a gente tenta dinamizar, para não ser aquela aula chata, usamos vídeo aulas, aulas de redação sempre em prol dos objetivos que precisam ser alcançados, conhecimentos mesmo, notas, ENEM, nesse sentido. A partir do momento que você trabalha com conteúdo específico que alguns alunos tem dificuldades, você termina alcançando o objetivo maior e isso é de suma importância porque o aluno vai aprender um conteúdo que não foi aprendido em sala e ele vai conseguir, muitas vezes ele ((atendimento)) se torna quase que individual porque vem pouquíssimos alunos, então se é para vir digamos 15/20, tem oito tem cinco, fica um atendimento quase que particular.

P: De que forma a senhora avalia o programa até o momento? Os benefícios trazidos, as principais dificuldades e problemas com relação ao programa.

E5: Eu vejo o programa muito bom, acho que toda escola precisaria, mas ao mesmo tempo eu não sei onde está o erro, se faltou divulgação, se fala, não é nem digo dentro da escola, se falta incentivo, a participação do alunado é pequena.

P: Teria algum motivo? Seria mais por conta do aluno mesmo, questão de divulgação.

E5: Não sei se é falta de interesse dos alunos, porque o programa está aí, é ótimo, programa muito amplo porque ele não se restringe apenas no reforço de línguas, matemática, ele vai muito além, desde música, arte e assim você percebe que a participação deveria ser maior.

P: Em sua opinião, qual o objetivo do programa nesse caso, uma maior participação no ENEM, protagonismo dos alunos, fortalecimento da aprendizagem?

E5: Eu vejo como fortalecimento da aprendizagem e além disso tudo essa interação, escola, aluno, família e o protagonismo, o objetivo eu vejo assim é dessa forma agora se ele alcançado ainda é algo a pensado.

P: Quais as adequações a senhora acham que seriam necessárias para o programa ser melhor, quais as melhorias conforme as dificuldades?

E5: É complicado, porque um deles eu penso que falta espaço físico, porque o ProEMI, se você analisar é como se fosse uma extensão da sala de aula no contraturno como se fosse ali uma escola de tempo integral e semi-integral, porque não ficam aqui e cadê toda articulação física, pedagógica, não tem. E eu vejo que parece que falta isso até dentro da escola, porque eu sou a professora, a colega é a coordenadora do ProEMI, mas não é assim interação entre coordenação pedagógica do ensino regular com os professores trabalhando com esse fortalecimento, eu acho que falta espaço físico e maior interação.

P: Quais os resultados esperados por parte dos alunos com participação das atividades desenvolvidas no programa?

E5: Eu consegui um resultado bom, não sei até que ponto, porque eu nunca nem divulguei isso na escola, quando eu percebi que a participação era muito pequena eu comecei a atribuir um ponto para os alunos que viessem nas minhas aulas desse fortalecimento então eles ficaram interessados, automaticamente consegui resultado, porque o aluno andava com dificuldade em literatura, em gramática ou qualquer que fosse o conteúdo eu consegui melhorar a nota, tanto por um ponto a mais como pela aprendizagem.

P: Pensando nisso, quais seriam os indicadores importantes para mensurar os resultados, como é que poderíamos observar a melhoria no caso dos alunos, por exemplo, uma melhor nota do Enem ou outra avaliação?

E5: Não sei quanto as avaliações externas, mas quanto as avaliações internas eu percebi porque a nota da minha disciplina ela melhorou porque que eu consegui recuperar aluno que no segundo, terceiro bimestre estava com nota muito baixa, e deu uma avançada, teve resultado.

P: Sabendo que a maior parte das avaliações de rendimento escolar são baseados em dados como taxa de rendimento, aprovação, abandono, Enem entre outros, em sua opinião você acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E5: Eu não acredito, sou muito crítica em relação às avaliações externas, temos um programa, mas quando chega as avaliações muitas vezes elas estão fora do que é trabalhado na escola, ela foge um pouco disso e o Enem não é muito diferente porque eu falo em relação a língua portuguesa, eu passo o ano inteiro trabalhando literatura, gramática isso é um programa que eu sigo e quando chega no dia do Enem nós temos o que uma avaliação de língua portuguesa voltada simplesmente para interpretação de texto, não vai ter nenhuma questão específica que é do modernismo, ou do simbolismo, ou do romantismo, específica não tem, então eu não vejo que trabalhei essa realidade e foge muito.

P: Considerando essa mesma pergunta como poderíamos mensurar ou pensar em uma avaliação do programa? Poderíamos considerar os dados apresentados pelas avaliações externas?

E5: Talvez se fizesse uma amostragem dos alunos que participam, nós temos aqui 10 alunos participantes ativos do ProEMI, pegar esses alunos e fazer um gráfico em relação aos alunos que não participam eu acredito que talvez assim, percebesse que os participantes tiveram resultados melhores, com notas melhores e aqueles que não estão as vezes tentando ser aprovados no conselho de classe, mas tudo isso tem que partir da escola, porque nós professores muitas vezes pegamos a aula do ProEMI complementando a carga horária, estendendo, aulas a mais [...]. Esse tempo de fazer toda essa estrutura, tem que partir da escola ou da coordenação do ProEMI e demonstrar isso para cativar os demais.

[...]

P: Obrigado professora, agradeço a atenção, qualquer coisa estou à disposição.

Entrevistado 6

[...]

P: Como a senhora tem trabalhado o ProEMI em suas atividades?

E6: Estou no campo de Cultura corporal, mais na parte de clube de esportes implantamos um clube de esportes com horário definido, para os alunos praticar alguma modalidade, aí de vez em quando a gente faz algum evento esportivo, alguma coisa de lazer, é mais nessa parte de Cultura corporal.

P: Qual a importância do programa para desenvolvimento do seu trabalho?

E6: É grande, primeiro porque o programa tem uma verba e ajuda com material ((esportivo)) e quando tem que levar os meninos a algum lugar, alguma competição, uniforme.

P: Como você avalia o programa até o momento? Você poderia realizar um apanhado de quais os benefícios trazidos, as principais dificuldades em relação ao programa.

E6: Quando se coloca os alunos para ter um maior contato com o mundo esportivo, alimentação saudável, o programa traz palestras, quando a gente coloca eles em contato com isso acho que a gente tira um pouco a questão do ócio, porque hoje em dia está difícil, mais complicado porque sabemos que eles ficam mais tempo parado, acredito que nessa parte a gente motiva mais eles. Quanto as dificuldades vejo o contraturno como a principal [...]. Aqui só tem Ensino Médio e a maioria dos meninos, quando não está estudando está fazendo cursinho, trabalhando, a tarde por causa disso e à noite tem a complicação do horário, os pais não querem venham à noite por causa do perigo. Acredito que a maior dificuldade do ProEMI em todas as áreas é o contraturno. [...].

P: Quais adequações você ver como necessárias para ter melhores resultados com o ProEMI?

E6: Talvez se fosse possível colocar no horário em que eles estudam, nem que seja um dia ou outro, colocar na carga horária deles, porque ele tem um dia de português, matemática,

talvez seria interessante se tivesse o dia das aulas do ProEMI, talvez seria interessante porque eles já estariam aqui. [...] o Ensino Médio de forma integral é muito complicado, os meninos do terceiro ano são pouquíssimos os que participam eles já vêm de um dia de estudos, matutino já estão aqui, a tarde está no cursinho ou em alguma outra atividade, a noite tem que realizar as atividades da escola é até mais complicado ainda.

P: Quais os resultados esperados por parte dos alunos com participação das atividades desenvolvidas no ProEMI?

E6: Espero que eles tenham mais consciência do próprio corpo, [...]do dia-a-dia da rotina não quer nem parar para pensar em uma alimentação melhor, uma atividade física, nem que seja por meia hora, que eles precisam se cuidar agora para que tenha bons resultados amanhã.

P: Na sua opinião, qual o objetivo do programa? [...]

E6: O programa, ele é bom porque ele tem várias áreas que o currículo não traz, que ele tem oportunidade de fazer coisas diferentes do que aquilo que já é colocado no currículo, de ir para a sala de aula e estudar, eles têm oportunidades diferentes, eles abrangem o pensamento, o olhar, aumenta o leque do que ele pode fazer na vida dele, direto estão fazendo curso fora da escola pelo menos vendo e conhecendo as possibilidades deles de conhecimento de mercado. [...].

P: Pensando que a maior parte das avaliações de rendimento escolar são baseados em dados, IDEB, ENEM, taxas de rendimento como aprovação, reprovação, abandono em sua opinião você acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar?

E6: Não, porque a gente sabe que os índices podem ser alterados, se tivesse uma forma de vermos a qualidade ao invés da quantidade seria melhor, que a gente conhece os jeitos formais de avaliar não condiz com a realidade, ele pode nem ter conhecimento daquela prova por vários motivos, agora se tivesse como avaliar a qualidade, seria bom.

P: Em sua opinião como a gente poderia fazer uma avaliação do programa já que não devemos ver apenas em dados mas em qualidade?

E6: Pelo resultado, por exemplo, teve um projeto aqui da escola que foi selecionado a nível nacional, [...]. Essa é a questão do resultado, você vê alguma diferença a principal diferença do ProEMI é essa, porque realmente participa quem quer, você consegue mais resultados. Talvez poderia ter algumas melhorias, ele é amplo no contraturno, talvez pensar um pouco mais de como ele vai ser avaliado, porque tem algumas coisas que a gente percebe como professor, porque eu percebo o que ele está aprendendo ou não, o que estão assimilando ou não mas para você demonstrar isso para a sociedade é mais complicado. Porque às vezes está tendo uma aula com cinco alunos, quem olha de fora pensa que aquilo não está rendendo, mas o professor ele vai saber te falar que foi muito melhor essa aula para esses cinco do que aquele que dei para 40. [...].

P: Obrigado pela participação professora e qualquer coisa estou à disposição.

Entrevistado 7

[...]

P: Para senhora qual seria o objetivo do programa, em sua opinião?

E7: Ele foi idealizado para um redesenho do ensino médio, seria o ensaio, exercício, uma oportunidade da gente experimentar e entender como que a gente teria que trabalhar esse ensino médio, faz parte do processo, do redesenho do ensino médio que o foco é na área de tecnologia do trabalho e da inovação.

P: Como a senhora avalia um programa até o momento? Quais os benefícios dificuldades, traçar um panorama com relação ao programa.

E7: Eu acho que a proposta do programa ensino médio inovador de forma geral é como eu falei, a ela oportuniza e te dá condições, porque você tem um recurso financeiro que é muito importante para a escola, esse recurso financeiro da gente realizar ações que efetivamente

são necessários na escola e dá oportunidade melhor professor de trabalhar na forma como ele acredita dentro das especificidades das nossas limitações, da nossa escola, da questão estrutural, toda essa parte de infraestrutura, de sala de aula de laboratório todos os passos da escola que a gente utiliza e no início foi um pouco difícil, pelo entendimento que seria como trabalhar isso, e todos os professores, nós somos muito conteudistas, com projetos ele te dá uma abertura, uma condição de trabalho diferente te tira da zona de conforto, repensar, foi muito importante para nós esse programa para que a gente pudesse exercer esse novo redesenho.

P: Que adequações a senhora acredita serem necessárias para a melhoria do programa para atender as necessidades da escola?

E7: A princípio ele atende, o recurso poderia ser um pouco mais, não é? Uma observação que eu fiz e que houve uma mudança, nós mudamos muita coisa do documento norteador que foi a questão da gente trabalhar, na verdade, eu acho que isso não veio no documento norteador, mas da Seduc que nos limitou a trabalhar com apenas treze turmas e aí a gente modificou isso aí, a gente começou a trabalhar com todos os alunos matriculados, mesmo os que não são ensino médio regular, como a EJA, a gente oportunizou a todos os alunos matriculados na escola também participarem, então isso nos facilitou bastante e outra coisa a questão também que nós mudamos foi as turmas, as turmas elas eram multisseriadas que a gente entendeu que a ação que nós poderíamos realizar, ela poderia ser para todos isso criou, foi bom, foi positivo porque isso aproximou os alunos do professor também e questão dos horários era para ser feito após as aulas em seguida, aí nós fizemos no contraturno também que funcionou e o que facilitou também foi a questão da alimentação, o aluno não precisa ir para casa a questão do recurso, do transporte, alguns alunos tem outros não tem e isso facilitou nesse sentido, o aluno ficou direto pelo menos duas vezes por semana no início, o recurso nos ajudou bastante, porque senão não teria como, na liberação do projeto havia essa possibilidade.

P: Pensando nos resultados, quais os resultados seriam esperados por parte dos alunos que participam do programa?

E7: Acredito que a gente deveria ter tido mais adesão deles porque a compreensão no início não foi fácil a compreensão para todos, desde quando ele veio, deve ter faltado alguma coisa, acho que uma capacitação, uma formação para os professores para que tive uma compreensão melhor e tivesse maior adesão e pudesse conquistar melhor os alunos, então a dificuldades dos alunos é essa, financeira mesmo, então por isso que a gente no primeiro projeto que começou a gente realizou o final do primeiro projeto foi em 2015 não tinha refeição e alimentação aí já no segundo a gente já teve, houve maior adesão do que no primeiro projeto com certeza absoluta.

P: Como resultados pode-se pensar em uma melhoria no rendimento dos alunos?

E7: Sim, sim, melhoria nas relações interpessoais, muito visível e também na questão do rendimento escolar, dentro da questão do acompanhamento pedagógico a gente poderia ter tido maior adesão, os alunos deram preferência para as ações voltadas para cultura, esporte e lazer, a questão do protagonismo juvenil é muito importante a questão do mundo do trabalho também, eles acharam interessante mas o acompanhamento pedagógico a adesão foi muito baixa, no meu entendimento. Nas épocas pontuais quando tinha prova do Enem ou as provas mesmo do bimestre, a gente tinha o maior número de alunos, gente tinha até que separar por série porque aí já não dava mais para ficar multisseriada.

P: Entrando na questão da avaliação, a maior parte das avaliações é focado no rendimento escolar, baseados na taxa de rendimento dos alunos, como índice de aprovação, reprovação, abandono, a senhora acredita que essas avaliações são adequadas para representar a realidade escolar? E quanto ao ProEMI, esses dados seriam suficientes para representar o programa?

E7: Os dados em partes contribuiu, nessa questão, mas em parte, eu não posso atribuir que o ProEMI foi o responsável somente, é um conjunto de coisas, até a visão do próprio professor a utilização de outras metodologias, a forma de trabalho, acho que foi muito importante para a escola, [...] eu percebo que no início do ProEMI, com a orientação da Seduc para que houvesse aula depois do horário escolar, então isso não era bom, era obrigatório, aí eu falei vamos fazer diferente, vamos procurar os que querem, vamos conquistar os que quer que os outros vão vim e foi isso que aconteceu, facilitou, teve essa visão de buscar os que querem, de início os professores não queriam trabalhar no ProEMI, mesmo recebendo pelo que estavam recebendo, não acreditavam então era difícil você conseguir um profissional para trabalhar no programa, aí depois no ano seguinte, no segundo projeto, você tinha um monte de professor pediu para trabalhar, alguns criticaram “o que esse programa está fazendo?” no ano seguinte eles já estavam fazendo parte do ProEMI, em todos os setores da escolas houve uma certa criação de barreira. [...] Estão funcionando a televisão, melhorias, a gente adequou o laboratório, os games, outras coisas, a gente comprou o figurino para os alunos se apresentarem.

P: O que a gente poderia utilizar como parâmetro para avaliar o programa? Como a gente poderia avaliar o programa pensando que os dados numéricos não refletem completamente?

E7: A gente pode avaliar na questão da evasão escolar, a gente viu poucos alunos ou a gente teve a fidelização do aluno de ficar na escola até o final, mas assim, interessaria em permanecer na escola, de ter alunos que querem vim estudar no Frederico [...]. Porque os alunos não veem em outras escolas todas essas atividades que tem Frederico e é uma escola pública, eu acho que assim a gente pode avaliar o número de alunos que saíram e que entraram na escola, eu acredito que a gente pode avaliar esses números, e outra questão que a gente não consegue avaliar, que é a questão das relações interpessoais que é mais subjetivo, mais a gente sente o ambiente escolar, mais amigável, o trabalho com projetos, o número de professores que aderiram ao projeto.

P: Gostaria de agradecer a participação e está ótimo, atendendo a todas as perguntas. Obrigado.

Entrevistado 8

P: ((apresentação do trabalho que está sendo realizado e dos objetivos com a entrevista)) [00:00:00 – 00:01:17].

P: Na primeira pergunta gostaria que nos falasse sobre sua formação, a função exercida na Secretaria, tempo de profissão?

E8: Primeiramente eu quero é agradecer a oportunidade que a gente tá tendo deixa esse registro tão importante do ProEMI, eu já deixo aqui registrado que eu quero uma cópia do trabalho para nossos arquivos, com relação a minha formação, sou formada em história, sou professora de história e tenho especialização em Gestão Escolar e Gestão Educacional, aqui na Seduc atualmente sou técnica na gerência de desenvolvimento do ensino médio e sou responsável por alguns programas, entre eles o ProEMI um programa que trouxe muita ensinamento para nós, preparou caminhos para Educação, estou trabalhando com o ProEMI desde 2012, então já tem aí 6 anos, tem nesse período quando assumi a coordenação do programa, nós tínhamos pouco mais de 30 escolas trabalhando com programa {...}, houve uma expansão do programa muito grande nesse período acho que em 2014 que se concretizou a expansão para 100% das escolas do ensino médio e aí a gente teve uma experiência muito grande naquilo que deu certo naquele que não deu certo, os problema das escolas para receber o programa foram aparecendo e a gente foi percebendo na prática os ajustes que tinham que ser feitos principalmente em termos físicos e de pessoal, estrutura física da escola e pessoal para trabalhar. Mas daí já em 2017 com novos encaminhamentos

do MEC e a avaliação que nós fizemos da expansão a secretaria resolveu que ia trabalhar com menos escolas, e aí que a gente passou a trabalhar com 55 escolas.

P: Em sua opinião qual o objetivo do programa?

E8: O programa está deixando uma herança muito boa dentro das escolas, mostrou a importância do planejamento integrado e colaborativo entre os professores, o programa mostrou para escola a importância e como é bom a gente otimizar o tempo e o recurso financeiro, e isso se chegou essa conclusão na prática desse planejamento integrado e colaborativo, então isso foi muito bom, a escola percebeu que é envolver os alunos dialogar com os alunos é importantíssimo a gente viu aí na questão do protagonismo juvenil um avanço muito grande, enquanto as escolas ainda não tinham esse discurso, essa discussão de projeto de vida, o ProEMI já levou as pessoas a discutir essa questão do projeto de vida então o jovem ele foi visualizando possibilidades e responsabilidades que ele tem a partir da escola, a partir das aulas aquela aula do professor que muitas vezes ele achava que não serviria para nada, a exemplo vimos vários grupos se organizando dentro da escola como aqui em Palmas mesmo nós vimos um grupo de robótica lá no Frederico, um grupo para trabalhar com astronomia, outros grupos de leitores e assim foi experiência também no resto do Estado então foram surgindo aqueles grupos de interesse e isso é o que a gente e o que o mundo já percebeu, é tanto que está chegando o Novo Ensino Médio, que é o produto do ProEMI e as escolas, elas não vão ter tanto trabalho, pelo menos as escolas que trabalharam nos últimos anos o ProEMI não vão ter dificuldades de se adaptar, porque na verdade elas vão dar continuidade. [...] Por isso, eu vejo que o ProEMI cumpriu aquilo para que ele veio mostrar, caminhos para gente tomar um novo rumo ensino médio.

P: De que forma a senhora avaliaria o programa até o momento? Quais os benefícios e as principais dificuldades com o programa?

E8: [...] Eu visualizo muitos benefícios, essa situação de agregar profissionais, situação de perceber que o currículo não é algo isolado, não deve ser dividido em caixinhas, a importância da interdisciplinaridade, da questão da contextualização quando leva o aluno a trabalhar dentro da sua realidade a partir de sua realidade para transformar sua realidade isso o programa fez muito, deu essa oportunidade e outro ganho muito grande é o aluno voltou aquele sentimento de pertencimento do aluno a uma classe da população que pode fazer mais, que é capaz, o aluno e a escola percebeu que o aluno não é um sujeito só para o futuro ele é um sujeito presente, então ele está ali para trabalhar, para fazer alguma coisa em torno, em função dele mesmo, função de um ganho social, um exemplo muito bom que a gente teve foi um trabalho [...] de uma escola de Xambioá com relação à preservação ou recuperação do Rio Araguaia, o trabalho está na internet [...], envolveu toda comunidade e tem muitos trabalhos que envolvem a comunidade, por exemplo, tivemos trabalhos com literatura os alunos saíram da escola e foram para rua fazer leitura em locais de aglomeração de pessoas como posto de saúde, como em rodoviárias, nós tivemos um trabalho muito interessante de uns alunos da Regional de Dianópolis, se não me engano da cidade de Almas. [...]. Então isso é um ganho muito grande o aluno perceber que ele pode atuar além do muro das escolas, que a escola não é obrigação a escola é prazer. [...] Eu costumo dizer que o trabalho do ProEMI na escola, aí a gente fala do Frederico porque está aqui mais perto que a gente ver, ele jamais seria a mesma escola, ele jamais será a mesma escola depois ProEMI. [...]. Então graças à vontade política daqui, graças ao resultado do trabalho no Frederico, vai para dar continuidade ao trabalho como piloto do Novo Ensino Médio e isso para nós é um ganho e o trabalho que foi feito não vai se perder. [...] Em relação a resultados, se você pegar os números, pegar nossos dados do SGE por exemplo, se você for fazer uma análise das escolas que trabalharam com o ProEMI em termos de aumento na média de aprovação, por exemplo, de aprovação e de abandono você vai ver que aumentou na grande maioria das escolas que gente vem acompanhando, comparando os três últimos anos houve um aumento no rendimento da grande maioria das escolas e isso é um ganho

que está representado na matemática, resultou em alguma coisa, por exemplo, a questão do abandono é fundamental, quando o aluno acha que escola tem algo que é interessante para si, aí já é um elemento que vai impedir que ele por qualquer motivo abandone a escola para mim foi o maior ganho.

[...]

Melhorou a quantitativo de inscritos no Enem e quantidade de participantes, que compareceram a prova, consideramos como um ganho também.

P: Pensando a questão dos dados para avaliação, na opinião da senhora, a utilização de dados como taxa de rendimentos escolar, Ideb entre outros, são suficientes para avaliar a educação? Nesta mesma perspectiva é adequado avaliar o ProEMI pensando no mesmo uso de dados?

E8: Olha a gente não pode dizer que são suficientes, porque assim, existe qualitativo e o quantitativo e os números só medem o quantitativo, porém, eu considero que de certa forma diz alguma coisa, embora haja várias variantes nesse caminho que são muitas, então o sucesso da escola eu nem posso atribuir totalmente ao ProEMI e nem posso também ao fracasso, eu não posso também atribuir totalmente ao ProEMI. Você sabe e todos nós sabemos que no Brasil, há muitas variantes que podem interferir nesse resultado mas o que a gente tem visto em relatórios que mostra a questão qualitativa, a gente vê uma melhora, nós não temos uma avaliação institucional do ProEMI e para dizer assim eu vou colher dados e vou ter a realidade do ProEMI, o que temos são pesquisas pontuais. [...]. Acredito que em algum tempo aí próximo possa sair alguma coisa mais real, mais palpável com relação à avaliação do programa.

P: A senhora teria alguma proposta de variáveis ou aspectos que poderiam ser considerados na avaliação do programa? Como podemos avaliar de forma mais adequada para representar os principais benefícios promovidos pelo programa?

E8: A gente precisa se apoderar do quantitativo também e outra coisa entrevista nas escolas, por exemplo, a gente ver os relatórios anuais das escolas e ver o que se fala entrevista com os alunos, as escolas tem em seus acervos depoimentos de alunos gravados, enfim eu acho que tem que ir lá para ver a questão qualitativa, a gente tem que ir lá.

P: [...]

E8: Eu não entendo muito da tecnologia não, mas a gente vê tantas pesquisas online serem lançadas dentro das escolas, das tecnologias que existem disponíveis acho válido um questionário buscando o qualitativo e disponibilizar para as 55 escolas que trabalham, mais efetivamente e daí colher a opinião da escola final, opinião dos alunos. P: [...]

E8: Até nessas entrevistas vocês colocarem alguma coisa que possa captar alguma coisa com relação à gestão do programa tanto lá na escola, a gestão a nível regional e até estadual, porque digo isso, porque a gente vê os programas do Governo Federal na sua maioria são muito bons, mas muitas vezes eles são jogados no estado entendeu? Como aconteceu com o ProEMI, no primeiro ano eu não digo bem, mas aí no intervalo aí, ele estava para a escola mas a escola estava abandonada com o programa, ela só recebia recurso, mas ela não tinha uma oportunidade de conversar, de trocar ideias com a escola vizinha a vida dos profissionais na escola é muito corrido para você estar aleatoriamente buscando alguma informação você precisa de um momento para discutir e isso eles tiveram principalmente no ano 2017, porque teve encontros, teve formação, foi uma coisa mais sistematizada entendeu então seria muito bom que sáísse uma pesquisa até para mostrar para gestores públicos que é preciso, não é necessário somente receber o recurso que vem, não é necessário somente aderir, mas é necessário fazer gestão.

P: [...]

E8: Para nós é ganho ter um espelho daquilo, reflexo daquilo que foi realizado, que também não foi realizado da melhor maneira, com tudo que precisava ser, com toda a atenção que a

gente precisava dar por n situações, sendo a financeira que implica mais, mas fizemos alguma coisa.

P: Obrigado professora, agradeço a atenção, a senhora teria algo mais a acrescentar?

E8: Gostaria de agradecer o empenho da gestão do Frederico, que a escola que você está estudando, a gestão do Frederico, a professora Fausia que é uma pessoa muito articuladora que ela tem o perfil ideal para trabalhar com esse programa, o programa traz uma ideia uma proposta maravilhosa mas ele precisa dessa articulação dentro da escola, desse dinamismo, da proatividade da pessoa e isso aí a Fausia teve e tem e foi muito bom trabalhar com ela, os resultados Frederico foram maravilhosos porque também a Fausia estava lá e cada um daqueles professores, [...] o Frederico se preocupou com a questão da inclusão, [...] então só tenho que agradecer e parabenizar essas pessoas que fazem questão de fazer bem feito [...] é um legado que cada um deles vai deixar na vida profissional e o legado que a escola vai deixar e a secretaria vai deixar também.

P: Está ótimo, mais uma vez obrigado professora!